



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NOME DO DISCENTE E MATRÍCULA

BRENDA CARDOSO DE OLIVEIRA - 2012108640026

NOME DO ORIENTADOR

DIONÍSIO LÁZARO POEY BARÓ

**MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: CONSTITUIÇÃO E PRINCIPAIS LUTAS
NA CAPITAL PARAENSE**

**BELÉM-PA
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NOME DO DISCENTE E MATRÍCULA

BRENDA CARDOSO DE OLIVEIRA - 2012108640026

NOME DO ORIENTADOR

DIONÍSIO LÁZARO POEY BARÓ

**MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: CONSTITUIÇÃO E PRINCIPAIS LUTAS
NA CAPITAL PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. **Orientador:** Prof. Dionisio Lázaro Poey Baró.

BELÉM-PA
2017

BRENDA CARDOSO DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: CONSTITUIÇÃO E PRINCIPAIS LUTAS
NA CAPITAL PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Examinador

Examinador

Belém-PA
2017

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus que me proporcionou essa experiência de poder estar cursando e concluindo um sonho profissional, a força e dedicação nas horas mais difíceis que passei durante os quatro anos sem me deixar abater pelas grandes dificuldades pelo caminho.

Agradeço a minha família pelo apoio em cada passo vivido, em especial ao meu pai Edson que sempre me deu ânimo e não desistiu até que pudesse conseguir este objetivo tão desejado. A minha querida irmã Bárbara, que foi a incentivadora principal para a escolha do curso, além de lutar comigo um ano no cursinho, não me fazia esmorecer em um só momento e sempre acreditou que pudesse realizar o sonho de entrar numa instituição pública e apoio para continuar meus estudos. A minha mãe, Elenilde, agradeço muito, além de me dar à vida, seu apoio durante o período do curso foi essencial, motivando para os estudos, dando forças nos momentos difíceis e de angústia, e ao me esperar todas as noites até que chegasse em segurança em casa, muitas vezes me aguardava e acompanhava do ponto até estar em meu lar, a vocês meu muito obrigado!!!! Amo-os muito!!!! De todo o meu coração!!!!!!!!!!

Aos meus amigos próximos, particularmente as minha amigas queridas e amadas Ana Cláudia Barros e Regiane Gonçalves, que viveram comigo todas as batalhas do curso, respirou cada momento de alegria, de luta e muitas vezes até de desespero diante das dificuldades da disciplina, do difícil e imbricado relacionamento entre os integrantes da turma, na qual tivemos muito jogo de cintura, as dificuldades de finalizar o Tcc, pela escolha do tema e da pesquisa, já que nossas fontes são orais e organizá-las exigem tempo e paciência. Mesmo após a finalização do curso, essa amizade que cresceu e se fortaleceu nas experiências do Bloco B, é um lindo laço que não desfazerá! Obrigada! Amo vocês!!!!!!!!!!

Agradeço ao professor, Dionísio Lázaro Poey Baró, meu orientador do trabalho de conclusão de curso, que além de ajudar e incentivar com orientações, dicas, trabalhos e filmes sobre a temática, construiu-se uma relação de amizade muito harmoniosa, junto com Ana Cláudia, nos divertimos bastante nos momentos de conversa, lazer e intervalos dos trabalhos, muito obrigado! Agradeço também ao professor Thiago Broni pelas aulas maravilhosas, por “refrescar” nossas ideias com diferentes e excitantes abordagens sobre o ensino de História e os diferentes caminhos que se pode seguir. Também por introduzir a temática sobre as mulheres negras, a partir do texto que escolheu para as aulas e para o seminário, intitulado *Movimento negro e movimento de mulheres negras: uma agenda contra o racismo*. Agradeço ao professor Elson Monteiro, grande incentivador e motivador para finalizar o curso, sempre carismático, alegre e competente; fez muitas vezes que o fardo e o cansaço das dificuldades das disciplinas, fossem transformados em prazer e em deleite, ao ministrar suas aulas de forma leve e com

maestria, maleável aos problemas da turma e por sua grande simpatia e conhecimento prático, conquistou a todos! Obrigado! Agradeço também aos outros mestres que contribuíram para o sucesso e excelência do Curso de História da Universidade Federal do Pará, por seus conhecimentos e incentivos durante as aulas, para que a formação dos discentes fosse completa e com grande qualidade, a todos, obrigada de coração. Em especial, agradeço a todas as mulheres que ajudaram e contribuíram para que esse trabalho ganhasse corpo, forma e fala! Sem elas nada seria possível! Cada momento retirado para ouvi-las, tornou-se de grande importância não só para o trabalho, mas para meu engrandecimento profissional, pessoal e humano, como mulher negra na qual também me englobo! Meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO:

Este trabalho de conclusão de curso visa refletir sobre a constituição dos Movimentos de Mulheres Negras no Estado Pará, em especial na capital paraense, os motivos pelos quais elas se organizaram na década oitenta e nos dias de hoje como coletividade; suas histórias, anseios, dificuldades e as principais lutas diante do quadro de discriminação e desigualdade social, de gênero e racial presentes historicamente na sociedade brasileira e belenense. Para fundamentar a pesquisa serão analisados conceitos base, como de movimento social, identidade, solidariedade, representatividade e negritude, e a partir deles, entender como se constitui o movimento a nível nacional e local. Também serão realizadas entrevistas com militantes que iniciaram o movimento e aquelas que integram atualmente às organizações em Belém, com objetivo de radiografar as diferentes experiências vividas pelas mulheres negras ao se mobilizarem em grupos de conscientização e luta por direitos.

Palavras-chave: movimento social, mulheres negras e lutas políticas.

ABSTRACT:

This dissertation aims to reflect on the constitution of the Black Women's Movements in the State of Pará, especially in the capital of Pará, the reasons why they organized themselves in the eighties and today as a collective; their histories, their longings, their difficulties and the main struggles in the face of the framework of social, gender and racial discrimination and inequality present historically in Brazilian and Belém society. To base the research will be analyzed basic concepts, such as social movement, identity, solidarity, representation and blackness, and from them, understand how the movement is constituted at national and local level. There will also be interviews with activists who started the movement and those who are currently part of the organizations in Belém, in order to radiograph the different experiences of black women when mobilizing in groups of awareness and struggle for rights.

Keywords: social movement, black women and political struggles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Procedimentos Metodológicos.....	12
CAPÍTULO 1: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: POR QUE SE ORGANIZAR?	17
1.1 Movimento social.....	17
1.2 Identidade.....	20
1.3 Solidariedade Social.....	21
1.4 Representação Social.....	22
1.5 Negritude.....	23
1.6 Mulheres Negras: em busca da especificidade de gênero e raça.....	24
1.7 Movimento de Mulheres Negras no Brasil: organização, mobilização e institucionalização.....	28
CAPÍTULO 2: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO PARÁ: CONSTITUIÇÃO, HISTÓRIAS E LUTAS SOCIAIS	36
2.1 Constituição das organizações de mulheres negras em Belém.....	36
2.1.1 A Negação da Identidade Negra.....	36
2.1.1.1 Formação da Sociedade Brasileira.....	38
2.1.1.2 Teorias Raciológicas.....	40
2.1.1.3 Mestiçagem, Democracia Racial e Identidade Nacional.....	42
2.1.1.4 Mestiçagem e a Política de Branqueamento.....	46
2.1.1.5 Identidade “Morena”.....	49
2.1.1.6 A Construção da Identidade Negra no Espaço Escolar.....	54
2.1.2 Racismo, Preconceito e Discriminação.....	56
2.1.3 Condição de Vida das Mulheres Negras.....	61
2.2 A Entrada das Mulheres Negras nos Movimentos e Coletivos Específicos Paraenses.....	66
● Convite de um (a) militante do movimento ou coletivo.....	66
● Consciência Crítica.....	67
● Aproximação do Feminismo Negro.....	68
● A Discriminação.....	70
● Compartilhar lutas, demandas e experiências de vida.....	71
● Entrada na Universidade.....	72

•	Histórico de Militância.....	73
2.3 Os Tipos e as Formas dos Coletivos de Mulheres Negras Paraenses.....		73
•	Movimentos Tradicionais.....	74
	Cedempa.....	74
	Rede Fulanas/ NAB.....	76
	Coletivo Marias.....	76
•	Movimentos Universitários.....	77
	Rede de Mulheres Negras.....	77
	Negritato.....	79
	Mocambo.....	79
	Nós Mulheres.....	80
•	Movimentos novos.....	81
	Ciberativismo.....	81
	Militância a partir dos Partidos Políticos.....	82
2.4 A Importância dos Coletivos e Organizações de Mulheres Negras na Capital Paraense.....		83
•	Lugar de Acolhimento e Troca de Experiências.....	83
•	Local de Fortalecimento da Luta.....	84
•	Necessidade das Mulheres em se Organizarem em Espaços que a Representam.....	85
•	Consciência Crítica.....	86
•	Formações e grupos de estudo.....	87
•	Incentivo à Formação de outras Organizações e Coletivos de Mulheres Negras.....	88
•	Contribuição para a Marcha das Mulheres Negras.....	88
•	Luta pela Terra e a questão do Quilombo e seus integrantes.....	89
2.5 Dificuldades e Demandas a partir da Militância nos Coletivos e Organização de Mulheres Negras Paraenses.....		90
•	Militar a partir da afirmação da identidade negra.....	90
•	Luta pelos Direitos das Mulheres Negras.....	91
•	Discussão do Racismo.....	92
•	Invisibilidade das Mulheres Negras.....	94
•	Dificuldade em reunir, organizar as mulheres negras em coletivos.....	95
•	Desconstruir imagens e estereótipos da mulher negra.....	96
•	As contradições dentro das próprias organizações.....	97

• Combate ao genocídio das mulheres negras.....	97
2.6 Os Avanços e Conquistas a Partir da Militância das Mulheres Negras em Coletivos e Organizações de Mulheres Negras Paraenses.....	98
• A Valorização e o Empoderamento da Mulher Negra a partir de sua Estética.....	98
• A Mulher Negra como Sujeito Político de Ação e Transformação.....	100
• Marcha das Mulheres Negras.....	101
• Tecnologia como Ferramenta para Mobilização.....	102
• Marcos Legais.....	103
• Mulheres Negras como referência de Luta.....	105
• A Questão da Mobilização e da Organização.....	106
• Enegrecer a academia: a entrada das mulheres nas universidades.....	106
• Multiplicação de Grupos e Coletivos de Mulheres Negras.....	107
• Questionamento dos Avanços.....	108
Considerações Finais.....	109
Referências.....	112
Anexos.....	121
Anexo I.....	122
Anexo II.....	124

INTRODUÇÃO:

A pesquisa aqui organizada tem como tema as mulheres negras e movimentos sociais no Pará e neste sentido, procuro investigar como se constituiu as organizações coletivas destas mulheres no Estado, especialmente na capital paraense, entendendo sua formação como fruto de desdobramentos históricos, políticos e sociais que extravasam as fronteiras desta região; e do desenvolvimento dos acontecimentos ocorridos no País nas décadas de 1980 e 1990, nas quais as lutas pelo fim da ditadura militar, pelo processo de redemocratização e pela conquista da cidadania e dos direitos, fez com que diferentes setores da sociedade se organizassem em frentes sociais (como o movimento negro, movimento feminista, movimento de proteção ao meio ambiente, etc.) na luta política por direitos aliados às suas demandas históricas.

Neste sentido, os primeiros grupos organizados de mulheres negras, sempre circularam nos Movimento Negro e Feminista. No entanto, esses grupos ainda reproduziam formas de dominação e exploração historicamente condicionadas à mulher negra na sociedade brasileira – o sexismo e o racismo. Desta forma, ao perceberem que suas pautas e demandas mais específicas não eram representadas e que passavam pelo processo de invisibilidade e discriminação nesses grupos, aliado à percepção do momento histórico como oportuno para dar visibilidade aos seus anseios, fomentaram na constituição dos primeiros coletivos de mulheres negras ao longo da década de 1980 e 1990.

Lentamente, junto com o processo de abertura política brasileira, estes coletivos específicos foram se institucionalizando a partir de articulações e mobilizações a nível global e local. Raimundo, Gehlen & Almeida (*s.d*) descrevem os motivos pelos quais as mulheres negras se estruturam em grupos específicos como forma de luta:

O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras, motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista. As mulheres têm esta mesma postura com o movimento negro, posto que em um estão os desdobramentos de gênero e no outro não são enfatizadas as questões raciais. (p. 4).

Um dos marcos para que os coletivos de mulheres negras se organizassem nos diferentes Estados com autonomia, e posteriormente em caráter nacional, ocorreu na formação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1984, na qual se constituiu sem que nenhuma mulher negra fizesse parte da comissão. (p. 196).¹ Diante do cenário de

¹HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila e BARRETO, Andreia (Orgs.). Gestão de Políticas Públicas em gênero e raça. Unidade 3 – Movimento negro e movimento de mulheres negras: uma agenda contra o racismo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2010, Módulo III.

invisibilidade e a falta de representatividade nesse espaço de participação social e ativista feminino, ficou clara a necessidade de uma maior organização política destas mulheres, na qual pudessem ressoar suas demandas e necessidades próprias, historicamente silenciadas nesses ambientes, ainda permeados pela desigualdade racial e social. Heilborn, Araújo & Barreto (2010) também comentam que:

[...], o movimento de mulheres negras via a necessidade de manter seu questionamento sobre a pertinência de focalizar políticas para suas demandas específicas, uma vez que, embora o sexismo atingisse todas as mulheres, sobre as mulheres negras recaía ainda o racismo, outro tipo de dominação que incidia sobre aquelas cujas características físicas afastavam-se do padrão estético branco. Esse fenômeno social exigia medidas direcionadas para coibi-lo, especialmente a ação combinada dessas discriminações (por gênero e por raça) com outras formas de dominação e exploração (como a econômica) potencializava os efeitos negativos para as mulheres negras. (p. 197).

O fato ocorrido na formação do *Conselho Estadual da Condição Feminina* foi de máxima importância para que a militância de mulheres negras se organizasse, tanto para articular os grupos já existentes em outros estados, quanto para lançar outras redes de organização em lugares em que não existia este tipo de mobilização política. É neste momento então, que foi organizado o “*I Encontro Estadual de Mulheres Negras*”, em São Paulo (no mesmo ano de formação do Conselho - 1984), na tentativa de se opor à condição de invisibilidade e tentar uma representação plena, em espaços próprios em que se efetivasse uma identidade coletiva em que suas demandas e anseios fossem realmente discutidos e problematizados².

Em 1988, no momento que a *Constituição Brasileira* se constituía e a luta dos movimentos, organizações sociais e civis estavam em pleno ápice pela conquista e promoção da cidadania e dos direitos, realiza-se o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, na tentativa de se estabelecer relações de caráter mais abrangente e fortalecer os coletivos organizados em outros Estados bem como a constituição em outros. Neste sentido, durante a década de 1980, foram formadas organizações de mulheres negras no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, etc³.

É a partir deste contexto de lutas, de abertura democrática e diante do quadro de organização e conscientização social, a nível nacional, que se constituiu nos Estados, organizações de mulheres negras. E é justamente o que o estudo pretende investigar, como se deu a organização dos Movimentos de Mulheres Negras no Pará, em particular em Belém, entendendo como se construiu a partir de suas especificidades.

² Idem, p. 197.

³ Ibidem, p. 197.

OBJETIVO GERAL:

Entender como se organizam historicamente os coletivos de mulheres negras no Estado do Pará, de modo específico, em Belém, bem como os motivos pelos quais essas mulheres ingressam no movimento, suas lutas, anseios e interesses e se houve transformações nas demandas políticas do movimento ao longo de tempo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Este estudo tem por finalidade os seguintes objetivos:

- ✓ Conhecer e caracterizar os conceitos de movimento social, identidade, solidariedade, representação e negritude;
- ✓ Entender o processo de construção do Movimento de Mulheres Negras em sua especificidade, a partir das condições de desigualdade de gênero sofridas pelas mulheres negras no Movimento Negro, e de raça, no Movimento Feminista;
- ✓ Relacionar a condição da mulher negra na sociedade brasileira e belenense e o seu lugar social diante do processo histórico de desigualdade de gênero, raça e classe;
- ✓ Compreender a organização do Coletivo de Mulheres Negras à nível nacional;
- ✓ Entender a formação dos Movimentos de Mulheres Negras no Pará, em específico na capital paraense, sua organização e características próprias, a importância, as dificuldades a partir da entrada na militância e os avanços, advindos da luta dos coletivos.

PROBLEMATIZAÇÃO:

A condição da mulher negra na sociedade brasileira é historicamente demarcada pelas formas em que as desigualdades de classe, raça e gênero condicionam suas vidas, fazendo com que as mesmas passem cotidianamente, por dificuldades de ascensão econômica, social, pessoal e profissional, assumindo papéis de invisibilidade, opressão e exploração. Neste sentido, ao tomarem consciência da sua realidade, do papel e do lugar que assumem na sociedade, terminam por se organizar em coletivos de lutas, como os movimentos sociais. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa procura compreender: porque as mulheres negras se organizam nesta forma de ação coletiva? Também procurar-se-á entender porque se constituem em movimentos específicos, ao ponto de formar coletivos em todos os Estados do Brasil, entre eles, no próprio Estado do Pará, em especial, em Belém. Deste modo, tentar-se-á investigar: como os movimentos se estruturam na capital paraense? Como se caracterizam?

METODOLOGIA:

Para estruturar a pesquisa, inicialmente será feita uma reflexão teórica para entender os motivos pelos quais as mulheres negras se organizam em coletivos, analisando conceitos fundamentais como, o de movimento social, identidade, solidariedade, representação e negritude. Posteriormente, será feito um estudo teórico para entender as razões pelas quais as mulheres negras se constituem como um movimento específico, a partir da análise das experiências vividas no Movimento Negro e no Movimento Feminista, para a construção, efetivação, institucionalização de coletivos que representam suas demandas próprias. Deste modo, também se fará um estudo teórico-reflexivo sobre a expansão dos coletivos de Mulheres Negras para os diferentes Estados brasileiros e a organização de conferências nacionais e internacionais.

A partir dos conhecimentos adquiridos na reflexão teórica, partir-se-á para o segundo momento da pesquisa que consiste em entender como se constituíram os Movimentos de Mulheres Negras no Pará, em especial, na capital paraense. Para isso, será utilizada análise de fontes orais, a partir de entrevistas feitas com quatorze mulheres negras que iniciaram os coletivos de mulheres negras no Pará e as novas militantes na tentativa de caracterizar as organizações, identificar os motivos pelos quais essas mulheres entram nessas grupos, sua complexidade, as dificuldades da militância, as experiências de vida, mudanças e permanências, as relações de identidade e solidariedade, expectativas, os avanços e conquistas a partir da luta organizada coletivamente. Essas entrevistas partem de três perguntas centrais:

- 1 - A partir da sua história de vida, qual a motivação para o engajamento em Organizações de Mulheres Negras?
- 2 - Quais as principais lutas, demandas e dificuldades dentro da militância ao se inserir nos Coletivos de Mulheres Negras?
- 3 - Quais as conquistas e os avanços adquiridos a partir da luta, do enfrentamento político e crítico, feitos a partir do engajamento nas Organizações de Mulheres Negras?

A partir dessas perguntas, as entrevistadas trazem novas informações, questionamentos, vivências e especificidades que só as mulheres negras, a partir do seu lugar de fala e das experiências vividas podem narrar.

Os professores Júnior & Júnior (2011, p. 239) mostram a importância de se recorrer à entrevista na metodologia em História Oral: “(...) sempre que se tem necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes serem fornecidos por determinadas pessoas.”. Mas também citam Ribeiro (2008, p.141) para

aprofundar a questão e evidenciar o quanto a entrevista como recurso técnico para a pesquisa é importante, pois a mesma possibilita abertura de um leque de informações sobre o objeto, levando o pesquisador além da descrição da ação, dando a ele a oportunidade de abstrair diferentes formas de análise a partir do comportamento, da fala, da entonação que o indivíduo utiliza:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito de seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (p. 239).

Para Alberti (2015), a entrevista é um recurso de grande importância para a pesquisa, pois a partir dela, resgata-se uma importante característica que as sociedades contemporâneas do Ocidente trazem consigo: a valorização do indivíduo, da importância do mesmo para a transformação social, o ser individualizado que consegue, a partir de suas concepções e ações práticas, agir e interferir na dinâmica social, mudando sua realidade. A autora comenta a questão:

(...). Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor. O indivíduo único e singular, o ser psicológico, dá sentido a uma série de concepções e práticas em nosso mundo. (...). (p.169).

Outros autores também seguem a mesma linha de pensamento, ao evidenciar a entrevista como canal para se compreender como o indivíduo constroi, age e modifica a dinâmica em sociedade. Neste sentido, May (2004, p.169) é categórica ao pensar a entrevista “(...) como um recurso para entender como os indivíduos decifram o seu mundo social e nele agem”. Deste modo, o uso das entrevistas é um recurso metodológico importante para se trabalhar com as fontes orais. Isto porque este tipo fonte ultrapassa as formas tradicionais de estudo do documento histórico, no qual ainda fincam suas bases, no olhar do documento escrito como única fonte de veracidade científica. Neste sentido, as fontes orais são de grande importância pois possibilitam que outras formas de expressões humanas também servem de arcabouço para se pensar e refletir as ações dos indivíduos na sociedade no passado e no presente. Alberti (2015) novamente contribui com enunciado:

(...). Durante muito tempo, desde a perspectiva positivista predominante no século XIX, a História preconizou o escrito em detrimento do oral (este, identificado com o anedótico, com as sociedades sem escrita e, portanto, “sem História”), e o passado remoto em detrimento de temas contemporâneos, em relação aos quais o historiador não seria suficientemente imparcial.(...). (p. 163).

Desta forma, as fontes orais surgem na dinâmica de trazer o indivíduo como protagonista e agente histórico por primazia, pois a partir do testemunho vivo, dos seus relatos, experiências, vivências e formas de ver o mundo, poder-se-á construir uma História não só edificada nos acontecimentos passados, mas que também entenda e discuta situações e problemáticas vividas na contemporaneidade, a partir do discurso dos sujeitos históricos que vivem esta temporalidade.

Para outros pensadores, esta proposição vai muito além. As fontes orais não só trazem o protagonismo aos indivíduos como sujeitos históricos, mas também possibilitam chamar a atenção a outras ações, vivências, expressões e comportamentos humanos que extravasam às fontes escritas, sem, no entanto, diminuir ou inferiorizar seu uso. Neste sentido, as fontes orais além de evidenciarem o papel e importância do indivíduo em si, também são excelentes matérias – primas para conhecer e entender realidades sociais que fugiram ou não foram satisfatoriamente refletidas ou representadas no métier do historiador/ pesquisador. Garrido (1993) comenta esta afirmação:

Ampliando estas ideias básicas, é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (p. 36).

Ou seja, entender-se-á historicamente esses sujeitos a partir dos seus testemunhos vivos, e no que tange à pesquisa, compreender como a organização coletiva se materializa e, ao mesmo tempo, se revela importante para a luta por direitos e visibilidade da mulher negra paraense. Segundo Schumacher & Vital Brasil (2006, p.327) as falas das mulheres negras são de grande valor na tentativa de compreender como os seus Coletivos se organizam e impulsionam outras formas de organizações em diferentes regiões no País e ao mesmo tempo, a sua importância na tentativa de entender sua própria história, tão marcada pela violência e violação de direitos: “(...). *As narrativas pessoais e a observação das contingências sociais e políticas que impulsionaram a formação de organizações autônomas em todo o país, são imprescindíveis para o entendimento dessa história.*” A pesquisa tem caráter qualitativo e parte da perspectiva da História Oral, na qual, segundo Xavier (s.d) “a utilização da História Oral como fonte de pesquisa, no complemento, justificação e como recurso alternativo não só enriquece o trabalho de pesquisa, como também valoriza os ‘atores sociais’ como indivíduos sujeitos-agentes de sua própria História”.

Para outros autores, como Santos & Araújo (2007, p.192) é uma forma de fazer História que permite diferentes formas de comunicação, na qual diferentes sujeitos podem mostrar-se, tal como seus pontos de vistas diante do acontecimento, bem como entender a construção das estruturas sociais e suas tradições, justamente por essa gama de sentidos e experiências:

(...). É uma história que propicia diferentes diálogos, bem como possibilita compreender a constituição de classes sociais e a tradição de gerações, contada a partir da multiplicidade de pontos de vistas e vivências.

Esta metodologia, não se esgota somente nas análises às fontes orais, mas utiliza o cruzamento com outras fontes, na tentativa de uma reflexão mais profunda e abrangente sobre o tema abordado. Neste sentido, concorda com Selau (s.d, p. 227) ao afirmar que esta maneira de fazer pesquisa está de acordo com que se entende como história oral, no qual consiste em uma “reflexão teórica, trabalho *empírico e de campo*, um processo de constituição de uma fonte e, principalmente, um processo de produção de conhecimentos científicos.”. A mesma também é, segundo Meihy & Holanda (2017, p.17), “(...) sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.”, pois parte do momento atual como baliza para entender e refletir sobre as situações e problemáticas dos sujeitos históricos na sociedade, utilizando dos testemunhos vivos como fontes de análise. Segundo Dosse (2012, p. 9), “(...) *Esse presente, como fonte de significado, é o objeto de exploração histórica em resposta às solicitações e indagações do momento (...)*”. Ou seja, parte – se do presente para entender como se constroem as conjunturas e a partir disto, elucidar soluções plausíveis às realidades dos sujeitos históricos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Para a fundamentação da pesquisa, serão utilizados artigos e teses em que os autores debatem sobre os conceitos analisados (movimento social, identidade, solidariedade, representação e negritude), sobre as ideias do Feminismo Negro, as experiências das mulheres negras no Movimento Feminista e no Movimento Negro, bem como sobre a organização das mulheres negras, e sua importância e lugar na sociedade internacional e brasileira. Serão utilizados também artigos e teses que falam sobre o racismo e discriminação e autores que debatem a condição da mulher negra como Sueli Carneiro, Nilma Bentes, Lélia González, Djamilia Ribeiro, entre outros.

As fontes utilizadas são de grande importância para o estudo, já que partem de testemunhos de representantes que iniciaram e militam nas Organizações de Mulheres Negras no Pará, dentre os mesmos, integrantes do Cedenpa, do Mocambo, e de novos coletivos de

mulheres negras que surgiram atualmente, como a Rede de Mulheres Negras de Belém e a Rede Fulanas, e outras mulheres negras militantes, que utilizam outros recursos para militância, como as redes sociais. Também serão utilizadas para o referencial teórico para entender a constituição do movimento de mulheres negras a nível nacional e local, os acervos da Biblioteca Central da Ufpa, Cedenpa e Casa Brasil África.

1 MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: POR QUE SE ORGANIZAR?

A organização dos Movimentos de Mulheres Negras, que se estruturou ao longo das décadas de oitenta e noventa, foi de suma importância para que a voz e a luta dessas mulheres ganhassem peso e visibilidade. Deste modo, a forma de enfrentar o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe pelas mulheres negras, perpassam pela força de coesão materializada na organização de movimentos sociais específicos e coniventes com seus anseios e necessidades. Neste sentido, é importante para a pesquisa compreender qual a relevância dos movimentos sociais, às suas características intrínsecas, sua finalidade para que diferentes grupos sociais se apropriem de sua forma e os transformem em mecanismos fortes de luta e de representação. Para isso, é necessário caracterizar o que se denomina como movimento social e como se estrutura teoricamente seu conceito.

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Ammann (1991, p. 22) citada por Raimundo, Gehlen & Almeida, denomina movimento social como *“uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.”*. Ou seja, os movimentos sociais designam-se como válvulas alternativas de mudança da realidade prática, a partir de sua essência crítica, provocadora e denunciadora, de questões que causam desequilíbrios nas relações em sociedade.

Miranda, Castilho & Cardoso (2009) estruturam sua designação a partir do momento que associam os movimentos sociais a vetores do processo de mudança social, compreendendos como uma organização de cunho popular, fruto da luta contra a opressão, desigualdade e das diferentes formas de exclusão social, na tentativa de se constituir uma sociedade nova.

Entende-se também que é a partir do movimento social, que os sujeitos adquirem consciência crítica ao refletirem a própria realidade na qual estão inseridos, e por meio da tomada de consciência em coletividade, podem problematizar as principais demandas e

necessidades de um determinado grupo. Utilizando de sua força coletiva, podem protestar, articular e agir em favor de mudanças consubstanciadas em prol da organização formada. Neste sentido, os autores fazem a relação entre movimentos sociais, luta e conquista de direitos; mostrando que funcionam como o estopim principal para a conquista de valores inerentes à questão da cidadania: garantias sociais e políticas na luta pela igualdade e dignidade.

Deste modo, os movimentos sociais ganham importância essencial na realidade brasileira, pois são expressões práticas da reflexão crítica de cidadãos insatisfeitos com as condições de existência, e terminam por se organizar e associar para que a coesão social seja sua força material na condição de luta por melhorias, pela conquista de direitos básicos, a partir da conscientização e reivindicação pública.

Azevedo (2010) também comenta que os movimentos sociais nada mais são que instrumentos utilizados pelos cidadãos para reivindicarem e manifestarem seus direitos organizados de forma coletiva para a transformação social. A autora evidencia que, na realidade histórica, serão sempre latentes, e isto se deve ao fato de que funcionam como forças tarefas para experimentações sociais, fontes de mudanças do meio social e dos indivíduos que estão inseridos neles. Para elucidar seu argumento, utiliza-se de Avritzer (1994, p. 189-190) na seguinte colocação:

Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido.

Neste sentido, Melluci (1989.2003) citada por Rodrigues (2011) também nos ajuda na compreensão dos movimentos sociais, pois deixa claro que há uma relação entre estas organizações coletivas como meios difusores dos ideais de liberdade, já que permitem a livre manifestação em comunidade, das principais demandas históricas e políticas de um determinado grupo, servindo como elo comunicativo para sociedade. Deste modo, sua função social para determinado grupo ou organizações coletivas, seria o de autêntico denunciante do sistema econômico e social vigente na realidade em que os indivíduos vivem, isto é, seria o meio social pelo qual se aponta as desigualdades, a exclusão e as contradições sociais presentes nos moldes tradicionais da cultura opressiva e dominante. É conformado a partir da união social e estabelece estreita relação com a mudança social.

Para Gohn (2000) movimentos sociais são ações coletivas que se formam a partir de redes de solidariedade e por identidades coletivas formadas de interesses comuns, em prol de

lutas políticas por direitos e cidadania, contribuindo para desenvolver e transformar a sociedade civil e política.

Dagnino (2004) nos mostra que é possível fazer a relação entre cidadania e o movimentos sociais, já que a mesma está diretamente ligada às experiências práticas destas organizações coletivas, pois a sua essência reside na constituição de direitos para o cidadão e é justamente, um dos pilares de luta que os diferentes grupos sociais incorporam ao se constituírem como movimentos. A relação também reside no fato de que é a partir da cidadania que se constitui bases sólidas para a construção democrática, e deste modo, seria o vetor primordial para que os movimentos sociais possam manifestar, lutar e promover transformações sociais.

Portanto, os motivos pelo quais os movimentos sociais são importantes para as organizações de mulheres negras residem no fato de que, como força coletiva, estas mulheres poderão problematizar, debater, refletir criticamente a sociedade no qual vivem, identificando as desigualdades, discriminações e preconceitos nos quais foram subordinadas historicamente; e partir daí, propor ações políticas e práticas para dismantelar os meios que as tornam invisíveis, exploradas e subjugadas. Neste sentido, como movimento social, também podem lutar pela cidadania e na conquista de direitos, pois será o canal coletivo no qual suas manifestações e demandas virão à tona.

É justamente na formação dessas associações coletivas, na força de coesão social que essas mulheres se propõem ao enfrentamento público contra as condições de existência, contra as desigualdades, discriminações e subordinações que lhe foram impostas ao longo do tempo, a partir de uma estrutura econômica e social, na qual condicionou seu papel e lugar na sociedade, no passado, e termina por deixar marcas profundas no presente. Desta forma, este agrupamento assume características próprias, ao entender que a sua formação postula-se a partir do momento em que reflete criticamente a condição da mulher negra na sociedade, acolhe suas necessidades e responde à altura com ações efetivas. Em relação à sua constituição, é importante que o debate sobre as questões da identidade de gênero e raça, das relações de solidariedade e os aspectos culturais que circundam a efetivação de laços comuns nesse meio, seja feito. É o que trataremos em pormenores a seguir.

1.2 IDENTIDADE

Neste momento, ao pensar na constituição do movimento de mulheres negras, vamos entender a partir do conceito de identidade, qual a sua importância para a organização dessas mulheres, ao se estabelecer em grupos próprios para atendimento de suas lutas e demandas.

Em relação à identidade, Patriota (2002) deixa claro que é a partir dela que nos diferenciamos dos outros, nos definimos como pessoa ou grupo social. A autora também descreve a identidade como organizadora do conjunto de funções que o indivíduo exerce na sociedade, caracterizada pelas condições de vida que cada um exerce em seu meio. Deste modo, este conceito ajuda a entender o processo que torna viável a construção de características comuns de um grupo, a partir do momento em que se caracteriza como agente histórico, conformado ao longo do tempo e fruto de relações intrínsecas entre os homens.

No que diz respeito à identidade e à cultura, Santos (2011) utiliza-se de Castells (2011, p. 22) que a define como “*a fonte de significado e experiência de um povo*”, ou seja, é a partir dela que podemos estabelecer os aspectos próprios e singulares de uma determinada organização social ou povo. Neste sentido, podemos estabelecer a existência do outro, já que parte do princípio da diferença, no qual se um determinado grupo social existe, a sua existência é materializada a partir da formação das características culturais próprias que se estabeleceram ao longo do tempo, pela tradição de seus hábitos e costumes e, deste modo, diferencia-se do outro, pois ele termina por estabelecer outras relações culturais. Já Oliveira (2011, p. 139), define identidade como sendo um “*sentimento de pertencimento*”. Neste sentido, entende que em uma cultura pode haver diferentes identidades, o que evidenciaria a pluralidade de significados e experiências que podem ser construídas em dada realidade.

Para Santinello (2011) a identidade do indivíduo ou grupo social é formada com base na necessidade de se sobreviver, a partir das variações nas relações sociais ocorridas em um determinado espaço e tempo que o mesmo está inserido. A autora cita Jacques (2006, p. 255) ao delinear que identidade também é a maneira como um indivíduo se torna alguém em relação a um grupo “*etnia, raça, gênero, família, profissão, em que o igual e o diferente convivem simultaneamente*”.

Ou seja, ao refletir junto a estes autores, é possível estabelecer a relação entre a identidade e a constituição de entidades de mulheres negras. Estas mulheres estão presentes nos Movimento Negro e Feminista, no entanto, suas pautas específicas, seus problemas e necessidades eram silenciados ou tornavam-se invisíveis pelas demandas dos grupos que estava à frente das relações de poder – o homem negro e a mulher branca -, relegando-as a papéis

secundários ou de subordinação. Sendo assim, estas mulheres sentiram a necessidade de criar um grupo próprio no qual suas experiências e demandas respectivas fossem ouvidas e compartilhadas. Ou seja, ao se criar um coletivo só de mulheres negras, é possível estabelecer um espaço em que podem trocar suas vivências, exaltar e valorizar sua identidade, não só como mulher, mas como negra e refletir sua condição social, na qual extremamente demarcada pela cor e pelo gênero, estas mulheres exerceram historicamente posições de desigualdade na sociedade brasileira. Sendo assim, a identidade configura-se como um dos laços que unem essas mulheres para se organizarem em entidades sociais próprias.

1.3 SOLIDARIEDADE SOCIAL

Neste tópico, procuramos entender, a partir da reflexão dos conceitos sobre solidariedade social, como o movimento de mulheres negras também se organiza através desta relação coletiva.

Ao nos remetermos às relações de solidariedade, Silva (2011) usa os estudos de Durkheim para refletir sobre este conceito. Para o último, a solidariedade tem a função de preencher o vazio social de um indivíduo, tanto no que concerne na sua relação com os outros indivíduos – ao abandono, ao cuidado com o próximo - como pelo Estado, que ao longo do seu desenvolvimento, imbricado nas relações capitalistas, tende a favorecer o capital e o desenvolvimento econômico, deixando suas funções perante o cidadão – prestação de serviços públicos de qualidade, promoção de garantia de direitos bem como o exercer de sua cidadania, etc. Deste modo, a solidariedade social provinda da formação de grupos e coletividades nada mais seria que o acolhimento das funções que a sociedade e o Estado deixaram de exercer ao indivíduo, ou seja, o lugar no qual a pessoa estaria amparada socialmente das contradições e dos problemas produzidos em comunidade.

Para Lolis (1999), o conceito de solidariedade perpassa por uma vinculação moral de um indivíduo, a partir de seus anseios, interesses e necessidades; com determinado grupo social, na qual há uma relação de responsabilidade direta entre ambos, em que cada participante sente-se na obrigação moral de apoio ao outro.

A partir das reflexões levantadas é possível entender como podemos utilizar o conceito de solidariedade social para pensar o coletivo de mulheres negras. A situação social da mulher negra, em grande parte orientada a partir das contradições e desigualdades vividas e historicamente construídas numa sociedade em que os resquícios do patriarcalismo se configuram até hoje, conformam a associar essas mulheres a papéis de subalternidade, sexismo e racismo, reproduzidos até mesmo pelo Estado Brasileiro. O próprio período histórico em que

o Brasil vivia ao longo da década de 1970 e seus desdobramentos, diante de uma realidade de opressão e censura nos “Anos de Chumbo”, fizeram com que muitos movimentos e coletivos alavancarem suas lutas a partir de laços de solidariedade. Neste sentido, a organização de mulheres negras também se utiliza desta rede para construir suas relações sociais de grupo. Correa (1999, p.5), citado por Raimundo, Gehlen & Almeida (s.d), esclarece a questão:

[...]. Durante a vigência do golpe militar de 1964, os movimentos sociais tiveram que recuar, o que motivou, na década de 1970, diversos movimentos de base que surgiram a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade.

Neste sentido, é na união dessas mulheres, no compartilhar dos sofrimentos e problemas, que o acolhimento social é estabelecido. Ou seja, é na organização de seus próprios grupos que podem ser amparadas socialmente das contradições impostas por uma sociedade, que exclui, desvaloriza e explora a mulher negra. Também promove a luta pela garantia de seus direitos e por melhores condições de vida, guardando para si uma função que, por essência, caberia ao Estado, que juntamente com a sociedade, “vira as costas” para seus problemas e infortúnios. Seguindo as reflexões dos autores, ao se constituírem unidas, cabe a cada uma cuidar da outra, cada uma, como coletividade, tem a responsabilidade social de zelar, a partir da militância política, e garantir uma vida melhor a essas mulheres.

1.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Podemos nos ater também ao conceito de representação social para refletirmos os motivos pelos quais essas mulheres se constituíram numa organização própria, mesmo fazendo parte do Movimento Negro e Feminista. Neste sentido, para Chartier (1991) as representações coletivas funcionam como bases práticas de edificação do mundo social, ou seja, elas significam novas sensibilidades, novas formas de ver o mundo, a partir do lugar em que o discurso está sendo construído, conformando assim identidades próprias.

Tanto que o autor se utilizará dos conceitos de Marcel Mauss e Émile Durkheim ao defender que as representações coletivas, são formas múltiplas de construção da realidade social, onde suas práticas visam configurar uma identidade social, uma maneira exclusiva de ser e agir no mundo, marcadores visíveis da existência de grupos, comunidades ou classes, a partir do reconhecimento e na “representação” de uma unidade.

Isto nos faz refletir que as mulheres negras ao se organizarem em movimentos sociais também edificam formas de “representação coletiva”, pois procuram meios práticos de construção da realidade, na qual a partir de suas visões e olhares – por uma sociedade plural,

antirracista, antissexista e na busca da igualdade, respeito e liberdade – fundamentam seu discurso e terminam por criar identidades próprias, que se materializam na construção de grupos nos quais se apresentam à sociedade como unidade e a partir deles, possam lutar por suas demandas e necessidades.

1.5 NEGRITUDE

Ao refletirmos sobre o conceito de negritude, também compreendemos como ele pode ser relacionado ao movimento de mulheres negras.

Domingues (2005) nos deixa claro que o termo negritude pode assumir vários significados a partir da intencionalidade do discurso. No caráter político, assume caráter de luta, de orgulho e valorização da identidade negra diante da sociedade. Sua função social organiza-se a partir da tomada de consciência crítica da população negra e do seu papel estabelecido em comunidade, e no viés cultural, configura-se como manifestação simbólica da valorização da cultura negra. Neste sentido, seu conceito polissêmico surge como resposta ao preconceito e discriminação acometidos à população negra, ao longo do tempo nas esferas da sociedade, e propõe uma perspectiva positiva e consciente na luta contra as exclusões e desigualdades baseadas na cor.

Utilizando-se da multiplicidade de conceitos sobre negritude, como podemos estabelecer a relação entre eles e o movimento de mulheres negras? É a partir da mudança ocorrida pela tomada da consciência do papel da população negra, que as mulheres negras se aprofundaram na utilização do conceito de negritude para afirmarem-se na sociedade, a partir da valorização dos seus traços identitários, de sua estética, positivando sua autoestima e destruindo estereótipos historicamente construídos em relação à sua representação. É na valorização da sua cor, de seu cabelo, de suas próprias roupas, que desconstruem os ideais edificados sobre o padrão estético social, nos quais durante anos, perpetuaram sobre a dominação da cultura branca.

Portanto, é a partir desses laços e vínculos sociais, que o movimento de mulheres negras irá se constituir para lutarem por seu protagonismo, por seus direitos sociais e políticos, contra as formas de discriminação e opressão presentes historicamente na sociedade e evidenciando seu lugar como agentes de mudanças significativas.

1.6 MULHERES NEGRAS: EM BUSCA DA ESPECIFICIDADE DE GÊNERO E RAÇA

A partir do entendimento proposto – fruto das análises sobre a compreensão da constituição das mulheres negras em organizações sociais próprias – podemos avançar na investigação e analisar como surgem esses movimentos e sua expansão para outras localidades, como no Estado do Pará, região sobre a qual se volta esta pesquisa. Para isto, é imprescindível conhecermos o contexto histórico da época na qual estas organizações se edificaram.

As mulheres negras circulavam no Movimento Negro e no Movimento Feminista desde a constituição das duas formas de organização. No entanto, na década de 1970, as efervescências para a formação de organizações de mulheres negras ganham espaço. Estas mulheres encontram grandes problemas em ocupar cargos de dirigentes nas organizações dos dois movimentos, o que relegava muitas vezes, suas ações, desejos e necessidades à coadjuvância. Neste sentido, Santos (2009) se utiliza de Lemos (1997) para explicar os motivos desses problemas. Argumenta que o desejo de autonomia das mulheres negras e a sua constituição como grupo organizado foi fruto de dois fatores: justamente, por suas aspirações, anseios e interesses acabaram se diferenciando das pautas gerais do Movimento Negro, pois os conflitos de gênero eram latentes; e também do Movimento Feminista, nas quais as divergências ocorriam a partir da questão racial e de classe; e o outro fator seria a necessidade latente em criar agendas próprias de demandas políticas.

Lemos (1997, p. 277), também comenta que no Movimento Negro, as mulheres negras começaram a questionar seus lugares sociais na organização e a reivindicar um papel de agentes de luta e participação política, já que muitas de suas tarefas no movimento se destinavam a operações domésticas, como cozinhar, limpar; e cargos na secretaria, ou como elaboradoras das atas sobre os eventos que o movimento organizava. A luta por espaços de poder entre homens e mulheres no movimento começava a ser latente; o machismo e o sexismo terminavam por se enraizar na organização a partir dos estereótipos criados, o assédio sexual também fazia parte da realidade dessas mulheres, fazendo com que os desejos de constituição de espaços próprios nos quais reverberasse sua voz e que pudessem compartilhar suas experiências práticas de vida e suas demandas ganhassem força.

No que diz respeito ao Movimento Feminista, a autora também ressalta que as diferenças entre as agendas políticas entre mulheres brancas e negras eram um grande problema. Junto a isto, há divergências frente às teorias utilizadas pelo Feminismo, já que não englobavam a realidade da mulher negra. Santos (2009) também se utilizou de Gonzalez (1982, p. 100) para explicar tal situação. A última argumenta que *“as categorias utilizadas pelo feminismo neutralizavam tanto o problema da discriminação racial quanto do isolamento enfrentado pela*

comunidade negra na sociedade” . Junto a isto, outra reclamação latente das mulheres negras dentro do Movimento Feminista seria na pauta das reuniões, em que as direções da organização, na maioria das vezes de totalidade branca, não queriam discutir questões prioritárias como classe, raça/etnia alegando que esses temas poderiam dispersar as mulheres da organização, e afetar a “causa máxima” pelo fim da luta contra a opressão advinda do machismo e do sexismo.

As desigualdades sociais, de classe e raça entre mulheres brancas e negras produziam dissidências que terminaram na tentativa das mulheres negras de criar suas próprias entidades. Heilborn, Araújo & Barreto (2010) também citam Gonzalez (1982; 1983) ao delinear que a autora, ao mesmo tempo, que critica a cultura brasileira (devido à mesma relegar às mulheres negras os papéis de desejo sexual, de trabalho e de laços maternos, herdados do passado escravista – a partir da mucama, mãe preta e ama de leite, respectivamente), também criticava o movimento negro, pois nessa organização, também persistiam posições machistas, as quais destinavam as mulheres à invisibilidade; já com relação ao Movimento Feminista, as dirigentes desses grupos ainda se comportavam como “patroas”, isto é, deixavam claro as desigualdades sociais e raciais presentes entre brancas e negras, nos espaços de poder da organização, na direção de eventos e na promoção dos argumentos teóricos que defendia o movimento.

Cardoso (2013) usa dos argumentos de Ribeiro (1998) para entender porque o Movimento Feminista não conseguia atender às demandas das mulheres negras. A última considera que o problema está na própria dificuldade desta organização social, no seu início, em lidar com a realidade plural e a questão da diferença entre as mulheres, juntamente com uma visão limitada dos processos de organização social, direcionando o lugar da mulher negra, anseios e interesses, à irrelevância. Isto se deve ao fato de que as experiências e saberes das mulheres negras e pobres foram desdenhadas pelas integrantes e dirigentes do movimento feminista, em geral brancas e de melhor condição social. As mulheres negras não eram vistas como iguais, nem suas necessidades e lutas ganharam força frente aos interesses de classe da mulher branca.

Deste modo, a formação de organizações próprias destas mulheres, parte da sua própria condição social e histórica no desenvolver da sociedade brasileira e das condições de desigualdade e invisibilidade que ainda reverberavam no Movimento Negro e Feminista. Sua condição como mulher e como negra numa organização social tradicionalmente opressora, machista, sexista e racista, condicionam suas necessidades, anseios e lutas em especificidades próprias, que extravasam as reivindicações desses agrupamentos com questões que englobam gênero/raça/classe como bandeiras prioritárias na luta pelo seu espaço e lugar na sociedade.

Segundo Miranda (s.d, p.1) é importante pensar a cidadania no Brasil para entender como se estruturam as desigualdades sociais e como elas afetam as mulheres negras de forma perversa e termina por reproduzir o racismo e práticas discriminatórias. Comenta que:

[..]é necessário refletir sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, especialmente em suas interfaces com relação às mulheres negras, mostrando a importância da vinculação entre “raça”, gênero e identidade como fenômenos historicamente determinados, pois no seio da sociedade, ainda é predominante a produção e reprodução de práticas preconceituosas e discriminatórias de cunho machista, xenofóbica e racista.

Beatriz Nascimento (1976) citada por Heilborn, Araújo & Barreto (2010) e Gonzalez (1982; 1983) reflete sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, ao delinear que a situação vivida por essas mulheres perpassa pelos mesmos problemas dos grupos racialmente discriminados, devido ao passado de opressão e escravidão, imputa-lhes papéis subalternos, de discriminação e de diferenciação semelhantes aos desempenhados na sociedade colonial, os quais terminam por ser recriados e renovados na sociedade contemporânea. Tanto o patriarcalismo quanto o racismo trabalharam para incutir na sociedade brasileira, ao longo do tempo, a afirmação da submissão da mulher negra nas relações de classe. No jornal *Última Hora*, a autora conclui seu pensamento sobre a condição da mulher negra no Brasil:

Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem aos mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. ” (NASCIMENTO, 1976 Apud RATTTS, 2006:105).

Lélia Gonzalez, citada em referências acima, também faz parte do rol de pensadores que discutem sobre a condição da mulher negra na realidade brasileira. A mesma faz críticas ferrenhas sobre a ideologia nacional em relação à imagem e ao lugar que destinavam a elas na condição social do país. Justamente porque condicionavam essas mulheres para fins sexuais, exóticos, sensuais, laborais e maternos, mantendo a estrutura hierárquica e social tradicionalmente construída no passado escravista. Sua imagem como mucama, preta e ama foi recriada e repassada para a modernidade como a mulata, a empregada doméstica e babá, prendendo as mulheres negras em determinadas funções sociais, alocando-as especificamente, para a função sexual e como mão de obra.

Carneiro (2003, p.52) comenta que a luta por uma melhor condição da mulher negra deve ser pautada não somente pela superação das desigualdades geradas historicamente em

relação ao gênero, mas ao combate de ideologias que acompanham o machismo e o sexismo, no caso, o racismo. Assim comenta sobre a questão:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população negra em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como um fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nesta perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

No que corresponde ao debate sobre raça e gênero, os mesmos terminam por se configurar como os principais fatores de desigualdade no mundo, no Brasil e no Estado paraense e afetam diretamente às mulheres negras, já que pela sua cor e pela condição histórica de inferioridade relegadas às elas, aliadas à questão da classe, formam a base do tripé de segregação e diferenciação social no qual essas mulheres passam ao longo de suas vidas e terminam por causar impactos desastrosos no seu desenvolvimento pessoal e coletivo⁴.

Desta forma, na luta contra esses pressupostos – condição de invisibilidade, inferioridade e subalternidade de gênero, raça e classe historicamente constituídos e transpassados ao longo do tempo na sociedade brasileira –, na busca por transformações sociais que insiram a mulher negra como protagonista de sua realidade, tomando seu lugar e espaço ao reivindicar seus interesses, anseios e necessidades próprias na luta por seus direitos que, em meados dos anos 1980, as mulheres negras começam a se organizar em movimentos sociais.

1.7 MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.

É na multiplicidade das demandas políticas que o movimento de mulheres negras começa a se organizar e se ampliar, tanto que sua militância com o passar do tempo ganha voz e experiência na ação coletiva. A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, as mobilizações passaram por um processo de institucionalização, ou seja, é nesse contexto político que temos a passagem do coletivo de mulheres para a formação de organizações não governamentais, marcadas pela profissionalização das mulheres que estavam à frente dos movimentos, pela organização de coletivos responsáveis pela arrecadação de subsídios econômicos para a elaboração de planos e projetos em que se valorizasse a mulher negra como cidadã e indivíduo.

⁴Fonte: http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/03/blogs/cotidiano/questao_de_genero/2087620-os-atravesamentos-de-raca-e-genero.html. Acesso em: 23 de Agosto de 2016.

Neste sentido, esses grupos e coletivos, evocaram suas especificidades, a partir da luta e do enfrentamento político e crítico, com ações que valorizaram não só sua visibilidade na sociedade brasileira, mas sua ancestralidade e negritude, bem como contribuíram para melhoria de sua condição de vida e autoestima, a partir de iniciativas que promoviam sua valorização e impulsionamento dessas mulheres em todas as esferas que a competem: na estética, no trabalho, na família, na afetividade, na sua vida em geral. Shumaker & Vital Brasil (2006, p.330) entendem que as organizações de mulheres negras foram se edificando a partir do resgate de suas experiências de vida e das contribuições de seus ancestrais, para que voltadas a si mesmo, segundo elas, “olhando para o próprio umbigo” conseguissem na força coletiva, meios para transformar não só suas vidas, mas a sociedade em geral, desconstruindo as práticas de preconceito e discriminação racial, tão caras a elas, e que terminaram por reverberar historicamente na sua condição social até hoje. As autoras afirmam que esses coletivos:

(...). Focalizaram intencionalmente as suas trajetórias e as de seus ancestrais, chegando à conclusão de que “olhar para o próprio umbigo” era o caminho essencial para trazer à tona suas especificidades de corpo, trabalho, afetividade, família, e mais: que especialmente assim poderiam de fato contribuir para transformar a sociedade e extirpar, de uma vez por todas, a discriminação racial. Comprometidos com esses novos cenários, vários grupos de mulheres negras foram se constituindo. (

E acrescentam uma lista por ano de alguns coletivos de mulheres negras que surgiram no fim da década de 1980 até o início dos anos 2000:

1978 – Remunea – Reunião de Mulheres Negras Aqualtuné – RJ;

1980 – Luiza Mahin – RJ;

– GMN – Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro – RJ;

1982 – Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo – SP (p. 330);

1983 – Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras – RJ (p. 333);

1985 – Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro – RJ (p. 333);

1986 – Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista – Santos – SP;

– Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa – MA;

1986 – Coletivo de Mulheres Negras – MG (p.334);

1987 – Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras – RS;

1988 – Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP

– Grupo de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador – BA (p. 337);

1989 – Comissão de Mulheres Negras de Campinas – SP;

- 1990 – Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos – SP;
- 1990 – Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal – DF;
- 1991 – Bloco Afro Oriashé – SP;
- 1992 – Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – BA;
- Grupo Oduduwa – RS;
 - Grupo Criola – RJ (p. 338)
- 1994 – Cedoicom – Centro de Documentação Coisa de Mulher – RJ;
- 1994 – Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia – PI;
- Éléékó Gênero Desenvolvimento e Cidadania – RJ;
 - Acmun – Associação Cultural de Mulheres Negras – RS;
- 1995 – Coletivo de Mulheres Negras – MS;
- Associação de Mulheres Negras Obrin Dudu – ES (p.343);
- 1997 – Fala Preta! Organização de Mulheres Negras – SP;
- 1999 – Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá – AP;
- Grupo de Mulheres Negras Malunga – GO (p.344);
- 2001 – Bamidelê – Organização de Mulheres Negras – PB;
- 2002 – Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado – GO;
- 2003 – Instituto Negras do Ceará – CE;
- Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras – PE;
 - OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – SE;
 - Minas de Cor – SP (p.347);
- 2004 – Mulheres de Kêro – Sociedade Lésbica Feminista;
- 2005 – Imune – Instituto da Mulher Negra – PA;
- 2005 – Instituto Kuanza – SP (p. 348).

As articulações das mulheres negras não se limitaram apenas à organização de coletivos específicos, elas multiplicaram as ações em prol de projetos e iniciativas que valorizam o debate sobre as suas demandas, condições de vida e as experiências vividas, para que em conjunto, debatessem suas pautas e a partir daí, ganhassem visibilidade não só nos espaços dos coletivos, mas que expandissem para outros locais, na tentativa de desconstrução das diferentes formas de exclusão e discriminação da mulher negra. Neste sentido, foram feitas programações e atividades em caráter nacional e internacional, sob o eixo do gênero, raça e classe, na tentativa

de diversificar o debate, trazer novas ideias, mostrar que entender os intemperes historicamente vividos pelas mulheres negras somente a partir das desigualdades de gênero não são suficientes para compreender a dinâmica, as dificuldades e a condição de vida dessas mulheres. Neste sentido, Schumacher & Vital Brasil (2006) também nos mostram uma lista dos principais eventos nos quais estas mulheres tomam a frente, ocorridos no fim da década de 1970 até início dos anos 2000:

- 1975 – Seminário da ABI – Associação Brasileira de Imprensa – RJ;
- 1980 – II – Congresso da Mulher Paulista – SP;
- 1983 – I – Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro – RJ;
- 1985 – III – Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe – Bertioga – SP (p.365);
- 1986 – I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo;
 - I Congresso das Mulheres Trabalhadoras – SP;
- 1987 – IX – Encontro Nacional Feminista – Garanhuns – PE
 - 1º Reunião Nacional Preparatória para Organização do Encontro Nacional de Mulheres Negras – RJ (p. 366);
- 1988 – I Encontro Nacional de Mulheres Negras – Valença – RJ;
- 1990 – Criação de Comitê Impulsor para a realização do Encontro Latino – Americano e do Caribe de Mulheres Negras – Argentina (p.367);
- 1991 – II Encontro Nacional de Mulheres Negras – Salvador – BA;
 - Campanha Nacional contra a Esterilização de Mulheres Negras;
- 1992 – I Encontro Latino Americano e do Caribe de Mulheres Negras – República Dominicana (p. 370);
- 1993 – I Seminário Nacional de Mulheres Negras – Atibaia – SP;
 - Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras – Itapeverica da Serra – SP;
- 1994 – II – Seminário Nacional de Mulheres Negras – Salvador – BA;
 - Painel Mulheres Negras Latinoamericanas e Caribenhas – Balanço e Perspectivas para o 3º Milênio – Mar Del Plata – Argentina (p. 371);
- 1996 – XII – Encontro Nacional Feminista – Salvador – BA;
- 1997 – Reunião Nacional de Mulheres Negras – Belo Horizonte – MG;
- 1997 – I Jornada Cultural Lélia González – São Luís – MA (p.373);
- 2001 – III Encontro Nacional de Mulheres Negras – Belo Horizonte – MG;
 - III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância – Durban – África do Sul;

2004 – Seminário Nacional de Mulheres Negras – SP;

2005 – Marcha Zumbi + 10 – DF;

Além dessas programações e eventos nas quais as mulheres negras participaram ativamente e em grande número, a nível nacional, as mesmas também se fizeram integrar em diversas conferências internacionais, levando suas pautas e demandas, evidenciando a sua visibilidade e ocupando mais e mais espaços de debate e discussão com a sociedade. Entre esses eventos estão “ *Eco – 92, no Rio de Janeiro (1992), Direitos Humanos*, realizada em Viena (1993), *População e Desenvolvimento*, no Cairo (1994); e Mundial da Mulher em Beijing (1995). (...)” (SCHUMAHER & VITAL BRASIL, 2006, p. 375).

Em relação à última conferência, a de Beijing, ocorrida em 1995, foi de grande importância e participação das mulheres negras, nas quais a partir dos debates e discussões a respeito das condições e situações de vida das mulheres do mundo inteiro, foram colaboradoras de políticas que acabaram servindo de marcos legais para ações efetivas em prol de direitos e serviços, no entanto, deixando em evidência que muitas mulheres ainda vivem em condição de exclusão e diferentes desigualdades. Heilborn, Araújo & Barreto (2010, p.199) comentam a questão:

(...). Neste sentido, a conferência de Beijing, na China, teve significativa participação das mulheres negras, interferindo nas concepções políticas que normatizam os documentos oficiais (Declaração e Programa de Ação), relevantes para o desenvolvimento de políticas voltadas para as mulheres do mundo inteiro.

Segundo Maria Luiza Ribeiro Viotti, diplomata e Ministra e Diretora-geral do *Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores*, responsável pela apresentação da *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995*, evidencia a importância de se criar espaços de debate e visibilidade sobre a questão da mulher e suas condições de vida pessoal e social no mundo inteiro, e que essas ações terminem por expandir as questões sobre este tema, deixando evidente a realidade de opressão e discriminação nas quais as mulheres ainda vivem, e as medidas a serem tomadas, sejam materializadas em medidas legais em prol dos direitos e de políticas públicas para as mulheres em diferentes lugares do globo:

A criação de espaços de diálogo tem ampliado a visibilidade do tema e a conscientização sobre a situação de discriminação e inferioridade em que se encontram as mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países. A negociação de compromissos e de acordos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, tem incidido diretamente sobre a legislação e as políticas públicas

nos países-membro. (*Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995*, p. 148).

Na própria *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim*, de 1995, é estabelecido que se deve tomar medidas para por fim a todas as formas de discriminação contra a mulher :

24. Tomar todas as medidas necessárias para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e ao empoderamento e avanço da mulher; (*Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995*, p. 152).

E reafirma que os esforços para a promoção dos direitos humanos das mulheres sejam aumentados, pois vários fatores terminam por causar entraves ao seu pleno desenvolvimento, e muitas vezes por barrar seu crescimento e conquistas sociais, entre eles, a Declaração afirma que a questão da raça, ou seja, a discriminação pela cor é um dos motivos que causam a alienação de seus direitos fundamentais e inalienáveis às mulheres:

32. Intensificar esforços para que sejam assegurados o gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às mulheres e às meninas que encontram os mais variados obstáculos ao seu empoderamento e avanço por causa de fatores como raça, idade, idioma, etnia, cultura, religião, deficiência física ou por serem indígenas; (*Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995*, p. 153).

Outra conferência de grande importância para a visibilidade das demandas e pautas das mulheres negras foi a *III Conferência Mundial sobre o Racismo*, ocorrida na cidade de Durban, em 2001. Este evento internacional contou com a participação de um grande número de mulheres negras, na qual muitas delas conduziam os debates e as discussões durante a efetividade deste acontecimento. Várias das suas promulgações resultaram em medidas afirmativas para a população negra no Brasil, evidenciando a importância da luta contra todas as formas de discriminação, além da racial, de gênero, de religião, de classe, etc. Heilborn, Araújo & Barreto (2010, p.199) aprofundam a análise:

A III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), ocorrida na África do Sul, é outra evidência marcante do protagonismo das mulheres negras, que se fizeram representar em grande número, além de conseguirem ocupar posição relevante na condução do processo do referido evento. Para o Brasil, as resoluções lá desenhadas reverberaram na proposição de ações políticas focalizadas na população negra do país, prescrevendo o enfrentamento de múltiplas formas de discriminação, especialmente de gênero, raça, etnia, de credo religioso e de condições socioeconômicas.

Alves (2002, p.201) evidencia a necessidade desta conferência mundial, mostrando que todos os Estados do Mundo precisavam e precisam olhar, rever e discutir todas as contradições e consequências que o racismo contemporâneo dita as várias populações espalhadas pelos

continentes, e que apesar de muitas vezes ser denunciado pelo Estado Brasileiro e pelos movimentos sociais, se torna muito mais difícil o seu combate, pois muitas das vezes, está imbricado numa falsa cordialidade ou assentado nas estruturas que ainda alimentam desvantagens e dificuldades sociais e econômicas a partir do critério da cor da pele:

(...), era preciso que o mundo “globalizado” atentasse para as manifestações estruturais do racismo contemporâneo. Vigorosamente denunciado no Brasil pelo movimento negro e por membros da Academia, tão disseminado no “Ocidente” (...), o racismo insidioso, consciente ou inconsciente, que mantém grandes contingentes populacionais em situação de inferioridade social é, quiçá, mais difícil de combater do que as manifestações ostensivas de inferiorização racial, na medida em que dissimulam debaixo de direitos civis e distorcidos.

E também mostram que a participação das mulheres negras foi fundamental na Conferência em Durban, pois evidenciam que muitas lutavam para que suas pautas e demandas fossem ouvidas, vindas de diferentes continentes, várias delas impulsionadas, segundo eles, pelos avanços conquistados a partir de outras conferências mundiais, citando as *Conferências do Cairo*, em 1994 e *a de Pequim*, em 1995, evidenciando que as discriminações também passam pela questão de gênero e muita das vezes, é isto que torna às suas consequências ainda mais graves:

(...). As mulheres, estimuladas por suas conquistas nas Conferências do Cairo, em 1994, e de Pequim, em 1995, insistiam, pela voz de muitas delegações, na inclusão do gênero como fonte de discriminações agravadas. (p. 207).

A efetividade de participação das mulheres negras na Conferência foi tamanha, que na própria *Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 2001*, se reconhece que o racismo e as diferentes formas de discriminação racial afetam diretamente as mulheres e tem muitas das vezes, total relação com as dificuldades e as desigualdades sociais enfrentadas por elas ao longo de suas vidas, nas quais muitas vezes, às levam a uma situação de pobreza e constante negação de seus direitos fundamentais. E insiste que seja reconhecida a questão de gênero nas políticas e programas contra o racismo, na qual também se crie mecanismos efetivos para análise e monitoramento de medidas contra a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata às mulheres:

69. Estamos convencidos de que o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos. Reconhecemos a necessidade de integrar uma perspectiva de gênero dentro das políticas pertinentes, das estratégias e dos programas de ação contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o

intuito de fazer frente às múltiplas formas de discriminação; (*Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Durban, 2001*, p. 15).

E termina por convocar os Estados – membros a integrar a perspectiva de gênero em programas e ações contra o racismo e as diferentes formas de discriminação racial, de xenofobia e intolerância correlata, que incidem principalmente nas mulheres, além das africanas ou de ascendência africana e/ou asiática, incluem as indígenas, migrantes e de outros grupos desfavorecidos, para que tenham acesso a direitos e recursos básicos e proponham medidas eficientes de prevenção e educação em prol do respeito à tolerância e a diversidade.

É diante desse processo de efervescência de participação e protagonismo político das mulheres negras em eventos e conferências nacionais e internacionais, que as organizações e coletivos de mulheres negras começam a se estruturar de forma institucionalizada no Brasil, fruto dos debates feitos em prol de visibilizar suas demandas, anseios e direitos, historicamente negados diante das múltiplas discriminações. Neste contexto, em 2002 é criada a AMNB - *Articulação de Mulheres Negras Brasileiras*, que antes tinha como objetivo articular as mobilizações de mulheres negras brasileiras na Conferência em Durban, e após o evento, continuou seu objetivo, direcionando nacionalmente a luta contra todas as formas de discriminação contra a mulher negra. Schumacher & Vital Brasil (2007, p.376) aprofundam a questão:

(...). Com a missão institucional de promover o protagonismo das mulheres nos processos da Conferência de Durban, realizada na África do Sul, foi fundada em setembro de 2002 a AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Após a Conferência, os grupos integrantes decidiram por sua continuidade, cuja a missão institucional é a de promover a ação política das mulheres negras, construindo marcos referenciais na luta contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a opressão de classe e todas as formas de preconceito e discriminação. (...).

Diante deste quadro de mobilização e institucionalização nacional, vários coletivos e grupos de mulheres negras irão se ramificar pelos Estados brasileiros, e a partir de suas especificidades regionais, pensar e refletir a condição desta mulher, suas experiências de vida, suas demandas e propostas com base na solidariedade coletiva que esses grupos vivenciam, nos quais o acolhimento, a conscientização e a luta por direitos são os pilares dessas organizações. Neste sentido, no Estado do Pará não foi diferente.

No processo de constituição e mobilização nacional de coletivos e organizações de mulheres negras, nos fins da década de setenta e ganhando fôlego nas décadas seguintes – oitenta e noventa em diante, vários movimentos foram organizados no Estado, em especial na

capital paraense, na qual irão se mobilizar não só em meio às dificuldades advindas da ideia de “invisibilidade” do negro na Amazônia, mas por todo arcabouço histórico de violação, discriminação, desigualdade e negação de uma identidade, de uma memória, de uma história que foi e continua a ser negada a muitas mulheres negras paraenses. Neste sentido, é imprescindível entender como esses movimentos foram criados em Belém e de que forma as mulheres negras paraenses aderem aos coletivos como força política para dar voz e protagonismo às suas lutas e demandas.

2 MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO PARÁ: CONSTITUIÇÃO, HISTÓRIAS E LUTAS SOCIAIS.

Nesta parte do trabalho, tentar-se-á entender como se deu a formação dos coletivos e organizações de mulheres negras no Pará, em especial na capital paraense, ocorridos no final da década de oitenta e noventa até os dias de hoje. Neste sentido, procura-se entender o motivo pelo qual as mulheres paraenses adentram nessas organizações e movimentos, as suas especificidades, características; de que modo se estruturam, quais as dificuldades, demandas coletivas, as conquistas e os avanços vindos a partir do acolhimento, conscientização crítica e mobilização dentro desses coletivos específicos.

Para se elaborar a pesquisa sobre os Coletivos de Mulheres Negras no Pará, especialmente, em Belém foram ouvidas quatorze mulheres negras, antigas e novas militantes, de diferentes organizações, em caráter de entrevistas, devido a dificuldade de se encontrar fontes escritas que dessem subsídio e entendimento sobre a construção dessas entidades na capital paraense. Desta forma, utiliza-se a entrevista como recurso metodológico para que a fala e a voz dessas mulheres fossem visibilizadas como ricas fontes orais para a compreensão da questão.

2.1 CONSTITUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM BELÉM.

Para se entender como são lapidados os movimentos de mulheres negras em Belém do Pará, é de extrema importância à reflexão sobre a dinâmica e a vida dessas mulheres na capital paraense, até mesmo no Estado e na própria Região Amazônica, na qual muitas delas têm seus cotidianos marcados por uma gama de processos históricos e culturais de exclusão, discriminação e negação não só de seus direitos, mas de sua memória ancestral, da sua identidade negra e de todas as especificidades que as definem não só como mulheres, mas como

negras. Deste modo, é imprescindível pensar nos fatores que fazem com que essas mulheres adentrem aos movimentos e coletivos específicos às mesmas.

2.1.1 A NEGAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A partir das falas das entrevistadas, um dos motivos para que adentrassem aos movimentos e organizações de mulheres negras estaria justamente na própria negação social de sua identidade negroide, sendo este fator acompanhado desde a sua infância, a partir do momento que as estruturas sociais, não fornecem informações ou não produzem uma discussão plausível sobre o que é ser negro ou negra no Brasil e /ou na Região Amazônica, e/ou no Pará, fazendo que muitas, ao longo da vida, não se reconheçam como tais:

Eu não fui criada como uma criança negra né (...). Mas a minha educação foi bem essa, educação meio que sem informações eu acredito, porque minha mãe não foi também educada como uma criança negra, tanto que (...), minha vó é branca, meu avô é preto, mas eles não foram criados juntos e também não se tem essa ideia de ser negro ou de ser negro né, (...). (A. C. , 1º Entrevistada);

E assim é... aqui no nosso contexto aqui no Brasil, em particular na Amazônia, essas questões raciais são muito complexas, né... então nos é negado uma história, uma memória, e conseqüentemente, uma identidade racial. Então, a gente se assumir enquanto mulher negra... né, dada todas essas matizes de cores, ela acaba sendo muito difícil, muito complicada, e ainda sim, você se assumir é... (...). Então, não é, não faz muito tempo né, são cerca de quatro anos que eu comecei a me enxergar como mulher negra, (...). (F. C. , 2º Entrevistada);

(...), eu não tive a oportunidade de ver... me ver como eu queria... eu me via como os não – negros pensavam, e aí a gente sempre se vê de uma forma subordinada, colonizada. (...). (F. M., 3º Entrevistada);

(...)... e eu me descobri enquanto mulher negra, não tem muito tempo né, (...). É... eu precisei de outras mulheres,(...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...), e até então... eu não era... não tinha essa noção, essa concepção, mas... essa convicção né... mais elaborada do que seria uma mulher negra, eu dizia sempre que pra mim, todas eram iguais, quando defendia... fazia minhas argumentações, coisa e tal, eu sempre dizia...“olha... não interessa isso, todas as mulheres são iguais”. (I. G.,13º Entrevistada);

Diante do relato das entrevistadas, é notório como as estruturas sociais não dão conta ou não contribuíram para a formação de sua identidade negra, fazendo com que muitas não se reconheçam, nem tenham a percepção de que são mulheres negras, ou demorem a se ver como tais. No início do parágrafo, a primeira entrevistada queixa-se que não foi “educada como uma criança negra” no sentido de não receber uma formação e / ou educação durante a vida na qual a mostrasse como negra e todo o arcabouço histórico – cultural que isto iria lhe trazer, e evidencia na própria família, a falta da percepção sobre o que é ser negro no Brasil, ou mesmo aqui no Pará. Neste sentido, a segunda entrevistada termina por evidenciar que o contexto

brasileiro, e mesmo amazônico-paraense, possui problemas históricos estruturais em relação às questões raciais.

Deste modo, devemos nos perguntar que problemas estruturais históricos são esses tão profundos e complexos nas bases da organização social do país, e, por conseguinte, no Pará e em Belém, em relação às questões raciais ao ponto de construir barreiras e dificultar o acesso à população negra, e às mulheres negras, aos seus direitos, a sua cidadania. Sendo assim, é necessário compreender como se organiza a sociedade brasileira e paraense para se refletir não só como se constroi o processo de negação, mas de exclusão e inferiorização que historicamente afetou e afeta a população negra e às mulheres negras, ao ponto de interferirem diretamente na construção de suas identidades e nas representações de si e do outros.

2.1.1.1 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995) evidencia que o ponto central da formação social brasileira estaria justamente na tentativa de implantar a cultura europeia nos trópicos⁵, com base no sistema que o colonizador inicia na América Portuguesa, estruturada na família patriarcal, em que o sistema de exploração, edificados no latifúndio e no trabalho escravo ditavam o “engatinhar” da constituição da sociedade brasileira e paraense. Segue nesta premissa, Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1975, p.65), ao entender que “*Formouse na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição*”.

Este regime de exploração, com suas estruturas fincadas em plantações de grandes extensões de terra, segundo Nogueira (1985, p. 70), sugere uma organização social dos indivíduos envolvidos, fazendo parte o proprietário da terra e do local de exploração (branco europeu ou seus descendentes) no ápice da cadeia e na outra extremidade, estaria à mão de obra que movia todo o sistema explorador, que se organizava no primeiro momento, com as populações indígenas nativas e posteriormente, pelo africano trazido ao continente americano através do tráfico de pessoas, regime no qual se escravizavam indivíduos, tornando-os mercadorias e força motriz de trabalho.

⁵ Fonte: Elementos da formação social brasileira. PUC – RIO – Certificação Digital N° 0812759/CA, p. 53. Disponível em : http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812759_09_cap_03.pdf.

Neste sentido, o africano trazido e posteriormente escravizado, era segundo Chiavenato (1980) citado por Pinto & Ferreira (2004, p.358):

(...) objeto – máquina de trabalho e produto mercantil de grande valor – desprovido da condição humana e, como tal, tratado sem a menor preocupação com condições de saúde até o seu uso intensivo na exploração colonial. O africano escravizado, dessa forma, possuía uma única função: servir de mão de obra para seus senhores e era obrigado a fazer tudo o que lhe era ordenado, havendo castigos terríveis para quem desobedecesse. O sistema escravocrata nas Américas foi inovador em termos de barbárie e degradação humana.

Esta hierarquização social perpetua-se com a emancipação política brasileira (1822), e segue, mesmo com as lutas e revoltas pelo fim da escravidão (em 1888) e a inauguração da República Brasileira (1889). Este momento histórico, marca não só uma mudança na política brasileira, mas também na organização social em seu território. A partir do término do sistema escravista e a vinda do período republicano, se organiza todo um processo de diversificação urbana e social em prol do progresso, modernização e desenvolvimento da nova nação, na qual seus indivíduos, de súditos tornam-se cidadãos com acessos a direitos. Neste momento, segundo Heilborn, Araújo & Barreto (2010, p.173) constituiu-se uma grande contradição neste novo regime político: *“as mãos que constituíram a força de trabalho durante quase quatro séculos, neste país, eram sistematicamente desqualificadas no mercado de mão de obra livre.”*

Ou seja, após assinada a Lei Áurea (1888), não foi criado nenhum projeto ou política de inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira; foram largados e ignorados a própria mingua, sem que lhes dessem uma estrutura na qual pudessem viver de forma independente. E em meio ao processo de mudança política, o sistema econômico também se altera, entra em cena as demandas do capitalismo, nas quais a mão de obra livre ganha espaço e diante do fim tráfico atlântico negro (1850) e da abolição, a substituição da mão de obra escrava, a partir da vinda dos imigrantes europeus impacta em cheio na antiga função social do negro, voltada para escravidão e para o trabalho. Neste sentido, a condição da população negra nos novos ares republicanos, além de todos os processos de exploração vividos durante o período da escravidão, terminaram por ser perpetuar, aliados à marginalização e exclusão. Schumacher & Vital Brasil (2007, p. 196) comentam a questão:

A assinatura da Lei Áurea em 13 de Maio de 1888 simbolizava o término legal da escravidão no Brasil, mas o caráter do processo abolicionista reforçara a marginalização de mulheres e homens descendentes de escravizados, pela recriação de preconceitos e estigmas ligados ao passado. No lugar de projetos e alternativas que concebesssem as populações afrodescendentes – agora livres – como cidadãs, a ideia de raça passou a ser usada como marcador prioritário de hierarquias naturalizadas que, no plano do real, se traduziam em pré-julgamento e preconceito contra os negros.

2.1.1.2 TEORIAS RACIOLÓGICAS

Na tentativa de constituir os novos ares de modernidade e desenvolvimento da nação, a elite e a intelectualidade brasileira para refletir sobre a formação da sociedade irão se inspirar, a partir de meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em teorias em voga na época, que tinham por base a questão da raça para medir o grau de superioridade e inferioridades dos povos, na qual o branco sairia na frente como condição social para se construir uma nação forte, contribuindo para “o crescimento e progresso da nação”, enquanto as outras raças, como o índio e o negro, seriam o modelo e representação de atraso, indolência e inferioridade para as novas nações. Diante deste quadro, estas ideias vão ter profundas influências na inteligência e na sociedade brasileira e vão afetar de forma direta a representação, a ideia e condição de vida das populações indígenas e, principalmente, da população negra, que sofrerá além da exploração e marginalização, todos os sortilégios de racismos e preconceitos advindos dessas ideias. Pinto & Ferreira (2014, p.258 e 259) abordam esta situação:

Entre a segunda metade do século XIX até meados do século XX, (...), a sociedade brasileira foi fortemente influenciada por teorias racistas importadas da Europa. Essas teorias se pautavam pelas discussões acerca da origem da espécie humana. Segundo elas, as diferenças étnicas seriam fruto da superioridade ou da inferioridade de determinados grupos humanos sobre os outros. Neste sentido, muitos cientistas passaram a desenvolver argumentos que justificavam a inferioridade da população que não fosse de origem europeia. (...) teorias que proclamavam a inferioridade racial do negro em relação ao branco e que viam nos mulatos a caracterização de uma nação doente, racial e socialmente. (Telles, 2003).

Essas teorias, como podemos ver foram construídas a partir da ideia de raça, como o grande fator que marcava não só a diferença, mas uma hierarquização biológica, social, moral e representativa sobre o branco e os não-brancos. Se formos ao cerne do conceito de raça, Munanga (2003, p.1) evidencia que “*etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano “Razza” que por sua vez veio do latim ratio, que significa sorte, categoria, espécie.*”. O autor mostra que o termo é carregado de significados e assume sentido a partir da temporalidade. Foi empregado na Biologia para sistematizar e organizar as várias espécies de animais e vegetais presentes na natureza. Para o homem não foi diferente. A partir do século XVIII-XIX, o critério da cor da pele foi utilizado como determinante para separar as chamadas raças humanas. Elenca que se os cientistas estivessem restringindo seu trabalho apenas em organizar os indivíduos a partir das características físicas, não causariam um grande problema ao mundo. No entanto, segundo Munanga (2008, p.5):

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpidas, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.

Neste sentido, essas ideias vão ser tão profundas na *intelligentsia* brasileira, que destaques importantes do pensamento nacional, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e principalmente Nina Rodrigues, irão desenvolver seus estudos sobre os atores sociais brasileiros, fortemente influenciados pelos juízos da lógica da superioridade racial branca. Ortiz (1994, p.20) é categórico ao evidenciar que:

As considerações de Sílvio Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem bandeirante do nordestino, os escritos de Nina Rodrigues, refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco. “Estamos condenados à civilização” dirá Euclides da Cunha, o que pode ser traduzido pela análise de Nina Rodrigues: 1) as raças superiores se diferenciam das inferiores; 2) no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior; 3) a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual. Associa-se, desta forma, a questão racial ao quadro mais abrangente do progresso da humanidade. Dentro desta perspectiva, o negro e o índio se apresentam como entraves ao processo civilizatório.

Entretanto, em meio a essas ideias eugênicas e de superioridade racial de influência europeia, surge um grande dilema enfrentado pelos pensadores brasileiros: como equacionar essas ideias numa sociedade em que desde o início, sua organização social foi constituída a partir do desenvolvimento da miscigenação em suas terras? Como elencar a construção de uma nação racialmente “pura”, se outros atores sociais, como o índio e o negro, também foram contribuidores para a lapidação social brasileira? O mestiço, ou seja, descendente direto da mistura dos três elementos formadores do povo – branco português, índio e negro – olhado a partir da perspectiva raciológica do período, seria visto como ser inferior fruto de todas as marcas e “vícios” trazidos por seus ascendentes degenerados – o índio e o negro. “A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro.” (ORTIZ, 1994, p. 21). Em relação à questão da ideia negativa sobre a questão da mestiçagem, Kabengele Munanga, em seu livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2008, p.47) nos elenca sobre a ideia negativa da mestiçagem e como pairava nos ideais dos intelectuais influenciados ainda sobre a dinâmica raciológica do período:

(...), a ideia da mestiçagem, tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, (...), as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem, etc, todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental, repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira.

Diante deste quadro, a elite e os pensadores brasileiros ao refletir no ideal de nação e a formação da sociedade brasileira, teriam que achar soluções para resolver esta contenda, já que se fossem na linha de pensamento europeia, o povo brasileiro, fruto dos mestiços descendentes, já nasceria relegado à inferioridade, e tal quais seus indivíduos, a própria nação. Desta forma, ao entender a realidade da formação social brasileira como diferente da constituição europeia, formada a partir da dinâmica da mestiçagem, e pensando na construção da nação brasileira, sobre os ares da modernidade, do desenvolvimento e do progresso, a solução encontrada pela *intelligentsia* brasileira foi justamente positivar a ideia de mestiçagem. Segundo Schumacher & Vital Brasil (2007.):

Diante de um amálgama de previsões pessimistas, coube à intelectualidade do país driblar os cânones cientificistas europeus e formular teorias específicas para o contexto brasileiro, produzir ideias capazes de transformar a mestiçagem numa garantia de sucesso da pátria. A busca em fazer desaparecer os traços africanos da população logo teve que ser descartada pelos altos índices de miscigenação. Assim, de execrado, o povo mestiço passou a ser visto como símbolo de esperança para a difusão da “ordem” e do “progresso”.

2.1.1.3 MESTIÇAGEM, DEMOCRACIA RACIAL E IDENTIDADE NACIONAL.

A partir de 1930, operacionalizam-se mudanças significativas nos quadros estruturais do contexto brasileiro. Essas mudanças vêm sendo edificadas na virada do século XIX e início do século XX, em que o processo de urbanização e de industrialização se apressa, o Brasil volta-se para o dinamismo das grandes cidades, e partir da intensificação desses processos, deixa aos poucos, suas características sociais advindas do passado colonial, onde sua estrutura baseava-se numa sociedade essencialmente agrária e rural.

E as mudanças também se fazem presente no viés cultural e no pensamento brasileiro a partir da Semana de Arte Moderna em 1922, na qual a busca do sentido de real de brasilidade nas artes, não mais como reproduções da cultura europeia, vão ditar os marcos para pensar a ideia sobre o que torna e o que é brasileiro. As transformações também se operam na questão política, na qual a Revolução de 1930 inaugura outro processo em que o fortalecimento do Estado a partir da subida de Getúlio Vargas vão ditar o desenvolvimento social, a partir da

valorização da ideia do trabalho e de pilares patrióticos que construam as bases para características que definem o que é ser brasileiro, na qual mostrem o que é realmente nacional.

Neste sentido, as mudanças também ocorrem no campo das Ciências Sociais, nos quais os estudos, partindo dos ideais de modernidade, deixaram aos poucos as ideias raciológicas e voltaram-se para os estudos no campo da cultura, embebecidos a partir dos estudos de Franz Boas e sua Antropologia Cultural, em que segundo o mesmo, “(...) é impossível individuar um “tipo racial” e distinguir os traços hereditários pelos quais derivam a capacidade mental.” (BOAS, 1966, p. 4)⁶. ORTIZ (1994, p. 39 e 40) resume o quadro de transformações no cenário brasileiro:

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano. Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade. Ao se cantar o *fox – trot*, o cinema, o telégrafo, as asas do avião, o que se estava fazendo era de fato apontar para uma gama de transformações que ocorriam no seio da sociedade brasileira. Com a Revolução de 1930, as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciológicas tornam-se obsoletas; era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil.

Atendendo este novo paradigma de mudanças na forma de refletir a realidade brasileira, que Gilberto Freyre surge no palco da intelectualidade nacional, no qual reforça e transporta o debate o sobre a questão da formação social brasileira, pensando não mais pela perspectiva do conceito de raça, mas seguindo a nova dinâmica de pensamento vigente, voltado para o campo cultural. Deste modo, também incorpora a questão da mestiçagem de forma positiva e a vê com grande importância e valor cultural para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Em sua conhecida obra *Casa Grande & Senzala* (1933), evidencia cada elemento da tríade formadora da nação – o colonizador português, o índio e o negro – como contribuidores, a partir dos seus traços culturais, para construção dos elementos formadores de uma identidade nacional, puramente brasileira, e que a mistura resultante do contato, favoreceu outra miscigenação positiva, baseada no amálgama e diversificação de vários traços culturais provenientes dessa mistura. MUNANGA (2008, p. 76 e 77) amarra a questão:

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de

⁶ Fonte: PALTRINIERI, Anna Casella. IMIGRAÇÃO, RAÇA E CULTURA: o ensinamento de Franz Boas. Revista Outros Tempos, v. 6, n° 7, Dossiê História e Memória, 2009. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/vol.6.7.pdf/Anna%20Casella%20Paltrinieri.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vontade imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, (...). Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural.

Em paralelo a essa questão, sua análise antropológica em relação ao caráter da mistura e a relação entre esses elementos formadores da nação, baseia-se num envolvimento “harmônico” entre as partes relacionadas, sem conflitos ou tensões, negando todas as relações de contradição, de violência e exclusão entre colonizadores e colonizados; e mesmo se existissem, não seriam fatores que exerceriam barreiras à troca dos traços culturais, e que estes sim, seriam os fatores importantes para constituição das características de diversos e ricos elementos que proporcionariam uma identidade nacional. Neste sentido, este viés de pensamento consolida as bases do mito da “democracia racial”, na qual a nação seria formada a partir da relação positiva entre o colonizador português branco, o índio e o negro, e que dessa relação amistosa, resultou todo o processo de miscigenação, formadora de um povo sem conflitos, sem problemas sociais e/ou preconceitos. Para Schumacher & Vital Brasil (2007, p. 196):

(...). Com uma análise antropológica sobre a colonização portuguesa no Brasil, a relação entre índios e, prioritariamente, entre brancos e negros, Gilberto Freyre abriu as portas para a criação dos primeiros alicerces teóricos da chamada “democracia racial”. Analisando a convivência inter-racial na colônia, o autor enfatizava a existência de um “caráter harmônico nas relações entre senhores e escravos”. Segundo seu pensamento, “apesar das violências físicas e da exploração sexual de africanas e de suas descendentes, a engrenagem da escravidão, marcada por um imenso processo de miscigenação, teria sido o palco para a produção de uma sociedade e de um povo absolutamente singulares, ou melhor, genuinamente brasileiros”.

O mito da “democracia racial” foi extremamente difundido e assimilado pelo Estado brasileiro e pelas elites neste período (1930) e posteriormente ao longo das décadas em que se estava construindo as bases para refletir a formação da sociedade brasileira, na qual se propagou a ideia de uma sociedade nascida sem contradições ou conflitos, e na harmonia das relações baseadas na mistura dos três elementos, originou-se um só povo brasileiro e todos os seus traços característicos culturais seriam símbolos de sua identidade, agora nacional.

Desta forma, elevando a condições positivas às relações entre as camadas sociais, as elites pensantes utilizaram deste argumento para esconder e negar todas as contradições e problemas, todas as formas de discriminação e exclusão social, contribuindo para a continuidade das hierarquizações - mantendo os privilégios na ponta do vértice social para o branco,

descendente do colonizador português e deixando aos descendentes de índios e negros, às mazelas sociais, já que eram e são a grande maioria dos indivíduos que não tinham e não têm acesso à cidadania e direitos. Também se utilizaram deste argumento para subsidiar a ideia de unidade, negando a existência dos diferentes grupos étnicos que lapidaram a sociedade brasileira a partir do pensamento da miscigenação, no qual os três elementos formadores, se misturariam constantemente, até chegar ao ponto de não haver mais grupos em separados, somente seus descendentes. E desta forma, se considerarem apenas brasileiros, abandonando suas comunidades originais e mesmo seus traços culturais específicos, em prol de uma unidade e identidade nacional. Pinto & Ferreira (2014, p.260) citam Munanga (2004) para refletir sobre a questão acima:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito forte na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmônica entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.

E com respeito a maneira em que era vista a cultura nacional (formada com as características das três raças) Oracy Nogueira (1985, p. 84) denuncia:

Ao mesmo tempo que é miscigenacionista, no que toca aos traços físicos, a ideologia brasileira de relações inter-raciais ou interétnicas é assimilacionista, no que se refere aos traços culturais. Em geral, espera-se que o indivíduo de outra origem, que não a luso-brasileira, abandone, progressivamente, sua herança cultural, em proveito da “cultura nacional”- língua, religião, costumes. As expectativas assimilacionista e miscigenacionista se manifestam, ambas, tanto em relação aos elementos de procedência africana e indígena como em relação aos imigrantes estrangeiros e sua descendência.

2.1.1.4 A MESTIÇAGEM E A POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO.

O uso da ideia da mestiçagem, pelas elites e o pensamento brasileiro, serviu não só como forma explicativa do modelo de formação da nação brasileira e de seus símbolos identitários nacionais, como também serviu para resolver o problema da questão racial que tanto os incomodava. Isto porque, ainda concentravam suas ideias baseadas nos pensamentos eugenistas vindos de fora, nos quais consideravam o branco como símbolo de superioridade racial, e numa nação composta pelos mesmos, se ganharia “ares modernos e de futuro próspero”.

Neste sentido, ao adequar essas ideias ao cenário social brasileiro, em vias de progresso e desenvolvimento, utilizaram da mestiçagem como saída, nas quais as misturas entre brancos, índios e negros se tornariam tão profundas, que apenas seus descendentes mestiços passariam a existir – muitos ainda os viam de forma ruim e inferiorizada, e só adentrariam no padrão social a partir do momento em que se “embranqueassem”.

Esta política de branqueamento foi fortificada com o favorecimento da entrada de imigrantes brancos europeus, para que a população logo seguisse o “padrão internacional” de desenvolvimento da nação, embranqueando não só fisicamente, mas culturalmente. Pinto & Ferreira (2014, p. 259) falam sobre a intencionalidade da elite em defender a política de branqueamento para o país:

Assim, a intenção dos dirigentes brasileiros, conforme essa ideologia, era promover um processo de transformação pela qual a sociedade pudesse vir a ser composta ao longo dos anos por uma maioria de brancos com ancestralidade europeia, favorecendo o distanciamento das matrizes africanas presentes na formação do povo brasileiro. (...) O processo de imigração fortaleceu a política do branqueamento e a substituição em larga escala da força de trabalho negra pela branca europeia. (...).

Deste modo, pretendeu-se formar uma sociedade “*segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais*” (MUNANGA, 2008, p 85). Sendo assim, propor a construção de uma sociedade única racial e cultural, na qual formaria o povo brasileiro, eliminando assim todas as diferenças e pluralidades, em prol de uma cultura nacional de características identitárias nacionais, formadas pelas contribuições culturais dos elementos formadores da nação brasileira. Dessa forma, tentou-se exterminar a população negra do país. Panta & Pallisser (2015, p. 2 e 3) evidenciam a questão:

A solução (...) se encontraria numa proposta eugenistas que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, através da miscigenação – mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa. Tentou-se absorver membros de grupos étnico-raciais distintos no segmento étnico socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade por intermédio da miscigenação e da assimilação cultural. Em suma, buscou-se unificar diferentes identidades presentes na “identidade nacional”, em construção, obedecendo-se ao ideário do branqueamento. O que se almejou foi o embraquecimento físico e cultural do povo brasileiro e, simultaneamente, a extinção do contingente populacional negro.

A política e a ideologia de branqueamento teve um impacto tão grande na mente dos africanos e mestiços, ao ponto de os levarem por pressão e alienação, a acreditarem que negando ou deixando suas identidades ancestrais e suas comunidades étnicas, em prol de fazerem parte de uma identidade cultural nacional, como povos de uma nova nação, agora como brasileiros,

e vivendo a partir dos traços hegemônicos culturais brancos, teriam acesso à cidadania e a direitos básicos, fugindo assim, dos laços da exclusão e discriminação que historicamente os afetava na sociedade brasileira.

Neste aspecto, segundo Munanga (2008, p.95) este ideal foi “*perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial*”, e assim de certa forma, ascender social e economicamente, pois teriam acesso a todas as oportunidades negadas a eles, pela condição e pelo preconceito da cor. Deste modo assim, terminam por negar ou não reconhecer sua identidade negra, assumindo outras identidades que fogem ou distanciam sua imagem dos traços e da cor negroide. “*Nesse processo, o negro tende a negar-se como negro, bem como demonstra fortes indícios de desejo de ter outra cor de pele.*” (PANTA & PALLISSER, 2015, p.8). Izildinha Nogueira⁷, citada por Fernandes (2016, p.112), explica como se deu o processo de alienação histórica dos africanos e seus sucessores:

(...). Passam assim por um processo de pseudomorfose, ou seja, de aquisição de uma “falsa identidade” que não representa o que são verdadeiramente. Trata-se da constituição de uma “*identidade rotulada*” que se estabelece mediante a anulação da “capacidade autônoma de identificação, produzindo uma internalização do estigma [...] imposto socialmente”. Estigma que impede o negro de desenvolver um sentimento de pertencimento racial e, paralelamente, de construir a autoestima baseada numa identidade racial positiva.

Apesar do processo político e ideológico do branqueamento físico ter sido abandonado em meados do século XX, seus ideais ficaram intactos no imaginário e nas mentes da população brasileira, ao ponto de até hoje, serem reproduzidos em suas estruturas formadoras, como a família e a escola, bem como ainda surte grande efeito na edificação das identidades sociais, fazendo com que muitos mestiços e seus filhos, almejem assumir a identidade branca, aderindo aos padrões culturais brancos, na tentativa de alcançar e se inserir na dinâmica social de oportunidades e na busca de direitos.

Neste sentido, terminam por negar ou não reconhecer os traços negroides, nos quais os mestiços se veem na forma intermediária entre o negro e o branco, tentando se distanciar do primeiro e se aproximar do último, para serem integrados nos padrão hegemônico cultural nacional, que ainda privilegia social e economicamente brancos; marginalizando e excluindo, a partir da discriminação e do preconceito, negros e seus descendentes. Tanto que Munanga (2008, p. 113) comenta sobre o levantamento feito pelo historiador Clóvis Moura, depois do

⁷ Fonte: NOGUEIRA, Izildinha Beatriz. Op. cit., p. 116.

censo de 1980, mostrando que a internalização popular ao mito da democracia racial e ao ideal de branqueamento a partir da mestiçagem foi tão profundo e intenso, que, ao serem perguntados sobre a sua cor, muitos brasileiros não-brancos responderam:

Acastanhada, agalegada, alva-escura, alvarente, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelo-sa, amorenada, avermelhada, azul-marinho, baiano, bem-branca, bem-clara, bem-morena, branca, branca-avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-sardenta, branca-suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo-verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara, cobre-corada, cor-de-café, cor de canela, cor-de-cuica, cor-de-leite, cor-de-ouro, cor-de-rosa, cor-firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquecimento, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira-clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meia-amarela, meio-branca, meio-morena, meio-preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena-bem-chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena cor-de-canela, morenada, morena-escura, morena-fechada, morenã, morena prata, morena-rouxa, morena-ruiva, morena-trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, paraíba, parda, parda-clara, polaca, pouco-clara, pouco-morena, preta, pretinha, puxa-para-branca, quase-negra, queimada, queimada-de-praia, queimada-do-sol, regular, retinta, rosa, rosada, rosa-queimada, roxa, ruiva, ruço, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor.

Fugindo de suas características identitárias e de se reconhecer como tal, em prol de um ideal estético, social cultural branco, envolvidos ainda na ideologia do branqueamento como mecanismo para burlar os preconceitos e ser aceito, aliado ao pensamento perpassado pelas elites em transformar os diferentes povos que constituíram a sociedade brasileira em uma só nação, a partir da “democracia racial”, torna-se muito difícil à população negra criar uma consciência política das contradições e dos problemas vividos na sociedade e lutarem e prol de seus direitos a partir da perspectiva racial, social e cultural. Justamente por estarem esvaziados não só de sua própria história e memória em prol de um “projeto nacional”, mas de tudo que os identificam com tais.

Na Região Amazônia e principalmente no Pará a questão não foi diferente. Isto porque as elites locais também se utilizaram do discurso proposto no país sobre a ideia da mestiçagem, tendo como intencionalidade mascarar as diferenças a partir de um amálgama étnico racial da população aliado à ideia de uma herança indígena como símbolo cultural e social da comunidade paraense, tentando apagar a presença da população negra não só do Estado, mas da Região em si, mostrando a população amazônica tão miscigenada, ao ponto de torná-la única, unânime, descartando suas pluralidades, especificidades e diferenças que tanto à tornam ricas. Neste sentido, Conrado & Rebelo (2012, p. 228) comentam a questão:

Quando se perde de vista a importância da composição étnico-racial plural e diversa da população paraense, a herança indigenista como símbolo do estado pode servir, de forma manipulável, para os interesses de uma elite local, que procura apagar a

presença negra para acentuar o que é “evidenciado” como símbolo identitário da população amazônica com caráter único, exclusivo.

Neste sentido, a ideia da miscigenação serviu como o modelo de identidade da população paraense, na qual culturalmente a identidade do (a) moreno (a), serviu e serve para mascarar e desconstruir as diferentes identidades amazônicas, entre elas, a negra.

2.1.1.5 IDENTIDADE “MORENA”

A construção da ideia do “moreno (a)” como identidade amazônica e mesmo paraense perpassa além de um segmento do ideário nacional, ao reproduzir um símbolo social que reúne as características dos elementos formadores do povo brasileiro, também nos remete a questão sobre o que é ser negro (a), principalmente, no Pará e de como até hoje são invisibilizados, ao ser reproduzir culturalmente a ideia que na região Amazônica e mesmo no Estado do Pará, seus componentes sociais tem por herança geracional apenas às contribuições dos indígenas e do branco português europeu que se assentou nessas terras, no entanto, pouco se falava sobre a contribuição e organização das populações negras na História oficial de formação social do espaço amazônico.

Vicente Salles (1971) traz o negro como sujeito histórico marcante e de grande representatividade na Amazônia. Também evidencia que a mão de obra nos assentamentos no período colonial era negra e a constituição da classe trabalhadora é formada quase integralmente pela população não-branca⁸.

Atualmente, segundo os dados do *Censo do IBGE* de 2010, em termos percentuais, o Pará é considerado o Estado com a maior população de negros e negras do país, nos quais os mesmos já alcançam a faixa de 96.765.294 pessoas, o que corresponde a mais da metade do percentual da população brasileira. No Pará, mais de setenta e seis por cento de sua população é negra⁹. No entanto, apesar desses dados e dos estudos que trazem a cena o protagonismo dos negros e negras e seus descendentes para a região e o Estado, a negação e a invisibilidade histórica em relação a eles, proporcionada pelas relações de poder é tamanha, que desembocam na construção das identidades forjadas ao ser amazônico e paraense, nos quais elegeram a ideia

⁸ Fonte: CONRADO, Mônica; REBELO, Nazaré. Mulheres Negras Amazônicas: Ação, organização e protagonismo nas práticas políticas. In: RIBEIRO, Matilde. Políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 221.

⁹ Fonte: Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-227016-.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2014.

do mestiço, no caso, o (a) moreno (a) como o símbolo que reunia todas as características de sua população.

Tanto que até mesmo a capital paraense recebe o título de *Cidade Morena*, segundo Moisés Sarraf, “o título de *Cidade Morena* atravessa o campo musical rumo ao político. Um epíteto que se refere sempre ao feminino, uma mulher, dita cheirosa e bem arrumada, mas que mais parece a menina da esquina, (...)” ou “ganha fôlego na arte e se cristaliza diariamente nos discursos rasos. “*Belém, Belém, menina morena*”, escreveu Chico Sena em sua música “*Flor do Grão-Pará*”, considerada um hino.¹⁰”. Se a maioria de sua população é negra, porque o título não leva o termo “Negra” e sim “Morena”? Esta identidade dada à cidade de Belém, termina por se confundir com a identidade culturalmente construída à sua população. Ribeiro (2010, p.69) evidencia que a ideia sobre o (a) moreno (a) perpassa por valores identitários característicos. Segundo o autor, ele apresenta um “*caráter de razoabilidade*”, ou seja, é razoável, aceitável ao padrão hegemônico cultural social e adquire vários sentidos. Desta forma, comenta:

Assim, é no (a) “moreno (a)” que o “pardo” ganha força e vários tons de pele. O primeiro fomenta a existência do segundo e ganha o estatuto de cor ao dissolver, assim, seu caráter intermediário, ganhando identidades sociorraciais. O (a) moreno (a) dificulta a visualização e explicitação do racismo à brasileira. (DAMATTA, 1987, p. 62). Ser moreno é, sobretudo, não usar o preto, não usar o negro.

Conrado, Campelo & Ribeiro (201, p. 220 - 221) evidenciam que numa sociedade como a brasileira e a paraense, historicamente e na organização cultural, em que o ideal do padrão branco se é buscado constantemente como “eixo” norteador para uma sociedade avançada e desenvolvida, e para a conquista da inclusão, da cidadania e dos direitos, a população negra vê na identidade do “moreno (a)” uma forma de se inserir nesses padrões culturais da sociedade, evitando não só os conflitos, mas todas as formas de exclusão e discriminação provenientes pela questão da cor. Neste sentido, terminam por negar a identidade negra em prol daquela que possibilita, ou pelo menos dá margem, a sua integração e aceitação no convívio social. A mesma comenta:

Em uma sociedade em que a negação do ser negro (a) é a marca do processo histórico e cultural, constatando-se um alto grau de baixa estima, a busca de uma identidade alternativa abriu-se como uma possibilidade quase que naturalizada. A ideia do moreno (a) ameniza os confrontos, atenua o sentimento de exclusão e faz com que as pessoas se sintam integradas ao dizerem com ênfase: “Eu sou morena”. Ter

¹⁰ SARRAF, Moisés. Outros 400: Cidade Morena é provavelmente o mais difundido e cantado título de Belém. Uma moça de pele escura e trejeitos sensuais é a imagem que muitos fazem, mas quanto há de racismo e machismo no epíteto? Em nossa quarta reportagem da série #BelémPraQuem, a cor da cidade vem para o centro do debate. Disponível em: <http://www.outros400.com.br/especiais/3745>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

consciência da cor preta aponta uma busca de identidade que não atinge toda a população negra do Pará. Ser moreno torna-se a possibilidade de inserção na sociedade, mediante um pacto silencioso e perverso: eu nego minha cor e você finge que não me vê. Os homens e as mulheres que insistem na negritude acabam por ferir este pacto implícito de “inclusão”.

Fernandes (2016, p.110) ao citar Frantz Fanon, a partir do seu livro *Pele Negra, máscaras brancas*, entende que “a subjetividade do negro é marcada por uma neurose capaz de gerar uma alienação da sua condição de sujeito negro, levando-o por vezes a se pensar no mundo dos brancos.”. Deixa evidente que esta condição não é algo inato à pessoa negra, mas é fruto de uma construção histórica na qual impôs psicológica e ideologicamente que o negro (a), deve buscar embranquecer-se para se integrar ao convívio social.

Neste sentido, no que se refere às mulheres negras, a questão não se torna diferente. Ao voltarmos novamente nosso olhar à elas e os motivos pelos quais procuram adentrar ao Movimento de Mulheres Negras, parte justamente do fator histórico e cultural das estruturas sociais em negar suas identidades negras, fazendo com que nem mesmo se reconheçam como mulheres negras ou que a acabem negando esta identidade em prol da identidade “morena”, como forma de “passing” ao mundo cultural branco e seu convívio “harmônico”, na tentativa de fuga da exclusão e discriminação. A partir de seus relatos, é possível entender a questão:

Eu, então... eu tinha... eu sabia que não era branca né, então eu tinha a identidade de morena, porque era como algumas pessoas me chamavam, me tratavam, porque as pessoas, né, elas não te conhecem, mas também podem até saber teu nome, mas elas querem te chamar de alguma coisa, e... morena, não sei o que... Então eu achava que eu era morena. (...). (A. C. , 1º Entrevistada);

(...) e eu dizia para ela assim: “que eu não era preta”. De uma forma mesmo agressiva, “não eu não sou preta!”, que ser preta era muito “escroto” (...). (A. C. , 1º Entrevistada);

(...). Então, não faz é, não faz muito tempo né, são cerca de quatro anos que eu comecei a me enxergar como mulher negra, porque eu tenho pele clara, então a gente acaba sendo a “morena”, a “parda”, enfim, mas nunca a negra. (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...). Quer dizer, você tem um momento que você nega, essa condição, “ah, será?... eu acho que eu sou morena, não, não sou negra! (...). (B. D. 10º Entrevistada).

Percebe-se na fala das mulheres entrevistadas a veemência que antigamente afirmavam não serem negras, evidenciando não só a ideia de se inserir no convívio social hegemônico pelo padrão cultural branco, mas na forma negativa e inferiorizada e “ruim”, que o signo “preta” remetia. Isto se deve, segundo a professora Mônica Conrado citada por Ribeiro (2010, p. 70)¹¹, a partir do momento em que se direciona o indivíduo a uma classificação racial com

¹¹ Fonte: RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. “No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. Revista *Conjectura*, v.15, n. 1, p. 69, 2010.

qualquer referencial que escape ao da cor branca, termina-se por dimensionar e/ relacionar o indivíduo a todo um passado de sofrimento, escravidão, exclusão e discriminação vivido pelo ser negro (a), e desta forma, remetê-lo ao lugar social historicamente imposto ao não-branco de subordinação e servidão.

Desta forma, *“Ser preto ou ser chamado preto causa depreciação em sentido absoluto. Preto ou negro é xingamento em muitos contextos, pois exprime uma marca indelével, sem possibilidade de se enquadrar como uma categoria relacional e contextual.”* (idem, p.70). Partindo deste pressupostos, a representação social do negro cultural e historicamente constituída na sociedade brasileira e, por conseguinte, na paraense, segue carregada de estereótipos e envolvida por uma categorização social baseada na ideia da cor, na qual a partir de uma suposta hierarquização ideologizada ainda no inconsciente coletivo das pessoas, a cor negra e todos os traços fenotípicos que remetem ao viés negroide, são vistos de forma inferiorizada. Fernandes (2016, p. 108 e 109) novamente nos ajuda a entender a questão:

Quando falamos em uma identidade estereotipada, e atribuída ao negro, estamos nos referindo a algo forjado socialmente com intuito de inferioriza-lo. Na sociedade brasileira, essa identidade foi formulada historicamente desde o período colonial, com base na inferiorização das diferenças impressas no corpo escravizado. (...). Neste contexto, segundo a autora (Nilma Lino Gomes), a comparação entre os sinais diacríticos do corpo negro, como a cor, o cabelo, o nariz e os sinais do corpo do branco europeu serviu de argumento para formulação de um padrão de beleza e de fealdade que persegue o grupo étnico-racial negro até os dias atuais. Assim, o corpo passa a ser expressão da identidade e as diferenças corporais são utilizadas para justificar a hierarquização social. Nesta perspectiva, a identidade atribuída ao negro é uma construção social que embora não corresponda à realidade, produz efeitos sobre ela, embora tenha um caráter fictício quando presente no imaginário coletivo, orienta as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira.

É por isso que muitas das entrevistadas, a partir de suas falas, também mostram que antes negavam os traços que evidenciavam sua identidade étnica, como cabelo, o corpo, roupas, em prol do padrão estético hegemônico branco, para justamente tentar se inserir neste mundo tão inacessível físico e mentalmente por elas. Desta forma, muitas passaram pelo processo de alisamento dos cabelos ou mesmo manter os cabelos crespos presos, a fim de estarem “mais sociáveis” e como forma de inserir-se no mundo branco:

(...). E, no meu caso, por exemplo, a minha mãe nunca gostou do meu cabelo, então sempre teve aquele processo de “passar chapinha”, de fazer alisamentos e a minha mãe sempre tentava me “arrumar” né, entre aspas né, ela tentava me arrumar, ela prendia meu cabelo sempre que eu ia pra escola, e dizia também que era por conta dos piolhos, mas era engraçado que as meninas que tinham os cabelos lisos, elas sempre podiam ficar com os cabelos soltos mas eu não, eu tinha que ficar com o cabelo

preso e não era que eu gostava, porque era algo que apertava minha cabeça, minha mãe puxava bastante.

(...) também meu cabelo, quando não estava de “chapinha”, ele estava com muitos cremes, que era para ele cachear porque, a forma cacheada dele era um pouco menos ruim, então as pessoas achavam, algumas achavam até bonitinho eu ter um cachinho ou outro,(...). (A. C., 1º Entrevistada);

(...). Alisei o meu cabelo ainda quando ainda “tava” pequena (...). (J. F., 5º Entrevistada);

(...), aí tem todo um processo, alisamento do cabelo e várias coisas que as pessoas fazem né. (B. D., 10º Entrevistada);

(...)...eu me achava feia por causa do meu nariz, por causa do meu cabelo, ou quando eu tentei passar pelo processo de transição capilar e não consegui. Cortei meu cabelo curto, depois de ser muito grande e alisado, cortei meu cabelo curto pra tentar deixar ele natural, não consegui, alisei de novo, depois não consegui alisei de novo... depois não consegui alisei de novo. (...). (T. P. 12º Entrevistada).

No entanto, houve aquelas que, apesar da forte pressão das estruturas sociais, em desmantelar psicológica, social e culturalmente suas identidades negras, mantiveram firmes o reconhecimento de suas identidades étnico-raciais, a partir do apoio da família, na qual foi responsável pelo suporte mental e de uma educação que tem por base a valorização das heranças culturais de negros e indígenas, trazendo à tona, umas das características fortes que constroem as identidades do ser amazônico paraense. Uma das entrevistas relata a questão:

Bom... a ... eu sou mulher negra desde quando nasci, eu nunca passei pelo processo de achar que eu não era negra, isso pra mim sempre foi muito evidente, principalmente pela... pelo espaço onde nasci, onde eu fui criada, (...). (...)... os processos sempre foram racializados, os apelidos sempre foram racializados. Isso nunca me deixou em dúvida da minha identidade, mesmo a minha família, principalmente pela minha a vó, minha bisavó, avó preta, ela sempre deixou pra gente bem marcado o que nós éramos, ninguém nunca teve dúvida sobre identidade racial, a minha avó foi uma mulher negra de pele escura, de pele preta e.. e filha de mulher escravizada no interior do Pará, então ela nasceu numa fazenda e pra ela, a identidade ficou muito mais forte, se eu não tinha dúvida que eu era negra, pra ela foi muito mais marcado, e muito mais jogado na cara dela, a posição social que ela devia... (...). (T. P., 12º Entrevistada).

2.1.1.6 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Ainda que a fala da entrevistada configure um viés em sentido contrário ao abordado nestas análises, muitas identidades de mulheres negras são construídas a partir do olhar negativo e depreciativo do diferente, principalmente quando nos remetemos à estrutura social escolar como meio para serem construídas. Isto porque nesses espaços que deviam ser lugares privilegiados de convívio e respeito às diferenças, muitas vezes, condiciona e reproduz a exclusão e a discriminação racial, e social, justamente pelo marcador do diferente, visto com estranhamento ou algo negativo. Neste sentido, essas reproduções desembocam diretamente na

formação deturpada da identidade e da imagem da pessoa negra, na sua inferiorização e baixa autoestima. Fernandes (2016, p. 113) também interpela a questão:

Uma vez cristalizadas e difundidas no ambiente escolar, estas construções preconceituosas são internalizadas e legitimadas, deturpando a formação de negros e brancos. Embora a discriminação e o preconceito atinjam negros e brancos, e a questão da formação na cultura africana e afro-brasileira não seja interesse apenas dos negros, é preciso notar que o impacto da discriminação é diferenciado para aquele que discrimina e para aquele que é discriminado. Marilene Paré¹², em estudo sobre autoimagem e autoestima na criança negra, salienta esta diferença. Segundo a autora, a criança branca desenvolve sentimento de autoestima e autoconfiança, enquanto na criança negra emerge o sentimento de baixa autoestima e vergonha de ser negro.

Para Cardoso (2011, p. 2), a escola não pode ser um espaço de reprodução de hierarquias raciais e culturais construídas historicamente na sociedade, mas o lugar em que o processo da igualdade esteja diretamente relacionado com o processo de equidade, na qual todos tenham acesso aos benefícios da educação e do ensino, a partir do respeito e olhar positivo da diferença, para que segundo a autora, “(...) desta forma possa contribuir para que os sujeitos nela envolvidos, com diversas histórias de vida e pertencimento étnico-racial, construam identidades positivas.”. No entanto, para a realidade de muitas mulheres negras, a construção de sua identidade na escola foi, em muitos casos, edificada sobre o viés negativo e inferiorizado, baseados no racismo, discriminação e preconceito com seus traços negroides. Nas fala das entrevistadas, este viés é evidenciado:

(...). Eu desde criança, a gente como negro, a gente sempre sofre preconceito né, então na escola, é o primeiro lugar que você se depara e se descobre como negro. Porque na escola tu começa a ter uma diferenciação daquele momento em que você é... na família né, você não percebe essas diferenças, (...). Só que quando você sai desse núcleo familiar e vai se relacionar em outras esferas, como a escola, por exemplo, tu começa a te perceber. A minha mãe fazia dois “pitós” assim, na minha cabeça né, e eu fiquei reprovada na primeira série, porque eu tinha que sentar na última cadeira, e tinham meninos muito maiores que eu e eu não conseguia enxergar, o que estava escrito no quadro. Por quê? Porque se eu ficasse na frente, era toda hora alguém puxando o meu cabelo, então o meu cabelo era um motivo de... o que a gente chama hoje de preconceito, o que muita gente chama de *bullying*, o que na verdade, a gente sabe que o *bullying* é para disfarçar o preconceito né.

(...). Uma vez alguém me perguntou “quando você se percebeu negra?”. “Eu me percebi como negra a partir do momento em que eu fui para escola”, eu sempre dou essa resposta. (...). (B. D., 10º Entrevistada);

(...) é aí onde a identidade fica mais forte (na escola)... porque nos espaços da escola, ninguém nunca teve dúvida que eu sou negra, que sou preta, na escola me chamavam de preta, mesmo minha pele não sendo tão escura como a de muitas outras mulheres negras, mas nunca existiu a dúvida de que eu era negra, por comparação, eu sempre fui a mais escura da sala, então os apelidos, os processos, tudo... os processos sempre

¹² PARÉ, Marilene Leal. Auto-imagem e auto-estima na criança negra: um olhar sobre o seu desempenho escolar. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

foram racializados, os apelidos sempre foram racializados. (...). (T. P., 12º Entrevistada).

Após um profundo processo de entendimento sobre os motivos que fazem com que as mulheres entrem em contato com as organizações de mulheres negras – a questão da negação histórica de sua identidade negra pelas estruturas que compõem a sociedade, é necessário entender outros fatores que fazem com que essas mulheres adentrem nessas entidades.

2.1.2 RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.

Um das questões que também fazem as mulheres negras paraenses entrarem em organizações específicas, parte justamente do caráter histórico e cultural que o racismo e preconceito desembocados na prática pela discriminação, atingem essas mulheres desde a infância, nas diferentes instituições que compõe a sociedade.

Segundo Nilma Lino Gomes¹³, o racismo é, por um viés, um comportamento advindo pela negação e até mesmo ódio às pessoas nas quais se estabelecem vínculos raciais perceptíveis através dos traços fenotípicos, como cor da pele, cabelo, forma do nariz, etc. Já por outro olhar, o racismo seria um conjunto de pensamentos e ideias estereotipadas sobre os grupos humanos, baseadas na hierarquização social das chamadas raças, nas quais tendem a organizá-las em graus de superioridade e inferioridade. Já para Santos (2009, p. 15), a autora evidencia que o conceito de racismo ganha fôlego ao longo do século XIX e tem como ideologia “*a divisão dos grupos humanos de acordo com os caracteres físicos similares, a saber: o formato do nariz, a cor da pele, o desenho dos olhos. Assim o racismo postula a hierarquia entre os seres humanos baseado nas características fenotípicas.*”

No discurso das mulheres negras paraense nas entrevistas é possível entender como evidenciam a problemática do racismo em suas vivências e experiências cotidianas, que as afetam diretamente, sendo um processo profundo e de difícil debate, já que para muitas pessoas, sua existência é negada, principalmente devido à ideia que se reverberou da região amazônica, como o local predominantemente de ocupação indígena, em que “não se têm negros”, e se não tem população negra, não existiria conflitos raciais, muito menos racismo. E desta forma, quem falasse dos problemas raciais ou mesmo sobre a questão do racismo, era vista como racista:

¹³ GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre as Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 de Junho de 2017.

(...), quando nós começamos aqui se achava que não existia racismo, quem falava em racismo era que era racista, então no caso, os racistas, as racistas éramos nós, nós era que víamos o racismo, na verdade, “onde não existia”. Então não foi fácil, sobretudo pois nós estamos numa região, em que a ideia que se tem dessa região é que aqui não têm negros, aqui têm índios, negros não, essa era a ideia geral da região que nós estamos, sem considerar que a gente vai levar um tempo, o Brasil entender que na Amazônia têm negros. (Z. A. 14° Entrevistada).

Também mostram que tanto a sociedade brasileira como a paraense são coniventes com o racismo, tolera-se como um processo naturalizado, “normal” no cotidiano das pessoas. Denunciam que não há incômodo, muito menos empatia diante das várias consequências negativas que a face insidiosa do racismo adquire, ao agir na população negra, por parte da sociedade em geral:

(...) E também essa sociedade brasileira é muito tolerante com o racismo, ela tolera o racismo, sem nenhum problema, (...). O racismo acaba sendo algo considerado “normal”, as pessoas não se chocam, não ficam indignadas, não deixam de dormir tá, não ficam preocupadas tá, não é... é... as pessoas negras no Brasil, isso incluindo todo mundo, a logicamente, o peso é maior sobre as mulheres... primeiro elas são mortas socialmente, quando elas morrem fisicamente, na maioria das vezes elas já foram mortas socialmente, e a sociedade tá tranquila, não se toca, não reage, a sociedade de modo geral. (...). (Z. A. 14° Entrevistada);

Então tipo, era umas formas bem veladas mesmo, bem forma do Brasil, que na verdade, que na verdade foi muito explícito, ela... expressou muito bem o racismo que ela sentia, de uma pessoa branca. Mas ela não, ela era tão gentil, sabe, que de certa forma ela acabava não... sendo grosseira, ao ponto isso. E aí eu falava, “ah então tá”... (...). (A. C., 1° Entrevistada).

Conrado & Rebelo (2012, p.28)¹⁴ citam Carlos Moore (2007) ao entender que o autor denuncia como as sociedades lidam com o racismo, a partir da “(...) *tendência crescente a trivializar o racismo [nas sociedades ocidentais], seja relegando à esfera das relações interpessoais, seja reduzindo-o ao plano de meros preconceitos porque ‘todo mundo tem’*”. Desta forma, segundo as mesmas, a banalização do racismo é fruto de uma eficaz ideologia que a elite brasileira e paraense construiu no imaginário coletivo social, fazendo com que além das pessoas acreditarem numa harmonia racial e social, numa população sem conflitos e contradições, também fizeram com que acreditassem que todos os processos de exclusão e inferiorização seriam inerentes às pessoas negras, seu passado histórico “os remeteria a sua condição atual”, sendo esses processos “naturais aos mesmos”, fazendo com que muitos não se

¹⁴ CONRADO, Mônica; REBELO, Nazaré. Mulheres Negras Amazônicas: Ação, organização e protagonismo nas práticas políticas. In: RIBEIRO, Matilde. Políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 225, 2012.

incomodem os processos de discriminação e as profundas desigualdades sociais causadas pelo viés da cor. MOORE (2007, p. 23)¹⁵ é enfático:

A insensibilidade é produto do racismo. Um mesmo indivíduo, ou coletividade, cuidadoso com a sua família e com os outros fenotipicamente parecidos, pode angustiar-se diante da doença dos seus cachorros, mas não desenvolver qualquer sentimento de comoção perante o terrível quadro de opressão racial. Em toda sua dimensão destrutiva, essa opressão se constitui em variados tipos de discriminação contra os negros. Não há sensibilidade diante da falta de acesso, de modo majoritário, da população negra aos direitos sociais mais elementares como educação, habitação e saúde.

É neste contexto, que o racismo termina por se propagar e se reproduzir na sociedade, agindo até mesmo nas instituições que a organizam, nas quais a partir do critério da cor e dos traços negroides, são construídos mecanismos e/ou atitudes que dificultam, impedem ou contribuem para que o (a) negro (a) não ascenda socialmente, fazendo com que impeçam sua mobilidade social, no qual fique estagnado (a) em uma condição de vida, em que as dificuldades e desigualdades são constantes. Esta modalidade de racismo é chamada de institucional. Para Leite (1973, p.5):

(...), o racismo institucional têm dois sentidos: em primeiro lugar, é a extensão institucional de crenças racistas individuais, isto consiste, fundamentalmente, do emprego e manutenção de instituições devidamente constituídas, a fim de manter uma vantagem racista com relação aos outros. Em segundo lugar, é o subproduto de algumas práticas institucionais que atuam de forma a limitar, a partir de bases raciais, as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos e indivíduos a outras posições.

Silva (2009, p.261) cita um dos mais influentes documentos do Reino Unido sobre a temática, o *Relatório Macpherson*, evidenciando que o racismo institucional seria:

A incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação através de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam minorias étnicas.

Esta forma de racismo também atinge diretamente as mulheres negras, nas quais muitas delas passam por situações nas instituições, que a oprimem, constroem e impedem sua ascensão de vida ou mesmo dificultam as relações de trabalho, justamente pela sua cor ou por outros traços que definem sua descendência negra, como o cabelo. Uma das paraenses militantes, relata na entrevista o caso de racismo que viveu no ambiente de trabalho:

¹⁵ MOORE, Carlos. Racismo e sociedade. Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/45/79/177/racismoesociedade_carlosmoore. Acesso em 25 de abril de 2016.

E... essa... essa minha patroa, esse trançado que eu fiz, que na época eu fazia muitos trançados com lãs, e eu usava cores, cores vivas na minha cabeça. E aí eu colocava e dizia assim, ela olhava para mim, baixava a cabeça, não conseguia falar nada, aí passava... mas ela também não me proibia de usar. Aí chegou um tempo, que ela... passava mais ou menos uma semana, ela dizia assim: “C ... quando é que tu vai tirar essa trança? Porque, essa trança tira a seriedade do nosso escritório”. E disse assim “mas como vou tirar a seriedade do nosso escritório? O que a trança vai mudar no meu desempenho ou na seriedade da empresa?” E ela dizia “você não entende, mas isso você tem que tirar, tem que tirar isso, que já deu... já passou uma semana com isso no cabelo.”. Aí eu ia lá e tirava. Eu não tinha argumentos, eu tinha vivência né, mas eu não tinha estudo sobre a questão, então eu nunca discutia sobre isso, então eu não debatia, eu só obedecia. E aí eu tirava o cabelo, e aí passava outro tempo, eu trançava de novo, e era a mesma coisa. Chegou o tempo, que ela fazia isso no segundo dia, “C, está acho que está na hora de tirar... esse trançado aí está muito...” teve uma vez que ela disse “que esse trançado estava agressivo”, eu dizia assim “mas como está agressivo?”. (A. C., 1º Entrevistada).

Esses e outros casos (nos quais serão vistos a posteriori) são frutos da ideologia do racismo e do preconceito (pré-julgamento ou formação de um conceito prévio sobre um grupo racial ou etnia, sem ao menos ter conhecimento ou informação sobre o mesmo) atingem às mulheres negras. Desta forma, atos, atitudes, comportamentos que evidenciem direta ou indiretamente o racismo ao indivíduo ou a população negra, correspondem ao que os estudiosos na área chamam de discriminação racial. Novamente Nilma Lino Gomes¹⁶ contribui para se compreender melhor o termo:

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (p. 55).

Deste modo, de acordo militantes paraenses em seus discursos colhidos nas entrevistas, muitas passaram ou passam constantemente por várias situações de discriminação racial, várias delas desde a infância e/ou ao longo de suas vidas, sofrendo humilhações, exclusões e constrangimentos em decorrência de seus traços negroides, como cor da pele, cabelo, forma do nariz, etc, afetando profundamente sua autoestima, inferiorizando e estigmatizando sua autoimagem, vista como “estranha”, “feia” ou mesmo “inadequada” aos padrões culturais que ainda privilegiam os traços brancos como sinônimo de normalidade e pertença social:

(...) uma vez eu usei meu cabelo “*Black*” rosa por muito... por muito tempo, na época da Marcha das Mulheres Negras, rosa “*Pink*”, ele estava bem grandão, e... todo mundo me olhava por onde eu fosse, tipo no ônibus, é só colorir o cabelo, é incrível, porque se o meu cabelo ficar preto, (ninguém percebe?) não... percebe mas tipo, não, não

¹⁶ GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre as Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 de Junho de 2017.

fala... agora quando as pessoas me viam com aquele cabelo “*Pink*”, parece que sentiam a necessidade de me afetar, não sei o que passa na cabeça dessas pessoas. Teve uma vez que eu estava no ônibus indo para o velório da mãe de um amigo, e o cara disse assim “olha você... você está...”... ele pegou no meu cabelo, e eu disse “porque você está pegando no meu cabelo?”. Ele disse “ah... eu queria saber se é de verdade.”. “Como assim você queria saber se é de verdade?”. “Ah porque parece peruca esse negócio aí na tua cabeça.”. “Esse é meu cabelo, não toca no meu cabelo”. “Você não tem esse direito de tocar em mim.”. Ele “ah... esse cabelo escroto, não sei o que”... e ainda ficou me xingando, achando que eu tinha que aceitar tocar no meu cabelo para saber se era de verdade. Que direito ele tinha? Para mim aquilo foi... racismo, porque ele ficou olhando para mim de uma forma... é sei lá, ele ficou rindo da minha cara; (...). Tão como eu andar na rua e um carro passar e dizer “ei! Existe salão de beleza!... Vai usar chapinha... vai não sei o que...” (...). (A. C., 1º Entrevistada);

(...). Sofri racismo quando estava na quarta série, e ao decorrer do meu crescimento fui sentindo a dor do racismo e por ser mulher. Alisei o meu cabelo ainda quando ainda “tava” pequena e mesmo assim ouvia coisas do tipo “tomara que caia uma chuva!” “se molhar a palha de aço aparece”, e entre outras coisas que me hostilizavam e me invisibilizavam enquanto menina e negra. (...). (J. F., 5º Entrevistada);

(...). Claro que eu já me via... é ... excluída né, como mulher, como negra, como migrante, (...). As pessoas, claro, que elas não dizem pobre e preto em seguida, mas elas diziam com esse tom assim “ah porque olha... não é melhor tu continuar trabalhando como empregada doméstica, ajudar tua família e... esquece essa história de universidade, isso não é para ti, isso não vai dar certo”. (...). (...) então por essas coisas eu passei com certeza né, de discriminação, das pessoas duvidarem de mim, da minha capacidade por causa... pela minha cor, porque eu não tenho capacidade porque universidade não é para pobre, não é para negro né, ainda mais que eu vinha de outro Estado, até duvidavam de como é que eu com pouca idade já tinha entrado numa universidade ou já tinha terminado o segundo grau e tal, porque a educação no Maranhão só poderia ser muito ruim, só por isso eu teria conseguido né, (...). (L. M., 6º Entrevistada);

(...), fui discriminada desde criança, então a gente assim... isso marcou muito a minha vida, então é... havia uma sucessão e tanto sobre a discriminação, no meu trabalho, na minha vida... eu não sabia qual era a discriminação que estava batendo mais, fato de ser negra, fato de ser mulher, ser engenheira, que ser engenheira naquela época, mulher quase não era, então era uma área masculina, na questão da homossexualidade também, então era “x- tudo”. (N. B., 11º Entrevistada);

(...). As coisas ainda estão aí, de qualquer forma que seja, estão. Estavam quando me sentia sozinha aqui, estavam quando é... eu me achava feia por causa do meu nariz, por causa do meu cabelo, ou quando eu tentei passar pelo processo de transição capilar e não consegui. (...). (T. P., 12º Entrevistada).

Ao se analisar os relatos das entrevistadas, além de mostrarem o quão profundo e devastador são as consequências do racismo, materializado nas diferentes discriminações que perpassaram suas experiências de vida, nas quais as violências são diretamente relacionadas a seus traços fenotípicos de identidade étnica negra ou mesmo invisibilizando e excluindo essas mulheres de espaços de maioria branca, como evidenciado no caso acima – nas universidades, também são agregados a estas e muitas mulheres negras paraenses e brasileiras, outras discriminações além da cor que reforçam sua exclusão e preconceito, tais como pela forma do corpo, a de gênero, de opção sexual, de religião, de classe, etc, fazendo que essas mulheres,

além de todo processo histórico de exploração vivida pelas mesmas, ainda tenham que passar e enfrentar o jugo de outras formas de segregação que a sociedade impõe sobre seus ombros. Neste sentido, é possível notar outras formas de discriminação aliadas à questão da cor nos relatos das entrevistadas:

(...), eu sempre fui uma criança gorda, então os meus processos sempre foram de “gordofobia”, racismo, são umas questões bem delicadas. (...). (A. C., 1º Entrevistada);

(...) eu acho que... a principal discriminação primeira é a de negro, depois de mulher, depois de lésbica, depois... só vai acrescentando... no caso de nós negros, só vai acrescentando né, essas outras discriminações. (...). (N. B., 11º Entrevistada).

Na primeira fala, se evidencia que além do processo de racismo e do preconceito que passa ao longo da vida, a questão da “gordofobia” é mais uma forma de discriminação que permeia sua realidade. Já no segundo discurso, além de mostrar que a principal discriminação das mulheres negras é a questão da cor, junta-se a isto outras formas de segregação como a de gênero, da opção sexual e cada vez mais outras formas de exclusão vão se sobrepondo, fazendo com que essa mulher seja muito mais atacada e violentada.

Sendo assim, é justamente este quadro de grande discriminação e exclusão, advindos do racismo, um dos fatores fortes para que elas criem organizações de mulheres negras, na tentativa de se fortalecerem e lutarem juntas contra esta realidade que tanto as espremem e as oprimem de diferentes formas.

2.1.3 CONDIÇÃO DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS

Outro ponto chave e de grande consideração para a entrada das mulheres negras paraenses em coletivos específicos parte justamente das condições históricas de exploração, abuso e expropriação na qual essas mulheres passaram e continuam passando cotidianamente, frutos de um passado colonial que, a partir de uma hierarquização social baseada pelos limites da cor para compor as estruturas e relações sociais, terminou firmando no imaginário coletivo da sociedade brasileira e paraense o seu “*locus social*”, voltado para exploração no trabalho, à servidão física e sexual e a sua exclusão, relacionada diretamente às diferentes formas de discriminação que atingem esta mulher, em primeira instância, relegadas à cor, e a *posteriori*, ao gênero, classe, opção sexual, etc. Estas atribuições, hierarquicamente condicionadas a estas mulheres, reverberam até hoje nas suas condições de vida e trabalho. É neste sentido que TOKITA (2013, p.123) evidencia os papéis sociais desempenhados pelas mulheres negras e suas ocupações:

Entendemos assim, que a maioria das mulheres negras cabiam três *não lugares* sociais: ser mulher, ser negra e ser pobre. Como nos diz Lélia Gonzalez (2008) às trabalhadoras negras cabiam as ocupações manuais de baixo nível de rendimento, tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Os trabalhos que lhe eram destinados eram os de prestação de serviços, de modo geral, como domésticas, uma espécie de nova denominação para o papel de mucamas. (...).

Neste sentido, a partir das falas de uma das entrevistadas, pode-se entender de que forma essas reflexões se efetivam de modo prático:

(...), nós mulheres negras, que não é o meu caso, mas... continua nos trabalhos que preserva o escravismo, ou seja, faxina, cozinha, limpar, é... ser empregada doméstica, babá, levar cachorro para fazer cocô... naquele tempo não tinha, mas hoje tem. (N. B., 11º Entrevistada).

Em relação a isto, TOKITA (2013, p. 104) ao citar Beatriz Nascimento (2007)¹⁷ nos mostra os motivos para se entender porque a mulher negra ainda ocupa esses papéis na sociedade brasileira e paraense:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneçam como trabalhadoras rurais (...). Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados.

Ou seja, as mulheres negras continuam com as mesmas funções que exerciam no “passado escravista”, justamente devido ao profundo processo de introjeção psicológica do racismo, operacionalizado pelas elites brasileiras e paraenses, no qual surtiu tanto efeito que, mesmo após a derrocada dos ideais de eugenia e da política de branqueamento, do processo de abolição e da mudança política do Império ao regime republicano, as relações sociais de poder se configuravam e ainda se configuram a partir do critério racial.

Deste modo, apesar das alterações no regime político e da “liberdade” relegada à população e às mulheres negras, as exclusões e discriminações pelos marcadores da cor não sofreram modificações, aliados ao desdém de suas condições de vida após o processo abolicionista, desembocou nas dificuldades históricas de acesso a oportunidades, direitos, a cidadania desses indivíduos, e no intenso abismo de desigualdades sociais. Conrado (2012,

¹⁷ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento / Alex Ratts (org). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

p.45) cita Schumacher & Vital Brasil (2006)¹⁸ para entender a atitude do Estado brasileiro e sociedade sobre a condição de vida de homens e mulheres negras:

Nem governo e nem sociedade, ainda não expressaram de maneira contínua e eloquente o devido repúdio às condições vividas por homens e mulheres negras no processo de construção desse país, assim como não foi dado o justo reconhecimento ao fundamental papel exercido pelas afrodescendentes em sua formação.

E é na fala da paraenses entrevistada, que se materializa a forma como o racismo atinge a sociedade brasileira e de como as políticas governamentais atingem a população negra:

Então, quando a gente começa a entender as vicissitudes do racismo no Brasil, quem é que mais morre, mesmo sendo a maioria no país né, mas a gente não está né, na grande maioria das escolas, nas universidades. A gente começa a ver que todas as políticas de algum modo, elas contribuem para o genocídio da população negra do Brasil. Então, não tem como a gente se dá conta, a gente meio que acordar (barulho de estalo) né, para toda essa realidade social, toda essa realidade racial e especificamente enquanto mulher negra, (...), porque a gente sabe que a realidade das mulheres negras é bem complicada, ela é bem diferente. A grande maioria está lutando para existir, sobreviver, (...). (F. C., 2º Entrevistada).

Em relação à realidade das mulheres negras, evidenciada pela entrevistada, é marcada particularmente, como já mostrado nas análises acima, pela sua exclusão e discriminação racial, de gênero e social, fazendo com que tenham grandes dificuldades de acesso a meios que melhorem sua condição de vida, muitas vezes precária e sem recursos, fazendo com que constantemente procurem caminhos para subsistir, ou como a mesma expõe, *sobreviver*. E quando conseguem se encaixar em atividades que lhes produzam renda, a maioria dos trabalhos são aqueles que remetem à intensa exploração e a grandes esforços. Aliados a jornadas dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos dos outros e de seus filhos, as múltiplas jornadas de trabalho só intensificam a dinâmica de vida dessas mulheres. Conrado & Rebelo (2012, p. 234) arrematam a questão:

A contradição efetiva a que são submetidas as mulheres que ingressaram no mercado de trabalho e a permanência da tradicional sobrecarga dos afazeres domésticos, somadas à responsabilidade no cuidado dos filhos, se acentuam no caso das mulheres negras. Elas ocupam, em sua maioria, postos de trabalho precários, e muitas ainda executam atividades que não as afastam por muitas horas de suas casas para que permaneçam sob sua responsabilidade os afazeres domésticos. Ao mesmo tempo, para gerar renda, lavam e passam roupas para outras famílias, cuidam de crianças de vizinhas em suas próprias residências, atuam no comércio das feiras populares, venda de comida e de lanches em suas próprias casas ou como ambulantes.

¹⁸ SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006.

Neste sentido, segundo Maria Aparecida Bento (1995, p. 35 e 36)¹⁹ “*as mulheres negras têm sido apontadas com as trabalhadoras que mais experimentam a precariedade no mercado de trabalho do Brasil, não só por serem mulheres, mas também por causa da cor da pele*”. Segundo ela, o espaço atribuído às mulheres negras no imaginário da sociedade é de (...) *subalternização e da realização de atividades manuais (...)*. (idem, p. 36). Desta forma, na pirâmide social brasileira e paraense, a condição e a exploração da mão de obra dessas mulheres termina por defini-las como sustentáculos, as bases que carregam o peso das condições materiais de existência dessas coletividades. As mulheres negras entrevistadas amarram a reflexão:

(...). Então, sendo que ser mulher negra significa na pirâmide social, na pirâmide econômica, é o piso né, o piso da sociedade. A maioria de nós mulheres negras, a maioria de nós, ainda compõe esse piso, da mais baixa renda da pirâmide socioeconômica, e que repercute em todos os lugares e em todos os setores, no político, cultural, etc. (...). (N. B., 11º Entrevistada);

É porque dentro de uma pirâmide, eu consigo perceber que a mulher negra está ali na base de tudo, eu digo que ela está suportando o peso em cima dela (...). (S. M. J., 4º Entrevistada).

A exclusão, discriminação e exploração, são processos cada vez mais introjetados e reproduzidos em suas mentes, ao ponto de muitas das vezes, se quer compreenderem o motivo de tantas dificuldades e desigualdades nas quais passam ao longo da sua existência:

(...), eu fui crescendo e me compreendendo (...), e como uma pessoa que precisava... de todo modo correr atrás do... prejuízo que a gente não sabia explicar da onde... de onde vinha esse prejuízo... então foi assim que eu fui crescendo... (...). (I. S., 13º Entrevistada).

E estes processos afetam as mulheres negras desde a infância, na qual muitas, diante das precárias condições de vida e de sua família, assumem a função de provedoras e “chefes” da casa; são obrigadas a trabalharem desde cedo para garantir a renda de seus comuns e lutarem por sua subsistência. Duas entrevistadas relatam:

E fui estudar né e sempre vendo aquela lida da minha mãe, e eu era a filha mais velha, “arrimo de família”, porque era eu que fazia as coisas... eu era o “muleque da casa”, tinha o menino e a menina, porque eu que tinha que fazer, ir na mercearia, fazer as coisas, os “mandados”, era eu que fazia.(...). (I. S., 13º Entrevistada).

E eu vim para cá com doze anos e fui empregada doméstica até os dezenove né. E nessa fase de doze anos já comecei a procurar meu próprio emprego, a negociar... com as pessoas que eu morava né, até porque eu não recebia salário né, dessas pessoas. Eu só morava e tinha direito a comida, a um teto e trabalhava de graça para essas pessoas né. Algumas me deram um ou outro valor assim em dinheiro, mas eram muito irrisório né, era o mínimo para me manter, para comprar higiene pessoal, essas coisas assim.

¹⁹ Relações Raciais no Brasil: um breve diálogo. Relações Raciais e a representação da mulher negra. PUC -Rio – Certificação Digital N° 0811307/ CA. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17333/17333_3.PDF. Acesso em: 2 de setembro de 2016.

Ai com o tempo eu comecei a negociar, para que eu tivesse um tempo mais livre para estudar (...). (L. M., 6º Entrevistada).

Segundo Conrado & Rebelo (2012, 235) essas práticas de trabalho, principalmente a última, aludem ao passado colonial brasileiro e paraense, em que o “tratamento dispensado às jovens, em sua maioria negras, que residem na casa de seus patrões como empregadas domésticas, (...) e trabalham horas a fio.”. Evidenciam que neste tipo de relação, as condições de sobrevivência fogem das vistas das leis trabalhistas e terminam por reproduzir uma dinâmica perversa de troca de mão de obra por alimentação e moradia. Neste sentido, a exploração dessas meninas-mulheres negras ofusca-se com a ideia de “pegar uma menina para criar”. Uma das entrevistadas demonstra a questão:

(...) aqui na cidade ainda tem aquele negócio... “traz uma menina pra mim do Marajó... traz uma menina do Maranhão”... e são negras... vem... o pessoal diz que vai estudar, mas não vai estudar... vai trabalhar... é trabalho infantil, é trabalho escravizado, porque ela mora na casa... e essa criança sabe quando dá três horas ela tem que acordar, essas coisas. (...). (N. B., 11º Entrevistada).

E mesmo quando conseguem adentrar nos espaços que tendem a desenvolver sua condição social e pensamento crítico, no caso a universidade, muitas mulheres negras, devido às dificuldades de manutenção e condição de vida, terminam por manter dupla ou tripla jornada de trabalho para conseguirem renda para subsidiarem a nova realidade. No entanto, para muitas outras, a necessidade de recursos para subsistência é tamanha ao ponto de largarem os estudos para manterem a jornada de trabalho:

(...), eu passei em duas universidades, (...).
E aí eu tive que bicos né, trabalhar de... para não voltar a vida de empregada doméstica né, porque nessa fase eu já tinha passado no vestibular, e eu tinha que encontrar meios de me manter, porque tinha que pegar ônibus, tinha xerox, alimentação, roupas, tudo isso. E o que eu fiz, comecei a fazer bicos, eu fui garçom de bar, deixa eu ver, (...).
Depois disso, eu acho que ainda trabalhei no lava-jato, enfim, como secretária também. (L. M., 6º Entrevistada);

(...). E fui estudar, fui a primeira que passei aqui na minha comunidade, onde minha mãe mora, aqui no Jurunas, até hoje. Eu fui a primeira que passei no vestibular, passei na UFPA em 1985, e eu fui fazer... fui cursar Ciências Sociais, mas aí acabei abandonando no finalzinho porque trabalho e... tudo, e acabou me tirando um “pouco do eixo”, não há... não foi filho que me tirou, nem homem, nada disso, pra mim foi a questão mesmo do trabalho, porque eu precisava trabalhar, e não coincidia os horários, (...), e acabava que... ia deixando as coisas de lado, da faculdade. (...). (I. S., 13º Entrevistada).

Fica claro, então, ao longo das análises expostas acima, os motivos pelos quais as mulheres negras paraenses procuram os coletivos e as organizações específicas – devido à negação de sua identidade; o racismo, preconceito e a discriminação; e a sua condição de vida. Feita estas considerações, procurar-se-á entender, a partir do desenvolver das entrevistas, como se dá o processo de entrada nos movimentos e coletivos.

2.2 A ENTRADA DAS MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS E COLETIVOS ESPECÍFICOS PARAENSES

O processo de entrada das mulheres negras paraenses nos coletivos específicos, de acordo com suas falas ao longo das entrevistas, evidencia uma série de fatores e circunstâncias que as levam a entrar em contato com estas formas de manifestação e a partir disso, traçar seus caminhos de luta com a coletividade. Entre essas motivações estão:

Convite de um (a) militante do movimento ou coletivo: é a partir do contato com uma pessoa que integra o movimento, que apresenta os objetivos da instituição e os papéis demandados pelo grupo, que se baseiam as primeiras formas de aproximação, e a partir do processo de solidarização e da troca de experiências, se fortaleçam os mesmos laços de luta, fazendo com que estas mulheres se engajem nas entidades. Em relação a isto, as paraenses entrevistadas são categóricas:

(...) eu lembro que eu sempre queria participar da instituição, mas ficava pensando que tinha que “rolar” convite, que tinha que “rolar” coisas assim, mas não sabia que era muito mais fácil que eu pensava de entrar. Mas, é lógico quando tem uma pessoa que te chama para ir... é muito mais fácil de você fazer parte. E foi o que a M. fez, ela convidou eu e a A., por causa do projeto Pará África, para gente, (...), sair pelos municípios, levando um seminário que falava... ia falar da Marcha enquanto construção, mas também ia falar do bem viver daquela mulher preta, ia falar de racismo, ia falar de várias situações que as mulheres pretas passam na sociedade. (...). Então, é... dali eu fui me engajando muito mais na militância, eu fui percebendo muito mais a importância de estar organizado. (A. C., 1º Entrevistada);

(...), eu era estudante de Letras e conheci um militante, que também era do curso de Letras e me convidou para participar do grupo que era chamado Grupo de Estudantes Universitários Negros. E aí nós começamos a militância, começamos a ir para palestras e discussões que tratasse dessa questão né, (...). (B. D., 1º Entrevistada).

Consciência Crítica: estas mulheres começaram a entender e refletir que as dificuldades, desigualdades, exclusões e opressões que passaram e passam no seu cotidiano não são processos “naturais”, pelos quais estão “condicionadas” a passar, mas fruto das contradições impostas a elas historicamente. Diante disto, cria-se a necessidade de “abrir os olhos” de outras mulheres, a partir da luta coletiva, para que enxerguem criticamente sua realidade e também possam notar que essas contradições não são condicionadas somente ao gênero feminino, mas relegadas em primeira instância, a sua condição racial:

(...), pessoalmente, eu comecei a perceber, que não era natural, por exemplo, o estado de coisas que eu via em relação a minha vida, enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto profissional, (...). (F. M., 3º Entrevistada);

Então de certa forma, a gente consegue enxergar algumas coisas que muitas outras pessoas não enxergam, assim como o extermínio a juventude negra, (...). Enfim, não reconhecem, não conseguem visualizar. (...). (A. C., 1º Entrevistada);

(...) percebi que não só o fato de ser mulher fazia com que eu sofresse tudo aquilo, mas sim também o racismo, eu resolvi lutar para tentar mudar essa situação. (J. F., 5º Entrevistada);

Bom... nesse processo... esse processo de conscientização do que eu falo agora, eu tenho hoje, mas mesmo sabendo sempre quem eu sou, quem eu fui, de onde eu vinha e... pra que... o que tava posto pra mim no mundo, (...). (T. P., 12º Entrevistada);

(...), aí... fui vendo... já aí... já ia vendo como era diferente para nós mulheres, como a gente era tratada. (...). (I. S., 13º Entrevistada).

Para Elza Carlos (2009, p. 15) a consciência crítica e também política sobre a dinâmica racial exercida pelas mulheres negras é de extrema importância, pois ajuda na “*construção de uma possível sociedade justa e igualitária com respeito às diferenças de toda ordem e para todos os homens e mulheres do país*”. E cita Neuza Santos quando entende que o próprio reconhecer-se como negra é compreender a fundo toda uma dinâmica de violações e violências vividas por elas ao longo dos tempos, mas também é força de luta a partir do resgate da mesma como sujeito político e crítico, de grande valor e importância:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, compelidas a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SANTOS, 1983, p. 17, 18).

Almeida (2010, p.5) corrobora a questão ao citar a ilustre Lélia Gonzalez, ao referir que “*a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial*”, ou seja, que “*opressão racial seria mais forte que a de gênero, daí o processo de conscientização racial ser necessariamente anterior ao de sexo*”

Aproximação do Feminismo Negro: segundo as entrevistadas, umas das motivações que permearam a entrada delas nos coletivos e organizações de mulheres negras, parte justamente da aproximação das mesmas com os estudos sobre o feminismo negro e das mulheres negras que são referências nesta modalidade de conhecimento:

(...) Então é muito... eu começo lendo muito, eu já estava na universidade, tinha terminado de me formar, então eu comecei a ler vários textos de feministas negras, porque eu já era próximo do feminismo, fui atrás de algo muito mais parecido com a minha realidade. Então comecei a ler feministas negras, comecei a procurar na internet, foi o *boom* também no *Facebook*, feminismo no *Facebook*. Encontrei referências aqui, aqui no caso em Belém né, a professora Mônica Conrado, a professora Zélia Amador de Deus, a Tiane né, que agora está na Bahia, outras mulheres de referência né, nessa questão do Movimento de Mulheres Negras e também intelectuais Sueli Carneiro, Bell Hooks, Patrícia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e várias outras referências que a gente começa a ler e entender uma outra história, uma outra identidade, uma outra memória, que nos foi totalmente negado ao longo toda existência, ao longo de toda a vida.

Então, a partir daí, comecei a sentir necessidade de entrar em contato com outras mulheres do meu ciclo, (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...) eu entrei em contato com o feminismo negro, com alguns textos, o texto da Sueli Carneiro, aí eu fui né, tentando fazer essa relação com o próprio Movimento de Mulheres Negras aqui do Pará, e também me aproximar dessa temática da luta da mulher negra aqui. (...). (M. M., 7º Entrevistada);

Então, é interessante, como a partir dessa visão do negro no Brasil e ao adentrar a literatura ao longo dos anos, lendo também as feministas ocidentais e não se vendo, não se sentindo representada, a... na leitura das feministas negras, os quais a Lélia Gonzalez, o Brasil tem um papel pioneiro importante, como outras no Brasil, a Beatriz Nascimento, a Sueli Carneiro, e outras mais jovens, na área da saúde, você tem a Jurema Werneck, você tem, hoje a Djamila Ribeiro, enfim, nomes que vão... que vão é... ganhando papel de frente, nas lutas antirracistas, chamando atenção a outros marcadores sociais da diferença, nos quais, na luta antirracista, ela se encontrava-se obsoleta, (...). (M. C., 8º Entrevistada);

(...), eu descobri também essas especificidades de ser uma jovem negra né, nesse momento e que tinha especificidades né, tinham coisas que eram diferentes, que não davam para ser tratadas como um todo. E a partir daí o interesse né, de descobrir, de conhecer a pauta do feminismo negro, a pauta das mulheres negras, e estabelecer uma relação com essas mulheres né, com essa luta, com essa nossa pauta diária. (N. C., 9º Entrevistada);

(...) depois de muito estudo, me assumi feminista negra. (J. F., 5º Entrevistada).

Segundo Djamila Ribeiro²⁰ (2015), o feminismo negro traz à cena a mulher negra como epicentro do debate teórico e prático, evidenciando historicamente suas demandas, paulatinamente caladas ao longo dos tempos, sob o jugo da exclusão, discriminação e do preconceito. A autora evidencia que “(...) *Para além da compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento reflexivo e crítico dá espaço às vozes que foram historicamente silenciadas, as vozes das mulheres negras.*”.

A autora também se baseia no *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (2013) ao referir-se a Patrícia Collins (2000)²¹ quando a mesma deixa claro que o ponto de partida do feminismo negro consiste no “(...) legado da luta, visto que todas as mulheres negras compartilham a comum experiência de comporem uma sociedade que as desprivilegia. Esta experiência sugere que certos temas característicos sejam proeminentes do ponto de vista destas mulheres.”. E estas temáticas que Collins (2000) termina por citar partem justamente dos diferentes recortes nos quais esta mulher é discriminada e excluída, que extrapolam as barreiras do gênero e terminam por alcançar outros recortes, como raça, classe, sexo e geração.

²⁰ RIBEIRO, DJAMILA. *Feminismo Negro: Violências Históricas e Simbólicas*. 2015. Disponível em: <http://ponte.cartacapital.com.br/feminismo-negro-violencias-historicas-e-simbolicas>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

²¹ Idem, 2015.

E esses recortes não tendem a afetar as mulheres negras de forma separada, mais terminam por se conectar e se corresponder, produzindo múltiplas formas de violação. Neste sentido, a teórica Kimberlé Crenshaw²² utiliza do conceito de interseccionalidade como forma de compreensão e intervenção diante dos diferentes vieses que estruturam as violências contra estas mulheres. A cientista afirma que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Conrado & Rebelo (2012)²³ também citam a autora para refletir sobre as discriminações interseccionais que atingem as mulheres negras. Deixam evidente que, somente através de um olhar múltiplo e profundo sobre as diferentes assertivas que produzem o jugo a estas mulheres racialmente oprimidas, que se pode “(...) desenvolver intervenções e proteções mais eficazes” (CRENSHAW, 2002, p 177) a elas. Uma das entrevistadas também fala sobre a questão:

Por isso vem à cena, um conceito trazido por uma feminista negra dos Estados Unidos, a Kimberlé... Kimberlé Crenshaw, que é o conceito da interseccionalidade, além do gênero, a questão da interseccionalidade, responde mais à mulher negra, porque gênero se soma a questão e à questão da classe, que as mulheres negras têm muito mais barreiras para enfrentar que de qualquer outro ser, digamos assim, né, elas têm a barreira do próprio gênero, tem a barreira de classe e a barreira da raça né, então intersecções, são coisas que se somam e aumentam as dificuldades. (...). (Z. A., 14º Entrevistada).

Logo, o feminismo negro é visto por Sebastião (2008)²⁴ como feminismo da diferença, pois rejeita a forma de pensamento que evidencia a igualdade de demandas e experiências vividas pelas mulheres, em que termina por “deixar de lado” suas especificidades e considera como única diferença apenas a de sexo, sem compreender de fato, que as diferenças estão presentes entre as mulheres, nos quais outros eixos, como raça, classe, geração, opção sexual, etc, também relegam a muitas mulheres (negras) condições de subordinação e inferioridade na sociedade.

²² CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n° 1, p. 177.

²³ CONRADO, Mônica; REBELO, Nazaré. Mulheres Negras Amazônicas: Ação, organização e protagonismo nas práticas políticas. In: RIBEIRO, Matilde. Políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 225, 2012.

²⁴ SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico. p. 121. In: CARVALHO, Marília Pinto de. ; PINTO, Regina Pahim. Mulheres e Desigualdades de Gênero. São Paulo: Contexto, 2008.

A Discriminação: como já abordado anteriormente, como uma das motivações para que procurem os movimentos e coletivos de mulheres negras, a prática cotidiana do racismo, esmiuçada no processo “cordial” ou não, das mais variadas formas de preconceito e discriminação, faz com que muitas mulheres aproximem-se e efetivem o processo de entrada nas organizações mulheres negras, pois funcionam como espaços de acolhimento, instrução e formação, para que esclarecidas e conhecedoras das bases que estruturam o racismo, possam estar pautadas criticamente na luta coletiva contra seus desdobramentos na sociedade:

(...), então a nossa motivação primeira é negra! É o racismo! Nossa motivação inicial é o racismo, (...). (N. B., 11º Entrevistada);

(...), tudo que eu passei a fazer na vida foi sempre na questão mais adiante, né, em combater o racismo, em combater a discriminação racial, em combater a questão do peso que sofre a mulher negra na sociedade brasileira, (...). (Z. A., 14º Entrevistada);

(...) e quando tu entra, tu começa a entrar em contato do que é a questão racial no Brasil, e todas as problemáticas que isso acarreta né, (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...). Então aqui, o Cedempa abriu várias outras portas, para várias outras formações, aqui a gente têm muitas formações, a gente pensa muito em se formar, em estudar, em buscar mais, em conhecer, porque eu vejo que a única forma de lutar contra o racismo é essa, que eu acredito que o racismo não vai acabar, infelizmente, na nossa sociedade. O racismo é uma “jogada de mestre” que ele existe no mundo inteiro, o negro onde ele for, ele vai ser... ele vai ser perseguido, então onde você for tem isso. (A. C., 1º Entrevistada).

Para RIBEIRO (1995) o racismo²⁵ “(...) constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra. (...)”. Logo, é a partir de medidas concretas, como a luta coletiva contra o racismo na quais grupos e coletivos específicos se apoiam, que as mulheres negras veem caminhos sólidos para inserirem suas demandas e juntos poderem unir forças para o combate desta forma de violação às mesmas.

Compartilhar lutas, demandas e experiências de vida: nas falas das mulheres negras entrevistadas, nota-se que o processo de entrada nos coletivos específicos deriva da construção de redes de solidariedade que esses grupos formam, nas quais acolhem estas mulheres e neste sentido, tornam-se espaços de diálogo em que juntas podem dividir suas experiências de vida, demandas, histórias de sobrevivência e resistência. É a partir desta interação, dividindo vivências e trocando informações e formações, que essas mulheres se aproximam cada vez mais

²⁵ A posteriori, aprofundar-se-á questão, no que concerne à dificuldade dos movimentos e coletivos em discutir e combater o racismo, no item 2.5 – “Discussão do Racismo”, p. 92.

das organizações específicas e terminam compondo suas militâncias, uma vez que sua voz, agora coletiva, ganha peso e reconhecimento:

(...), então, eu passei a me aproximar muito desses grupos, da gente discutir as nossas demandas, que são demandas similares, (...), mas né, a compreender, foi isso que... foi esse o motivo que me puxou para o Movimento de Mulheres Negras. (M. M., 7º Entrevistada);

Então, aqui no Pará, é... as mulheres negras acabam se encontrando meio que através das lutas. Ainda têm muitas que desconhecem as organizações e que por vezes, eu percebo que em algum momento a gente acaba tendo essa necessidade de procurar esses determinados grupos, que nos identificam e tem o mesmo foco que é a gente né... que é lutar, que é resistir, que é se compreender. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

Conheci outras mulheres negras que tinham as mesmas vivências que eu. (...). (J. F., 5º Entrevistada).

Santana (2017) deixa claro e reconhece o processo de solidariedade entre as mulheres negras como um mecanismo eficiente na luta por seus direitos e cidadania. E alude a esta característica como um viés de caráter histórico-cultural entre as mesmas, pois são “questões próprias das organizações matrifocais, que fazem parte da tradição das famílias e comunidades negras da escravidão até nossos dias. (VASCONCELOS, 2015, p.120-121)” (p.10).

Para Melucci (2001)²⁶ uma das características fortes nos movimentos sociais específicos, consistem no que chama de *solidariedade compartilhada*, em que “os atores coletivos se reconhecem e são reconhecidos como parte da mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p. 32-35). Desta forma, é a partir de características comuns que as mulheres negras criam identificação entre si – experiências, vivências e lutas – e partir disto, terminam compartilhando, em conjunto, o mesmo foco. Neste sentido, partindo de uma coletividade, baseada nos mesmos interesses, constroem as forças materiais que estruturam suas ações.

Entrada na Universidade: algumas entrevistadas evidenciam que é a partir da entrada no espaço acadêmico, lugar em que a formação e a construção do pensamento crítico e político estão em constante reverberação, que muitas começam a entender e a construir suas identidades políticas e culturais, a partir da reflexão histórico- analítica de suas realidades e vivências como mulheres negras. Neste sentido, o processo de entendimento estruturado no conhecimento acadêmico não só fez com que compreendessem seu lugar de origem, mas também o *locus* social no qual foram e ainda são condicionadas, culturalmente relegadas à condição de exploração e subalternização. Deste modo, é a partir da consciência crítica construída neste

²⁶ Movimentos Sociais – um breve panorama teórico. In: Movimentos, organizações e redes sociais. PUC –RIO – certificação digital N° 0811307/CA, p. 42. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/17333/17333_4.PDF. Acesso em 23 de agosto de 2017.

espaço que estas mulheres irão se aproximar de grupos ou coletivos específicos, muitos deles presentes dentro das próprias instituições acadêmicas:

(...), a partir do momento que eu entro na universidade, eu começo a construir uma identidade política sobre o meu corpo, sobre é... a minha história, sobre a minha ancestralidade, o que significava... significa na minha vida, é que como as barreiras vão se dar de forma diferenciadas para outras pessoas, (...). (T. P., 12º Entrevistada);

Bom, mas aí chega um momento que você diz assim “não, agora sim eu me identifico e eu quero ter, digamos assim, gostar dessa condição”. E aí quando eu entro na universidade, (...), passando em sala em sala para dar um informe, rapaz me viu e no final ele me chamou, “vem cá... não queres participar de um grupo? O Grupo de Estudantes Universitários Negros”. Então, eu já tinha essa consciência da questão racial, mas assim, o grupo me ajudou muito né. (...). (B. D., 10º Entrevistada);

E depois... nessa fase já no primeiro momento da Federal (Universidade Federal do Pará), foi quando eu comecei a ter contato com a militância do Movimento Negro. (...). (L. M., 6º Entrevistada).

Histórico de Militância: a partir das entrevistas feitas com as mulheres negras militantes paraenses, notou-se que o processo de entrada nas organizações e coletivos específicos é fruto de um histórico de caminhada na militância ao longo da vida dessas mulheres. Estas, a partir da experiência de luta e da formação construída e adquirida em outros segmentos e movimentos, fizeram com que refletindo suas especificidades como mulher e negra, se aproximassem e adentrassem em coletivos e organizações que supriam e reconheciam seus objetivos e demandas.

(...), desde o segundo grau, no Orlando Bittar, onde eu estudei, eu militei no Movimento Estudantil, fui de centro acadêmico, da... do Orlando Bittar, me envolveram nas programações dos estudantes na escola, então eu sempre fui ativa nesse sentido né (...). (L. M., 6º Entrevistada);

(...) e aí fui me envolvendo no movimento, mais a frente já com dezoito anos, eu já tava... fui presidente do Centro... participei da eleição, fui presidente do Centro Comunitário, e... ali começou a minha caminhada no movimento... no movimento social, primeiro organizado no movimento popular, que era o movimento de Centro Comunitário né, (...). (I. S., 13º Entrevistada);

Após o entendimento sobre o processo de aproximação e entrada das mulheres negras em coletivos específicos, faz-se necessário entender como se dá a forma e os tipos de movimentos que se edificam na capital paraense, bem como se estruturam para receber e acolher suas especificidades.

2.3 OS TIPOS E AS FORMAS DOS COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS PARAENSES

Tão grande é a proporcionalidade de grupos e coletivos de mulheres no Estado paraense, que Conrado & Rebelo (2012, p.239) evidenciam que “(...) *existem no Pará mais de cem organizações, grupos, movimentos e associações de mulheres, reivindicando direitos de acordo*

com o Fórum de Mulheres Negras da Amazônia.”. E neste sentido, também são de grande evidência aqueles que mobilizam suas forças em prol da defesa dos direitos e do combate às diferentes formas de violações das mulheres negras.

A partir dos relatos das mulheres negras militantes entrevistadas, foi possível mapear as principais formas de coletivos e organizações na capital paraense, bem como, a maneira como exercem as mobilizações e as formas de luta, beneficiando de forma geral, também à população negra local. Fica-se claro, que o trabalho não tem como funcionalidade abarcar todas as instituições e organizações de mulheres negras de Belém, mas sim evidenciar sua pluralidade e diversidade, e as diferentes formas de mobilização, que engrossam e estruturam as vertentes de luta em prol da mulher negra paraense. Desta forma, separou-se os coletivos e organizações em três grupos:

Movimentos Tradicionais: coletivos que se caracterizam pela constituição de espaços específicos para reuniões, formações, oficinas, debates na forma presencial entre seus integrantes, ações de defesa e mobilizações “corpo a corpo”, como caminhadas e passeatas. Temos os seguintes coletivos de acordo com essa forma de organização:

CEDEMPA: Centro de Defesa do Negro do Pará: instituição que desde 1970, segundo Conrado & Rebelo (2012, p. 231) “(...) se destaca por sua atuação política e projetos que proporcionam impactos positivos às populações negras do Pará, ao colocar em debate, (...), as condições em que as mulheres e os homens negros se encontram no Pará, (...)”. Segundo uma das mulheres militantes entrevistadas:

(...), o Cedenpa tem trinta e seis anos, trinta e seis esse ano, trinta e sete agora (2017), oitenta para cá, vai fazer trinta e sete no dia dez de agosto agora, (...). (Z. A., 14° Entrevistada).

Além de evidenciarem a sua militância antiga, as mulheres negras da instituição mostram que a organização tem caráter misto, ou seja, é formado por homens e mulheres, mas em sua maioria, o protagonismo e a quantidade de integrantes são hegemônicas mulheres negras:

(...), o Cedenpa, eu faço parte do Cedenpa, e o Cedenpa é uma organização mista, a gente brinca né, uma organização mista, hegemônica por mulheres. (...). (M. M., 7° Entrevistada);

(...), o Cedenpa sempre, sempre tratou de tudo, tudo, como entidade mista, sempre tratou de tudo, e como eram mulheres negras que dirigiam e ainda dirige, (...). (N. B., 11° Entrevistadas);

O Cedempa surge como uma organização mista, não necessariamente feminista, uma organização do Movimento Negro mista. Porque a maioria das pessoas, digamos

assim noventa por cento do pessoal, até mais de noventa por cento das pessoas mobilizadas para criarem o Cedenpa eram mulheres, os homens sempre foram mais raros no Cedenpa. (...). (Z. A., 14º Entrevistada);

(...) o Cedenpa é um movimento misto né, que luta contra as desigualdades sociais e raciais, mas há uma grande maioria de militantes, de guerreiras, de mulheres, batalhadoras negras e a gente sempre está a frente dessas lutas né, (...). (F. M., 3º Entrevistada).

No que tange os debates e as discussões teóricas do coletivo, o Cedempa segundo as mulheres na entrevista, parte do pensamento do feminismo negro para compreender e refletir sobre a condição e a realidade da mulher negra paraense e amazônida, e neste sentido, entender que não é só a questão de gênero que promove profundas dificuldades e desigualdades sociais a essas mulheres, mas a questão racial aliada a outros eixos como a questão da classe, do sexo, geração, etc, no qual fazem as mesmas passarem por múltiplas formas de exclusão e discriminação. Dentro desse contexto, também debatem sobre questões fundamentais voltadas às mulheres negras, como saúde, educação, trabalho, identidade, religiosidade, bem como ações - formações, oficinas, estudos - a partir do viés racial, entendendo que é vencendo com instrução, conhecimento e medidas concretas o racismo, esta mulher ganha à possibilidade de ultrapassar um dos eixos que a invisibiliza e a exclui socialmente, e poder avançar na luta da garantia de direitos e de sua cidadania:

(...), mas dentro do Cedempa têm as mulheres organizadas pensando no feminismo negro, pensando a questão das dificuldades que sofrem as mulheres negras, que é diferente né, das dificuldades das outras mulheres, (...), se chega a conclusão que apenas gênero não responde às necessidades das mulheres negras, apenas gênero não é suficiente para entender as especificidades das mulheres negras. (Z. A., 14º Entrevistada);

(...), no Cedenpa, já se discutia... a questão da mulher, se criou o grupo de mulheres que... começaram a discutir algumas necessidades de... de reduzir e superar as violações de direito que passaram as mulheres negras (...) lembro que nós iniciamos a discussão diante da necessidade da discussão, da... da questão da saúde, da violência, da questão profissional, da questão da cultura, da questão da identidade, da questão também da afroreligiosidade, é... na perspectiva da... de se resgatar, valorizar e preservar a religião de... de origem... de matrizes africanas...

(...) então eu estou responsável como também outras companheiras né, na questão de discutir gênero né, essas relações socialmente construídas, mas na perspectiva racial, né, a violência contra a mulher e os direitos humanos, né, a educação para os direitos humanos né, onde a população negra esteja contemplada dentro desses direitos. (F. M., 3º Entrevistada);

(...), o Cedenpa abriu várias outras portas, para várias outras formações, aqui a gente tem muitas formações, a gente pensa muito em se formar, estudar, em buscar mais, em conhecer, porque eu vejo que a única forma de lutar contra o racismo é essa, (...). (A. C., 1º Entrevistada).

REDE FULANAS/ NAB: - Negras da Amazônia Brasileira: organização de mulheres negras amazônidas, criada, segundo as entrevistadas, dentro do próprio Cedenpa, foi idealizada em 28

de Março de 2008 e fundada no *V Encontro de Mulheres Negras Quilombolas*, em Inhangapi – Pará²⁷ atuando em todos os Estados que compõem a Amazônia Brasileira, podendo agir também em outros Estados da federação e nos espaços internacionais. A partir do *Regimento Interno*²⁸ da Instituição, é possível entender como se caracteriza e seus principais princípios:

ART. 1º - A Rede Fulanas/ NAB – Negras da Amazônia Brasileira é uma articulação da sociedade, sem fins econômicos, de natureza de direito civil e duração ilimitada, constituída por mulheres negras, associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativos da região amazônica e com atuação nas áreas social, econômica, cultural, política, ambiental e de direitos humanos, com valorização da identidade de gênero, raça e etnia, comprometida na luta contra o racismo, opressão de classe, sexismo e outras formas de discriminação contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime na perspectiva do bem viver.

Ou seja, uma organização voltada para as mulheres negras amazônicas, abarcando todos os setores sociais, refletindo-os a partir do viés de gênero e raça, atuando contra o racismo e utilizando-se da perspectiva do feminismo negro também para pensar as condições de vida da mulher negra e lutar por mudanças efetivas na sociedade brasileira e amazônica. Segundo as entrevistadas:

(...) aqui também a gente tem a Rede Fulanas, que esse... a criação da Rede Fulanas é um avanço, porque seria uma forma... uma tentativa de tentar... é uma tentativa de juntar as mulheres negras, da Amazônia brasileira, porque a gente acredita que a nossa pauta, ela é... tem especificidade regional; a gente tenta dialogar com outras rede de mulheres, (...). (M. M., 7º Entrevistada);

(...) Rede Fulanas, que é uma rede que junta com a região... pessoal do Amapá, pessoal do Estado do Pará, do Amapá, e até do Tocantins, agora, tudo participando da Rede Fulanas não é. (...). (Z. A., 14º Entrevistada).

COLETIVO MARIAS: organização de mulheres feministas, em que faz parte vários tipos de mulheres, em que cada uma traz sua forma de luta para o debate em coletividade. E dentro deste coletivo, a pauta racial é a que direciona os encontros, já que muitas militantes, nas trocas de vivências e experiências, evidenciam que as maiores dificuldades e desigualdades atingem diretamente às mulheres negras:

Eu faço parte de um coletivo, que vou fazer dois anos nesse coletivo de mulheres feministas Marias, e lá têm vários tipos de mulheres, cada uma com sua bandeira de luta, mas no mesmo grupo. E dentre elas, eu acredito que eu trago mais esse tema, da questão racial né, temos mulheres trans, lésbicas, e cada uma ali com sua bandeira de luta, mas nós estamos unidas e isso é muito bacana, porque a gente troca experiências e eu consigo mostrar a elas as nossas dificuldades de mulher negra, entendeu? (...) a

²⁷ Fonte: CARTA DE PRINCÍPIOS – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes do coletivo. Disponível no Anexo.

²⁸ Fonte: REGIMENTO INTERNO – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes da organização. Disponível no Anexo.

nossa luta é muito mais árdua, é ‘matar um leão por hora’, não digo nem por dia, entendeu? (S. M. J. 4º Entrevistada).

Movimentos Universitários: coletivos e organizações que foram criados dentro do espaço acadêmico, lugar de incentivo ao conhecimento, a liberdade de expressão, a consciência crítica e que ao longo dos anos, está sendo ocupado, a partir das políticas afirmativas como as cotas, por estudantes negros e negras. Lugar também de inserção do Movimento Negro, no qual trará as bases teóricas para formação desses grupos.

REDE DE MULHERES NEGRAS: criada em 2005, a partir da necessidade de organização e mobilização das mulheres negras dentro de uma Universidade na capital paraense, a partir de uma experiência que as invisibilizava e as excluía, surgiu como um espaço para pautar suas demandas, dificuldades e compartilhar as experiências e realidades de vida, de acolhimento e de luta contra o racismo e todos os fatores que levam à sua discriminação. As militantes entrevistadas explicam de que maneira se deu a criação da Rede:

(...), ela começou na verdade, em Outubro de 2015, assim digamos oficialmente né, que na verdade em 2015 aconteceu a Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília. Nós queríamos um ônibus pela universidade para ir para lá, sendo que um dos pró-reitores falou que não tinha mulheres negras na universidade, então não ‘tinha necessidade’, não ‘tinha demanda’, não ‘tinha público’ e aí, foi que eu e uma amiga nós resolvemos fazer um seminário, Primeiro Seminário de Mulheres Negras na UFPA em 2015, que é dia 23 de Outubro, que onde formalmente a Rede surge, mas antes disso, a gente começou entrar em contato com todas as mulheres negras que a gente tinha conhecimento, a gente viu que a gente não éramos poucas, éramos muitas, só que de formas separadas e isoladas. (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...) o Primeiro Seminário de Mulheres Negras que teve aqui na UFPA, grupo de mulheres negras que estavam se organizando politicamente, em rede, pra propor políticas de enfrentamento mesmo... e ir para Marcha de Mulheres Negras e a exigência era que a reitoria da Universidade disponibilizasse o ônibus para que fossemos para a Marcha, o que não aconteceu, por uma desculpa ridícula, de que não tinha um contingente de mulheres negras suficientes pra ir, como se a universidade não fosse feita de preta também, enfim, depois disso o ônibus não saiu, mas como legado se formou essa organização política, (...). (T. P., 12º Entrevistada).

No que corresponde à forma de atuação do movimento, a Rede se distancia de modelos de grupos partidários, já que segundo as entrevistadas, tendem a separar as lutas. Neste sentido, adotam a metodologia do feminismo negro como ideal teórico que pensa a mulher negra e sua condição na sociedade a partir da interseccionalidade de discriminações que às atingem:

(...) Rede de Mulheres Negras, e a ideia é não pensar... é... como coletivo, ou nada partidário porque a ideia é... dentro desses coletivos, dentro desses partidos existe um movimento de segregação mesmo, de seccionar as lutas, e não ter nenhum esforço de interseccionalizar, que é a metodologia do feminismo negro né, ao qual a Rede se... se embasa. Então, a ideia é fugir desse modelo que não funciona, que nunca funcionou, nesse modelo coletivo, modelo partidário, porque não funciona, tipo nesses espaços, a ajuda de mulheres negras é sempre secundarizadas, então é totalmente o contrário, a Rede hoje em dia é misturada, misturada coletivamente. (T. P., 12º Entrevistada).

A Rede de Mulheres Negras também se utiliza do empoderamento como forma de articulação e mobilização entre as mulheres negras paraenses. Segundo Santos (2009, p.16) o conceito de empoderamento está relacionado à valorização de:

(...) condições objetivas para que as mulheres negras se organizassem tendo como finalidade a interferência nos espaços de decisão, a conscientização de suas potencialidades, da autoestima, como protagonistas capazes de transformar, a partir de sua realidade específica, os interesses dos que não tem poder em desafiar as estruturas existentes. (...).

Uma das militantes entrevistadas mostra como a sua relação com a Rede de Mulheres Negras é proporcionada a partir do viés do empoderamento, ou seja, da posituação e valorização da mulher negra, dos seus traços negróides, da sua importância na sociedade e da inserção nos diferentes espaços, a partir das trocas de experiências entre elas:

E aí, a minha relação com a Rede é essa que eu tava te falando, é tipo um processo de empoderamento pra mim e pra essas mulheres também, elas se empoderaram nessas trocas, e é muito isso sabe, é muito uma questão de troca, (...). (T. P., 12º Entrevistada).

A Rede de Mulheres Negras além de produzir seminários, palestras, oficinas, rodas de conversa, artigos e textos que mostram e valorizam a luta da mulher negra, não se fecham somente no “corpo a corpo”, em reuniões presenciais, também se utilizam das redes sociais como ferramenta para abarcar novas articulações, levar informações e produções, mobilizar nas mídias sociais, levar o debate sobre a sua condição para outros espaços, para outras mulheres que não tem acesso ou não tem tempo de se articular, devido às intensas e múltiplas jornadas de trabalho:

A Rede ela tem uma página no *Facebook*, mas a gente também participa, têm oficinas, é... em vários espaços, rodas de conversa né, (...), então a gente tenta se inserir nos diferentes espaços. (...), não se restringe só ao meio virtual, tem o meio virtual, que na verdade foi uma ferramenta que a gente tinha encontrado, de está levando o assunto e também produções próprias né, porque a gente precisa escrever (...) porque têm poucas publicações. Então nesse sentido, a Rede ela é um misto, tanto virtual e a gente tenta fazer a questão do “corpo a corpo”, no dia a dia. (F. C., 2º Entrevistada);

(...). Então, os principais pontos de articulação da Rede são pela internet, *Facebook* e *Whatsapp*, porque todo mundo tem muita coisa pra fazer, e esses são os modos... são os modos mais fáceis de encontrar mesmo, de vez em quando têm uma reunião na casa de alguém, mas essas reuniões acontecem metendo gente, porque não dá pra todo mundo, depende da agenda, e é muito difícil mesmo pra todo mundo, como eu te disse, militar é um privilégio. (T. P., 12º Entrevistada).

Segundo Sousa e Cruz; Brandão; Cerqueira & Santo²⁹ o prestígio que as redes sociais estão exercendo, nas suas diferentes formas de expressão, vem ganhando cada vez mais espaços

²⁹SOUSA E CRUZ, Diêgo Aric Cerqueira; BRANDÃO, Cleyton Williams Golveia da Silva; CERQUEIRA, Eúde Trindade & SANTOS, Tarsis de Carvalho. O Empoderamento da Mulher Negra no Desenvolvimento Tecnológico:

no que corresponde ao pensamento ideológico social. Neste sentido, as redes sociais podem funcionar como mecanismos de empoderamento da mulher negra no sentido de que:

(...). A influência das redes em ambientes virtuais ou fora deles – mídias impressas, televisivas ou radiofônicas – constituem papel importante e ideológico na sociedade. Atualmente, é através delas – mídias e redes – que podemos ver o empoderamento da mulher negra e seus combates: os espaços têm a glória hipertextual e polissêmica que os embates necessitam, e visualizações rápidas e instantâneas que os assuntos merecem.

NEGRITATO: movimento organizado por estudantes dentro da Universidade Federal do Pará, tendo como plataforma mobilizadora, a luta e o combate à prática do racismo institucional dentro do espaço acadêmico. Na fala de uma das militantes entrevistadas, a mesma comenta sobre a militância deste coletivo:

(...), então, aqui na universidade, por exemplo, a gente tenta “tocar” o movimento auto-organizado que é o Negritato, para estar denunciando o racismo institucional. (...) (F. C., 2º Entrevistada).

MOCAMBO: Movimento Afrodescendente do Pará: criado em 1998, por estudantes universitários, a partir do grupo de Estudantes Universitários Negros. Segundo as mulheres entrevistadas, o movimento surge a partir do momento no qual todos os seus integrantes já se viam formados e não conseguiam ganhar novos militantes, que surge a intencionalidade de criar o coletivo:

Em 1998, nós resolvemos que ninguém... olhamos para o lado e... nós somos... “ninguém mais aqui é mais universitário”. Nós não conseguíamos... digamos assim, ganhar novos militantes, nós éramos todos já formados. Que tal... surgiu a possibilidade da gente formar o Mocambo, que é o Movimento Afrodescendente. (...). (...) E aí a gente criou o Mocambo em 1998 né, (...). (B. D., 10º Entrevistada).

A atuação do Mocambo, segundo as entrevistadas, ainda era efetiva dentro do espaço acadêmico, devido ao pólo criado dentro da Universidade voltado para os estudantes universitários e foi de grande importância para as mulheres negras naquele local, já que a partir do contato com o coletivo, puderam conhecer outros coletivos e também a visualizar sua identidade negra e entender suas especificidades e toda a sua dinâmica de vida, no qual as vivências não eram iguais às outras mulheres:

(...), na fase universitária, eu já descobri o Mocambo, que é o Movimento Afrodescendente do Pará, que tinha um núcleo na universidade mais voltado para... para estudantes universitários né. E também no caso, a partir de descobrir o Cedempa,

descobri também o movimento de *Hip Hop*, de juventude; (...). (L. M., 6º Entrevistada);

(...), é... a minha primeira organização no Movimento Negro foi o Mocambo, uma organização local aqui, onde eu comecei a militar na juventude negra, é ... e durante a minha trajetória de militância na juventude negra, eu descobri também essas especificidades de ser uma jovem negra né, nesse momento e que tinha especificidades né, tinham coisas que eram diferentes, que não davam para ser tratadas como um todo. (...). (N. C., 9º Entrevistada);

(...), retornei para Belém e com o tempo, acabei... acabei no Mocambo – Movimento Afrodescendente do Pará, e foi lá que eu conheci várias companheiras na época, que deram a maior força, enfim, participamos de muitas coisas. É... nesse momento, em que entrei pro Mocambo, eu comecei a perceber que eu... faltava alguma coisa. Eu era... comecei a perceber minhas raízes, comecei a recuperar minhas raízes, comecei a rever a minha história, e aí foi a partir desse momento que eu é... fui me reconhecendo, me aceitando, e ... e assim, entendendo porque que, inclusive eu, porque que... eu não ficava... achava que era um assim... um isolamento...(...). (I. S., 13º Entrevistada).

Nós Mulheres: grupo de estudo criado em 2008, oriundo de projetos de pesquisa voltados para as relações étnico raciais, tem por objetivo os debates sobre gênero, a partir do olhar racial, refletindo também todos os outros eixos hierárquicos – classe, sexo, geração, etc - que ao se seccionarem, terminam por trazer dificuldades e desigualdades à vida da mulher negra:

Então, é o Nós Mulheres foi criado nessa perspectiva dessa equidade, em que os debates de gênero não se faziam presentes. (...). E... é tão nesse espaço, a gente... a ideia foi construir mesmo, um espaço... um espaço... além do físico né, mas que pudesse pensar na equidade de gênero étnicoracial, efetivamente; mas para isso, tem que pensar todos esses “jogos de alteridade”, que não é alteridade né, mas jogos hierárquicos né, demarcadamente verticalizados, hierárquicos, especializados como sujeitos. (M. C., 8º Entrevistada).

É interessante notar, que apesar do nome remeter a exclusivismo de participação só de mulheres e pela orientação teórica do grupo, aludir só às mulheres negras; segundo as mulheres entrevistadas, o coletivo preza pela igualdade de gênero, e neste sentido, participam e integram o grupo não só mulheres negras, mas mulheres brancas, homens negros e brancos, na tentativa de expandir o debate sobre as relações de gênero e os diferentes eixos estruturais da sociedade, na tentativa de integrar diferentes sujeitos e formar um local de efervescência democrática e participativa:

(...), hoje a gente tem um grupo de estudos, que tem alguns momentos que você tem mais gente, têm menos gente, mas está aberto para todas as pessoas. E você tem, mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, que estão abertos para que circulem aqui neste espaço. E a ideia do “Nós Mulheres”, é que essa fala não fique marcada “nós mulheres” nesse condicionante “biologizante” tá, é... pela equidade de gênero, para que nós possamos pensar essas questões conjuntamente, sem excluir os sujeitos, para que efetivamente, é quem sabe né, um espaço democrático né, e de direito. (M. C., 8º Entrevistada).

Movimentos novos: são coletivos que utilizam de outras ferramentas e recursos para militância, utilizando de outros espaços – presenciais ou virtuais – para a mobilização e plataforma de ação. Neste sentido, de acordo com as entrevistadas, foram elencadas duas formas de ação de acordo com esses novos movimentos:

CIBERATIVISMO³⁰: tipo de militância em que se utiliza das redes sociais para a mobilização, formação e conscientização de pessoas a partir do espaço virtual, em que o processo de circulação de informações ocorre de maneira acelerada, fazendo com que suas demandas cheguem mais rápido a um número maior de indivíduos. Segundo Ugarte (2008, p. 55)³¹, ciberativismo também é:

(...) toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. .

Neste sentido, a partir da fala das entrevistadas, algumas se reconhecem como “ciberativistas”, ou seja, utilizam das mídias sociais para promover a militância, usando o empoderamento, ou seja, conscientizando outras mulheres da sua importância na sociedade, a partir da positividade e valorização da estética negra, evidenciando a beleza de seus cabelos, corpos, traços, da sua imagem, que ao longo do tempo, foi e ainda continua culturalmente inferiorizada e depreciada:

(...) eu devo isso ao *Facebook*, (...), e lá eu sou “ciberativista”, então ali eu acabo expondo o que eu passo, para tentar... eu exponho a minha estética, enquanto mulher preta e gorda, para tentar empoderar outras mulheres pretas e gordas, a também usarem também as suas roupas, as roupas que quiserem, quer usar uma blusa curta usa, também tem direito, tem direito de usar bermuda curta, tem o direito de usar tudo, que foi tudo que eu nunca podia usar. (A. C., 1º Entrevistada).

Segundo uma das entrevistadas, existem muitas mulheres em Belém fazendo este tipo de militância, ampliando os espaços de luta e debate, levando a outras mulheres e pessoas a pauta das mulheres negras, suas demandas e reivindicações, bem como, ações que a positivam e trazem seu protagonismo à tona. Também mostra a diferença neste tipo de mobilização:

(...), então você têm muitas mulheres jovens... (...), sendo “ciberativista”, então você amplia essa militância, porque antes a militância é a nossa tradicional né, é de

³⁰ A partir dos anos de 1990, o ciberativismo começou a se popularizar no Brasil junto com o desenvolvimento da tecnologia virtual sendo utilizado como ferramenta política para troca de informações, estudos, formações, ações mobilizadoras nas redes virtuais. Disponível em: <https://ciberativismosalvador.wordpress.com/2013/11/27/entendendo-o-ciberativismo>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

³¹ MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as Redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. *Revista GÊNERO*, Niterói, v. 16, n° 2, p. 61, 2016.

formação, do grupo, a gente se reúne, a gente faz uma determinada, assim... é... ao vivo, muitas jovens não, elas são ciberativistas, elas... entendeu? (...). (M. M., 7º Entrevistada).

Militância a partir dos Partidos Políticos: a partir da fala das militantes entrevistadas, os partidos políticos também são espaços de luta, lugar de mobilização e reivindicação de direitos, espaço também, em que muitas vezes estas mulheres foram e são invisibilizadas e excluídas. Neste sentido, é de grande importância a presença da mulher negra nestes lugares, pois suas pautas e demandas poderão ser ouvidas e estarão representadas:

(...) hoje estou na direção estadual do Partido dos Trabalhadores do Pará e... também uma frente de luta, que é também disputar espaços de poder partidários. Que somos invisibilizadas no geral, na política somos mais ainda, mas também é uma frente importante né, de representatividade das mulheres, das nossas pautas, enquanto mulheres negras, e eu penso que também é um espaço importante para nós, de disputa também. (N. C., 9º Entrevistada);

(...). Embora seja um dos momentos, uma solidão para nós, essa luta que todos têm, uma luta, uma coisa solitária, mas ao mesmo tempo, a gente busca caminhos. É... por exemplo, esse espaço... como eu to aqui nesse espaço... é do parlamento, (...). (I. S., 13º Entrevistada).

Após o esforço em mapear os principais coletivos e organizações de mulheres negras na capital paraense, faz-se necessário também entender a importância da existência destes movimentos para elas e conseqüentemente, para toda a população negra local.

2.4 A IMPORTÂNCIA DOS COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NA CAPITAL PARAENSE

Nesta etapa do trabalho, procurar-se-á refletir, a partir dos discursos das entrevistadas, a relevância da criação dos movimentos e organizações de mulheres negras em Belém, bem como os fatores que segundo as mesmas, fazem com que se incentivem a criação de mais coletivos que abarque a luta e as demandas dessas mulheres, bem como da população negra do Estado. Desta forma, foram elencados os motivos que fazem esses coletivos ganharem tanto mérito diante das mulheres negras paraenses:

Lugar de Acolhimento e Troca de Experiências: de acordo com as entrevistadas, os coletivos e organizações específicas de mulheres negras são de extrema importância, pois funcionam como locais nos quais se sentem acolhidas, em que podem dividir suas vivências, compreender entre si como se dá o processo histórico e cultural de exclusão e discriminação a partir de vários eixos, não só de gênero, mas racial, de classe, sexo, geracional, etc, que passam ao longo da vida, e neste sentido, ao cruzarem experiências, demandas e lutas, podem coletivamente

concentrar forças teóricas e materiais para o enfrentamento político e crítico das diversas barreiras que impendem sua ascensão social, e dentre elas, em primeira instância o racismo:

(...), ele (movimento) é o lugar que tu vai te apegar, que tu vai ser acolhido, é o lugar que tu vai poder falar das opressões que tu sentes sem que alguém diga que você está louca, que você é louca. É o lugar que é o melhor lugar que você tem se você quer mudar alguma coisa nessa sociedade, porque você vai encontrar outras pessoas que tem a mesma luta que você, que pensam, não da mesma forma, mas sei lá, na mesma proporção, de querer lutar contra o racismo como tu. Então juntos, vão pensar melhor e vão conseguir alcançar mais pessoas, ter mais espaços. (...). (A. C., 1º Entrevistada);

E aí, a minha relação com a Rede é essa que eu tava te falando, (...), e é muito isso sabe, é muito uma questão de troca, de p..., aconteceu alguma coisa, vai lá no grupo de *Whatsapp*, comenta e as outras vão lá e vão te dar apoio, vão te ajudar dar forma como puderem, elas vão está lá te ajudando, tá passando por alguma dificuldade, vai da um jeito, outra tem filho e não tem quem ficar hoje, tem que fazer uma prova, então tu vai e alguém vai ficar com teu filho, entendeu? Então nas minhas atividades eu adquirei irmãs de raça mesmo. (...). (T. P., 12º Entrevistada);

(...), mas nós estamos unidas e isso é muito bacana, porque a gente troca experiências e eu consigo mostrar para elas as nossas dificuldades de mulher negra, entendeu? (...). (S. M. J., 4º Entrevistada).

Lélia Gonzalez³² evidencia que as mulheres negras, dentro dos movimentos, sempre se reuniam para dividir suas vivências cotidianas, tinham o hábito de se concentrar em grupos para trocar experiências que só as mesmas passavam, além das discriminações e desigualdades vividas pelo gênero e pela classe, compartilhar as exclusões marcadas por sua cor e traços negróides:

(...). As mulheres negras se reuniam para discutir seu cotidiano, de um lado, marcado pela discriminação racial, e por outro, pelo machismo, não somente dos homens brancos, mas também dos homens negros. As mulheres negras tinham como hábito se reunir, formando um “*grupão*”, onde discutiam sua experiência específica. (...). (p. 83).

Desta forma, as entidades específicas de mulheres negras se mostram de suma importância, pois neles estão efervescendo e reverberando as suas vozes, historicamente silenciadas na sociedade brasileira e paraense, ao jugo do trabalho e da exploração social.

Local de Fortalecimento da Luta: a partir do relato das paraenses, um dos motivos pelos quais os movimentos e coletivos são imprescindíveis a elas e a população negra como todo, parte justamente desses espaços serem fontes revigorantes da luta contras as dificuldades e barreiras impostas pela sociedade brasileira e paraense a essas mulheres; lugar em que podem ser fortalecer e resistir, a partir dos exemplos de perseverança, demonstrados na luta, pelas

³² Lélia Gonzalez. Mulher Negra. In: Nascimento. 2008: 38. IN: Movimentos Sociais – um breve panorama teórico. PUC – RIO – Certificação Digital N° 0811307/CA,. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17333/17333_4.PDF. Acesso em 23 de Agosto de 2017.

militantes experientes presentes nos grupos, pela reflexão crítica da sua realidade, nos quais funcionam como subsídios necessários para que essas mulheres não esmoreçam diante das dificuldades, mas se utilizem delas para o enfrentamento e para fortalecerem outras pessoas:

(...), então a única forma é essa, sempre tem que está organizado, porque tem que fortalecer, porque essa instituição aqui ela me fortalece, ela me dá uma base. Eu consigo com ela, ver pessoas que me reconhecem, que me veem, que me amam, que se espelham em mim, que eu admiro, consigo ver pessoas que eu admiro, pessoas que eu quero ser igual a elas, por exemplo, a Zélia Amador, é uma pessoa que tenho total admiração, a Nilma Bentes é uma das melhores pessoas, do seu jeitinho de ser “tá ligado”? que eu aprendi a gostar muito, a Maria Malcher, são pessoas que eu tenho muita admiração; Pereira, Idália, Aparecida, Eliana, são todas essas pessoas que são mais velhos que vieram antes de mim, e que me dão a base, são elas que me dão a base, que eu não tenho em casa. (...). (A. C., 1º Entrevistada);

Eu acho que o Movimento Negro ou qualquer outra militância que a gente se engaje, ela contribui para que a gente se mantenha firme e encontre essas pessoas que também tenham essa mesma trajetória de luta né... e a gente se fortalece no Movimento, acho que o Movimento contribui para isso, para que a gente possa se autofortalecer e fortalecendo também os outros e contribuir para sociedade (...). (L. M., 6º Entrevistada);

(...)... também vejo que é importante dessa resistência que a gente faz, que muitas vezes, a resistência solitária, mas ela é uma resistência necessária, (...). (I. S., 13º Entrevistada).

SANTOS³³ nos mostra que “*a mulher negra brasileira, que sempre foi símbolo de resistência, passou a lutar por sua representatividade política e visibilidade.* (SILVIA e CANTO, 2011, p. 4-5)”. Neste sentido, a partir dos grupos e coletivos, as mesmas têm a possibilidade de compartilharem estas resistências com outras mulheres e a partir daí, fortalecer a causa e as suas demandas.

Necessidade das Mulheres em se Organizarem em Espaços que a Representam: segundo os discursos das entrevistadas, a relevância da criação de coletivos e organizações para as mulheres negras se deve às demandas por locais e/ou estruturas que permeiem sua mobilização e a visibilidade de suas pautas, que evidenciem suas lutas, que as representem diante das diferentes frentes da sociedade, nas quais tendem a excluí-las e as invisibilizarem. Neste sentido, seriam locais que proporcionariam às mesmas, papéis de protagonismo e de sujeitos históricos pensantes e atuantes na luta pela transformação de suas realidades ou mesmo:

(...), eu percebo que em algum momento a gente acaba tendo essa necessidade de procurar esses determinados grupos, que nos identificam e tem o mesmo foco que é a

³³ SANTOS, Fabiana Gonçalves. Manifestos de Coletivos de Mulheres Negras Brasileiras: uma discussão sobre etnicidade e gênero. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373057673_ARQUIVO_Simposiotemati-co-FabianaGSantos.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

gente né... que é lutar, que é resistir, que é se compreender. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...), e a partir daí a gente sentiu necessidade de se organizar, de estar sempre em contato, de estar pautando, e de estar ocupando diferentes espaços para levar a questão da raça... a questão racial, o racismo que é tratado no Brasil. (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...), hoje estou na direção estadual do Partido dos Trabalhadores do Pará e... também uma frente de luta, que é também disputar espaços de poder partidários. Que somos invisibilizadas no geral, na política somos mais ainda, mas também é uma frente importante né, de representatividade das mulheres, das nossas pautas, enquanto mulheres negras, e eu penso que também é um espaço importante para nós, de disputa também. (N. C., 9º Entrevistada);

Deste modo, “*as mulheres negras buscaram na arena política o espaço de sua representação, demarcando a especificidade da condição de negra (...)*”.³⁴ E assim, utilizaram-se dos coletivos e organizações específicas como meios diretos para evidenciar e defender suas pautas e demandas.

Consciência Crítica: de acordo com as mulheres entrevistadas, a relevância dos coletivos e movimentos específicos também reside na sua capacidade em ajudar as mulheres negras a entenderem criticamente suas realidades, a enxergarem toda a dinâmica histórica de hierarquização social a que foram sujeitas, a partir do racismo, do sexismo e de outras discriminações que a seccionaram e ainda seccionam; a partir do estudo pormenorizado das condições sociais, do sistema econômico-social vigente e da situação de exclusão e desigualdades que ainda assombram estas mulheres:

(...), porque foi o Cedenpa que me deu, me ajudou a melhorar, a qualificar, a minha visão crítica né, não só de afrodescendente, (pausa breve) né... nessa questão que a gente (...), quando a gente sente necessidade de que todas as violações que nos passamos por conta dessa questão cultural, dessa questão da ordem social, que ainda não nos... nos contempla, né... da questão da... da... da valorização no mercado de trabalho, igualdade de oportunidade, né, nesta perspectiva da... de gênero e raça, então é... não só melhorou a visão crítica pra... pra... para trabalhar a minha melhoria né, como trabalhar em prol também de quem... de um... coletivo de um grande contingente né, aqui da população negra feminina paraense, (...). (F. M., 3º Entrevistada);

(...). Mas assim, essas orientações todas que eu fui tendo, é tipo... não foram... assim que algum familiar me deu, que algum dia parou para me dar; eu fui absorvendo por perceber a necessidade, e que também eu busquei na militância né, porque na militância tanto do partido quanto do movimento a gente estuda, e a gente vai buscar os teóricos né, que explicam como a sociedade funciona de verdade né, quais são as... a infraestrutura, a megaestrutura e a superestrutura né, a gente se vê, é aí que a gente compreende o que que nós somos nesse sistema, uma parte de uma ferramenta, de uma engrenagem do capitalismo e dessa luta de classes é claro né, na verdade, a gente vive um confronto né, nesse confronto, tem momentos que avança mais avança menos, mas o importante é que a gente avance. E é claro que para nós mulheres negras,

³⁴ Movimentos Sociais – um breve panorama teórico. PUC – RIO – Certificação Digital N° 0811307/CA, p. 89. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17333/17333_4.PDF. Acesso em 23 de Agosto de 2017.

que estamos na base da pirâmide, a gente com certeza vai avançar mais lentamente. (L. M., 6º Entrevistada);

(...). Dentro do processo histórico de construção da identidade, em especial da mulher negra, nós temos uma série de lacunas a preencher, e aonde é que a gente vai conseguir preencher essas lacunas? As que não estão dentro das academias como no meu caso, eu estou na academia... é então isso contribuiu muito para minha compreensão; mas as que não estão, a única fonte que elas têm é justamente, é... esses grupos. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...). Eu a quase sete meses faço parte do Cedempa (Centro de Estudo e Defesa do Negro), mas especificamente, do Coletivo de Juventude Negra de lá. Quando percebi que não só o fato de ser mulher negra fazia com que eu sofresse tudo aquilo, mas sim também o racismo, eu resolvi lutar para tentar mudar essa situação. (J. F., 5º Entrevistada);

(...), eu acabei sendo ameaçada uma duas vezes por conta desse trabalho, que a gente fazia na porta das fábricas, despertando as mulheres né, para fazer... greve né, para importância delas estarem lutando pelo direitos delas e tal, (...). (I. S., 13º Entrevistada);

(...). Então, eu já tinha essa consciência da questão racial, mas assim, o grupo me ajudou muito né. (...). (B. D., 10º Entrevistada).

Formações e grupos de estudo: no que concerne a fala das entrevistadas, as mesmas evidenciam, que a importância das organizações e movimentos também está pautada nas formações e nos grupos de estudos que esses coletivos propõem, já que a partir deles, muitas mulheres negras têm a oportunidade de acesso a informações que ajudem na reflexão crítica da sua realidade, podem levar o conhecimento teórico a outras mulheres, e cada vez mais, a partir dos grupos de estudos, estarem preparadas politicamente para o enfrentamento prático do racismo e de outras formas de discriminação e exclusão:

(...)... o Cedenpa estava organizando a... que foi em 2010 mais ou menos, ele tava organizando o sexto Encontro de Mulheres Negras que foi no Acará, então, a militância junto as mulheres é: formação, de uma formativa né, formativa geral, no sentido de que formativa da comunidade, mas também formativa do que se refere à condição da mulher naquele espaço e na sociedade, e sobretudo, a condição da mulher negra. (M. M., 7º Entrevistada);

(...). Hoje eu digo que hoje o Cedenpa está com muita gente, nós fizemos uma formação... na semana passada, uma formação interna, só para os de dentro, e mesmo tendo faltado muita gente, a gente tinha mais de sessenta pessoas, quase setenta pessoas, eu digo que já é muita gente, já da quase para fazer a revolução... (risos), daqui a pouco a gente começa. (pausa). (Z. A., 14º Entrevistada);

(...). E aí nós começamos a militância, começamos a ir a palestras e discussões que tratassem dessa questão né, (...). (B. D., 10º Entrevistada).

Então, estas formações e o incentivo a grupos de estudo pelos coletivos e organizações de mulheres negras também tem como objetivo positivar a imagem da mulher negra na sociedade e a imagem que tem sobre si, afastando-as da lógica representativa hegemônica que a condiciona a lugares e condições de inferioridade. Neste sentido, com estes estudos, é possível

mudar a perspectiva sobre as mesmas e fazer com que o olhar dos outros sobre estas mulheres mude, não se limite a funções trabalhistas, mas a vejam como protagonistas de transformação de suas realidades. Neste sentido, Lélia Gonzalez (1987, p. 227)³⁵ mostra que as mulheres negras devem e sentem a urgência em debruçar-se no aprofundamento dos estudos, pois:

O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelos esforços de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falam de mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. (...). E isto começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência.

Incentivo à Formação de outras Organizações e Coletivos de Mulheres Negras: as mulheres negras paraenses, nos discursos colhidos, evidenciam que os coletivos e movimentos específicos nos quais fazem parte são importantes, pois incentivam a criação de outras entidades de mulheres negras, dando oportunidade a outras mulheres de se organizarem em outros lugares e comunidades, levando-as à reflexão crítica de sua condição social, fazendo com que lutem pela mudança de vida e aquisição de direitos, tornando cada vez mais forte, o combate coletivo contra as discriminações e desigualdades passadas por elas:

(...). Então, a minha atuação vem se dando assim, no sentido da formação, estímulo de grupos, né, estímulo de formação dos grupos, do fortalecimento dos grupos, de mulheres... no meu caso, mas na área rural, quilombola né. (...). (M. M., 7º Entrevistada);

(...). Então num determinado momento, começa a surgir toda uma mobilização, no sentido das mulheres se organizarem, tal e tal, e aí a gente acaba entrando nesse bojo também, (...). (Z. A., 14º Entrevistada);

(...), foi quando a gente, junto com o Cedenpa, formamos, fundamos num dos encontros do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, (...), nós fundamos o Instituto da Mulher Negra do Pará, (...). (I. S., 13º Entrevistada).

Contribuição para a Marcha das Mulheres Negras: os coletivos e organizações específicas de mulheres negras da capital paraense, segundas suas militantes, são de grande importância, pois contribuíram de forma direta – suas integrantes deram a ideia da Marcha – e as demais participantes, de todos os movimentos do País, ajudaram na organização e constituição do evento *Marcha das Mulheres Negras* ocorrida em Brasília, 2015, na qual influenciou na organização de outra Marcha que ocorreu em Belém, em 2016; eventos nos quais reuniram mulheres negras de todas as localidades, marchando e reivindicando por seus direitos, por sua

³⁵ Fonte: BISPO, Silvana Santos. Organizações de Mulheres Negras em Salvador: articulando uma política de posicionamento. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, p. 6, 2010.

visibilidade e mostrando que juntas, são fortes para o enfrentamento de todas as barreiras historicamente impostas nas quais impedem sua ascensão social e melhores condições de vida:

(...) E é... momentos de enfrentamento, mulheres negras historicamente estão a frente desse movimento né, então a primeira Marcha da Mulher Negra aqui de Belém, quem organizou foi a Rede de Mulheres Negras, a Marcha de Mulheres Negras daqui de Belém também tem um monte de gente preto, mulheres. (...). (T. P., 12º Entrevistada);

(...), a gente ajudou na construção da primeira Marcha, no dia 25 de Junho, que é o dia Latinocaribenho da Mulher Negra no caso; a gente ajudou na participação, na construção da Marcha aqui em Belém, então a gente tenta se inserir nos diferentes espaços. (...). (F. C., 2º Entrevistada);

(...). Então foi se desenvolvendo de tal maneira, só para sintetizar né, só para sintetizar, eu acabei sendo uma das coordenadoras na gestão, de 2011... 2011... uma das coordenadoras da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras ou Organização de Mulheres Negras Brasileiras, e como tal, como organizadora, como coordenadora, fui, fui, fui eu quem sugeriu a... a realização da Marcha de Mulheres Negras que aconteceu para Brasília. (N. B., 13º Entrevistada).

Luta pela Terra e a questão do Quilombo e seus integrantes: os coletivos e organizações de mulheres negras, também se fazem importante, segundo as entrevistadas, porque são grandes batalhadores na questão da reivindicação da terra pelos descendentes quilombolas, e do quilombo como espaço positivado da comunidade negra, no qual historicamente seus fundadores lutaram e lutam por sua existência. Neste sentido, em meio a grande concentração de terras por latifundiários e grandes proprietários, e toda uma realidade de exclusão e negação dos espaços de conquista da população negra, que os movimentos específicos de mulheres também militam, na tentativa de luta e enfrentamento desta dinâmica, aparando e brigando pelos direitos não só das comunidades quilombolas locais, mas também das mulheres negras que se fazem presentes nestes espaços. Os movimentos e coletivos específicos voltam-se para:

(...), é... mesmo a luta... a luta pela terra, esse movimento de regularização fundiária, de luta pela terra, do fortalecimento do quilombo enquanto lugar de identidade né, e também do próprio desenvolvimento da comunidade, porque as comunidades elas acionam a sua identidade negra, mas também têm que passar por uma série de situações, que... tem que superar a violação do direito... (...). (M. M., 7º Entrevistada);

(...), o Cedempa participou do, do Congresso de Negro Pró- Constituinte, em agosto de oitenta e seis, levando essas propostas, é... a proposta por exemplo de terra para remanescentes... títulos de terras pros remanescentes de quilombos, ela foi apresentada pelo Cedempa em Brasília, em um Congresso de Negros Pró- Constituinte, ela acabou ficando na Constituinte, (...). (Z. A., 14º Entrevistada).

Apesar deste avanço, a partir das organizações e movimentos específicos, em prol da questão da regularização das terras quilombolas para seus remanescentes, segundo Conrado & Rebelo (2012, p. 232), esta situação deve ser vista com cuidado, pois:

(...), a regularização de suas terras ainda é uma problemática e não se restringe à questão racial, mas envolve a questão agrária, educacional, da saúde, econômica,

política, social e ambiental, uma vez que não se trata somente de regularizar terras, mas de melhoria na qualidade de vida das populações quilombolas, preservando os recursos naturais existentes e seus modos de vida (Paixão, 2004, p. 163).

É neste sentido, que os coletivos e organizações específicas de mulheres negras são importantes, pois as violações de direitos ainda são realidades, não só para a população que se concentra nesses espaços, mas também para as mulheres negras, nas quais são multiplamente exploradas e constantemente expostas a condições precárias de vida. Desta forma, os movimentos se fazem presente no combate e luta diários para mudarem a vida destas pessoas, historicamente deixadas à própria sorte pelos governos ao longo dos tempos.

2.5 DIFICULDADES E DEMANDAS A PARTIR DA MILITÂNCIA NOS COLETIVOS E ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS PARAENSES

Neste tópico, se investigará quais as principais dificuldades e demandas das mulheres negras paraenses no momento em que adentram os movimentos e coletivos específicos; quais os fatores que fazem estas mulheres diariamente, a partir da luta coletiva, busquem mecanismos teóricos e práticos para o enfrentamento direto em relação a eles. Neste sentido, a partir da fala das militantes, podemos entender os principais entraves que as obstinam a lutar:

Militar a partir da afirmação da identidade negra: de acordo com as mulheres negras ouvidas, uma das principais dificuldades que observam, parte justamente, de militar através do processo de afirmação da identidade negra, pois ao tentarem recrutar outras militantes para luta, muitas esbarram no desconhecimento ou mesmo na negação da identidade e traços negróides por parte destas mulheres. Isto porque, o ideal de branqueamento³⁶ ainda se encontra profundamente enraizado em suas mentes e corpos, tornando a luta coletiva um desafio, já que os movimentos e organizações específicas se utilizam da positivação e do resgate da solidariedade entre elas, mediante a identificação e afirmação dos traços negróides bem como o compartilhamento de suas experiências e vivências, como forma de unir as mulheres negras em pautas comuns que as favoreçam. Desta forma, não se reconhecendo ou mesmo recusando afirmar sua identidade, todos os mecanismos nos quais tendem à uni-las para luta não adquirem sentido, fazendo essas mulheres não aderirem à causa ou inclusive, não se sensibilizarem com a questão, já que aos seus olhos, não enxergam suas imagens representadas. Munanga (2008, p.16) corrobora a questão, evidenciando o motivo das dificuldades de mobilização:

³⁶ Para o aprofundamento da questão, ler o tópico 2.1.1.4 – “MESTIÇAGEM E A POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO”, p. 51.

As dificuldades dos movimentos negros em mobilizar todos os negros e mestiços em torno de uma única identidade “negra” viriam do fato de que não conseguiram destruir até hoje o ideal do branqueamento. (p. 16)

Segundo o autor, este ideal “(...), *roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.*” (idem, p.15). Deste modo, não se reconhecendo como tais não se mobilizariam nem enfrentariam o sistema social brasileiro e paraense, baseados até hoje numa hierarquia racial para mediar oportunidades e acesso a direitos básicos. É por isso, que as militantes entrevistadas afirmam:

Então, acho que a nossa principal reivindicação ainda é existir, existir enquanto... como mulher negra, não só como mulher. E... é muito difícil, justamente pela complexidade que é a questão racial no Brasil, (...). (F. C., 2º Entrevistada);

Então nós vamos ter que... novamente parar até que sair do zero né, e começar tudo de novo. E aí, como é começar tudo de novo? É essa reconquista né (...), esse diálogo, esse debate né, de estar fazendo com que essa população que nos ouve, que a gente coloca essa necessidade de reafirmar a identidade cultural, de reafirmar a negritude, que a negritude ela tem que está a frente, tem quem está nessa superfície né, para que todos enxerguem, olha o Pará é negro, o Brasil é negro né, (...). (F. M., 3º Entrevistada);

Luta pelos Direitos das Mulheres Negras: outra dificuldade elencada pelas mulheres negras paraenses entrevistadas se baseia na luta pelos direitos fundamentais destas mulheres, já que historicamente lhe foram negados. Sua condição racial, segundo o modelo hierárquico social brasileiro e paraense, deslocou esta mulher a exploração constante de sua força de trabalho, durante todo o processo de escravidão que se instaurou no país, e mesmo com seu fim em Maio de 1888 e com a mudança para o regime republicano, em 1889, no quais todos viriam a ser cidadãos com iguais direitos e oportunidades, estas mulheres continuaram sem acesso a eles, pois sua dinâmica social de vida não se altera de acordo com o regime, ainda assume trabalhos que remetem ao passado colonial e ainda são vítimas constantes da desigualdade e da discriminação, em que pesa a sua cor como meio para o acesso a cidadania e a recursos básicos. O dossiê *A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil*³⁷, coordenado por Jurema Werneck e Nilza Iraci, nos fala sobre a situação social dessas mulheres na realidade brasileira:

As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26,3 % das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto que 52, 5% das mulheres brancas e 52,8 % dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011). A maioria das mulheres negras reside nas regiões com menor acesso a água encanada, esgotamento sanitário e coleta regular de lixo. Por isso, estão expostas a fatores patogênicos ambientais e também àqueles decorrentes de sobrecarga de tarefas

³⁷ WERNECK, Jurema; NILZA, Iraci (coord.). *A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil – violências e violações*. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

de cuidado com o domicílio, o ambiente, com seus residentes e a comunidade, sob condições adversas e sem amparo de políticas públicas adequadas. E ainda, apresentam o risco aumentado de acidentes domésticos, de trajeto e no ambiente de trabalho. (p. 11).

É esta realidade nas quais passam as mulheres negras, que torna as demandas grandes e de difícil resolução para coletivos e organizações específicas, já que as melhorias e acesso a oportunidades para essas mulheres também perpassam por medidas e ações práticas governamentais, por políticas públicas que perpassem o viés de gênero e raça, na tentativa de inseri-las no processo de socialização e acesso a sua cidadania plena. É neste sentido, que as mulheres negras ouvidas evidenciam:

(...) o debate da própria condição da mulher negra já é um desafio, é um desafio muito grande. Por exemplo, você pautar a questão de gênero com esse recorte racial, (...), sobre a condição da mulher negra, nos espaços de trabalho, é... que ganham menos, apesar de ser 25% da população... né... da população geral e grande parte, é da população negra ser... de mulher... formada por mulheres negras, então você travar essa pauta é muito... é muito... é muito difícil né, da condição. (...). (M. M., 7º Entrevistada);

(...), a gente têm demandas históricas, é... seculares, de direitos né, de direitos fundamentais não reconhecidos em nome da sua cor de pele, que simboliza e que metaforicamente, um ser que é visto como inferior, àquele que não produz comoção... coletiva, aquele que é visto como negação... do outro que é sujeito! (...). (M. C., 8º Entrevistada);

Discussão do Racismo: uma das principais dificuldades evidenciadas pelas militantes negras paraenses, durante as entrevistas, reside em discutir o racismo não só com a sociedade brasileira e paraense, mas também com a própria população negra, já que foi internalizada, no imaginário coletivo, a ideia de que o país vive numa “democracia racial”³⁸, em que não há racismo, todos vivem em harmonia, sem conflitos baseados no ódio racial, como em outros países. Esta premissa, introjetada pelas elites brasileiras no imaginário social, teve tamanha repercussão, que foi usada para mascarar as profundas desigualdades sociais marcadas pela diferença de cor. De acordo com Guimarães (1995, p.35):

Viotti da Costa, Florestan Fernandes e outros demonstraram muito bem que a elite brasileira (incluindo abolicionistas) era prisioneira dessa lógica justificadora das desigualdades. (...). Eles não tinham uma reflexão das relações raciais nem se preocupavam com a condição dos negros depois da abolição. A admissão da igualdade universal entre os homens era colocada no nível dogmático e teórico, por cima e além de qualquer contato ou engajamento com os interesses reais das pessoas envolvidas. Assim como hoje, essa teoria coexistia sem maiores problemas com a enorme distância social e o sentido de superioridade que separava os brancos e letrados dos pretos, dos mulatos e da gatinha em geral.

³⁸ Para o aprofundamento da questão, ler o tópico 2.1.1.3 MESTIÇAGEM, DEMOCRACIA RACIAL E IDENTIDADE NACIONAL, p. 47.

Isto também favoreceu a camuflagem do preconceito e da discriminação racial, já que a partir de uma falsa cordialidade, terminavam manifestando-se diretamente à população negra e seus descendentes. E esta modalidade de racismo tornou-se tão corriqueira na sociedade brasileira e paraense, ao ponto de banalizar-se no meio social, em que a tolerância ao mesmo parece naturalizar-se. MOORE (2007,p. 23) esclarece que “*o racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização*”. Tanto, que as próprias entrevistadas evidenciam esta modalidade do racismo como uma das principais dificuldades enfrentadas na militância:

Com todas as dificuldades que a gente pode ter, na medida que, mesmo assim, o mito da democracia racial ainda é muito forte no imaginário da sociedade brasileira. E também essa sociedade brasileira é muito tolerante com o racismo, ela tolera o racismo, sem nenhum problema, ela... é por isso que a juventude negra está morrendo, e só quem se incomoda tem sido até agora os movimentos negros. (Z. A., 14° Entrevistada);

(...) muito difícil, porque como você vai novamente discutir... que o racismo não é natural, jamais será natural, ele faz parte de um... um... de uma fabricação de doença social, de miséria social, que atinge de todas as formas a população negra, como é que você vai... porque os próprios negros, hoje diante dessa atual conjuntura econômica, eles vão estar mais preocupados com sua sobrevivência né, como a fome, com o desemprego, do que se preocupar com o racismo, o preconceito, a discriminação. Mas eles... o preconceito e o racismo está ‘linkado’ com o desemprego, com a miséria e com todas as violações de direitos, como é que você vai... vai ser um pouco difícil essa reconquista né, (...). (F. M., 3° Entrevistada);

Bom, eu acho que a dificuldade é você fazer outras pessoas entenderem que o racismo existe né, muita gente diz ‘não, isso não é verdade!’, ‘não, acontece... nós estamos nos anos 2000’, vamos dizer assim na época né, ‘ah... nós somos agora um... não acredito que alguém seja racista’. Então, acho que uma das maiores dificuldades é envolver os outros, fazer com que as outras pessoas acreditem e também queiram né... participar né, da luta... não é bem levantar uma bandeira, mas você... é... se sentir parte daquilo ali, é difícil. (B. D., 10° Entrevistada);

(...), o que sofremos em comum, o racismo e o sexismo; presentes em corpos que lhe são negados, a sua própria história como sujeitos. (...). (M. C., 8° Entrevistada);

(...). Porque o racismo é a base de toda essa desigualdade né, que ela é obviamente, sócio racial. (F. C., 2° Entrevistada);

Sempre foi e eu acho que sempre será a questão do racismo anti-negro. (...). (N. B., 11° Entrevistada).

Invisibilidade das Mulheres Negras: a partir do relato das militantes negras entrevistadas, um dos principais entraves que enfrentam, parte justamente da sua invisibilidade, do silenciamento das suas vozes, não só dentro das diversas entidades que integram, mas numa uma dinâmica social que ignora suas demandas, suas dificuldades, suas reivindicações cotidianas, esvaziando destas mulheres mesmo sua própria humanidade, o valor e a sua importância histórica e cultural para a construção da sociedade brasileira. E esta invisibilidade, muitas vezes sustentada pelo

racismo e a discriminação, fazem com a maioria das pessoas enxerguem seus dilemas como “inato” a elas, reproduzindo não só o silenciamento de seus clamores, mas a continuação das desigualdades e opressões vividas pelas mesmas. Em relação a esta invisibilidade social, Conrado & Rebelo (2012, p.226) são claras:

Não há espanto ou indignação por questões que geram polêmicas exatamente por evocar mazelas que foram soterradas na história de um Brasil que quis embranquecer. A invisibilidade social não está no fato de você entrar numa joalheira ou num restaurante chique, e não haver negros lá, mas nas pessoas nem se darem conta disso. É o que chamamos de invisibilidade social. Ela dá crédito à morte social, que é a essência da discriminação, o que procede a morte física precoce e/ou em condições precárias por violação de direitos sociais básicos, fundamentais.

E no que corresponde a negação da visibilidade da mulher negra e seu protagonismo, este processo não é algo recente, suas bases são construídas no momento em que são excluídas do processo de formação e importância social, no qual sua funcionalidade alocou-se para reprodução de tarefas manuais e de serviços, e não para indivíduos ativos, transformadores de sua realidade; mas de seres humanos que assistiam de longe e/ou de fora as mudanças ocorridas no contexto brasileiro e paraense. Neste sentido, Conrado (2012, p. 24) evidencia que o “desaparecimento” de seu protagonismo foi reproduzido pela inteligência brasileira, ao constatar que:

No Brasil, a ausência (quase absoluta) de registros sobre a participação das mulheres negras na sua formação e no seu desenvolvimento é gritante. (...). Não se encontram praticamente referências e informações sobre as mulheres negras em nossos museus, currículos escolares, livros didáticos e/ou narrativas oficiais.

É em relação a isto, que as mulheres negras entrevistadas se posicionam, ao serem questionadas sobre as principais dificuldades enfrentadas na militância:

(...). E um dos entraves, é a visibilidade, a tentativa de invisibilidade a mulher, dentro do movimento, dentro dos vários movimentos que existem aí, porque nós existimos, nós temos um trabalho como eu acabei de te relatar né, todo esse histórico de luta da mulher negra, mas que chega num determinado momento, em que você mesma foi procurar pesquisar e você não acha nada, nada que registrado dessas mulheres. Cadê essas mulheres? Será que elas ficaram um tempo na História sumido e agora você encontrou elas? Não, nós sempre estivemos aí, sempre estivemos lutamos só que a gente sofre uma pressão muito grande do machismo e que isso, eles tentam nos invisibilizar. Muitas das vezes, eles se apropriam das nossas lutas, eles se beneficiam das nossas reivindicações, dos nossos pleiteamentos, mas só que na hora do protagonismo, de mostrar quem são os principais protagonistas das ações, eles nos escondem. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...). Algumas das dificuldades que temos principalmente (...)... É de sermos vistas e nossas vozes serem escutadas, de verem nossas pautas e darem importância a elas. Somos constantemente invisibilizadas. (J. F., 5º Entrevistada);

(...). Porque, o que estaria a ser esperado, é que primeiro a gente nem existisse mais né, aí tem que lembrar de outras histórias que rolaram lá na... na época Colonial, de

miscigenação, de limpeza de sangue, de tornar a população brasileira totalmente branca e que além disso, é que se tem esperado que estivesse na periferia, estivesse lá no campo ainda hoje né, trabalhando né, e um trabalho assim sem nenhum... na base, no mais chulo que a gente imagina, para a maioria dos negros que é sub-humano. (...). (L. M., 6º Entrevistada);

Dificuldade em reunir, organizar as mulheres negras em coletivos: outro obstáculo elencado a partir da militância, nas entrevistas, parte justamente em juntar, reunir as mulheres negras em organizações e movimentos, pois muitas delas estão voltadas a existir, a resistir, já que suas condições de vida, muitas vezes de grandes dificuldades e de poucas oportunidades de acesso a direitos e a cidadania, fazem com que assumam duplas, triplas, múltiplas jornadas de trabalho, não só na rua, mas em casa, com afazeres domésticos, no cuidado com os filhos e no sustento do lar, e o tempo para reflexão; para o compartilhamento de suas vivências e experiências com outras mulheres negras para a luta conjunta e organizada, acabe sendo um objetivo a ser alcançado. Neste sentido, devido sua realidade, muitas mulheres negras não têm oportunidade ou chance de chegar aos espaços de luta e mobilização em prol de suas demandas:

Então, então... organizar esse segmento é o mais difícil, porque até porque as pessoas... como você pode saber e ver, as mulheres negras tem tripla, quadrupla jornada, cria filho, toda aquela ‘cagada’ que você tá... tem gravidez precoce, então (...) é complicado, é impossível... (...). (N. B., 11º Entrevistada);

(...)... mas aqui mesmo no Pará, a gente tinha dificuldade, a gente tinha dificuldade pra... pra se juntar... pra conhecer... então eu fiquei mais no movimento misto, no movimento de mulheres aberto, (...). (I. S., 13º Entrevistada);

(...), desse movimento, que tem dificuldade de se organizar, que têm dificuldade para lutar, (...). (Z. A., 14º Entrevistada).

Desconstruir imagens e estereótipos da mulher negra: outro entrave, de bastante destaque ao se questionar sobre as dificuldades das mulheres negras ao militar nos coletivos e organizações, refere-se a desconstruir as imagens e estereótipos historicamente relacionados à mulher negra. Neste sentido, ao longo da história social brasileira e paraense, o papel atribuído a estas mulheres, pautava-se além de trabalhadoras braçais natas, de “mães-pretas” e/ou voltadas para função sexual, na qual pesava à *sensualidade e exuberância* da mulata. Neste sentido, Schumacher & Vital Brasil (2006, p. 198) amarram a questão sobre a construção das imagens das mulheres negras na formação social brasileira:

(...). Recorrentemente descrita por estereótipos míopes, como também o da negra trabalhadora braçal ou de mulata possuidora de uma sexualidade exacerbada. Essas imagens foram historicamente construídas de forma distante e antagônica a qualquer referencial de positividade.

É diante desta realidade, que as militantes dirigem suas lutas, na tentativa de desorganizar estas representações e funções, nas quais, historicamente as mulheres negras

exerceram no contexto brasileiro e paraense; transformando e positivando suas imagens, como forma de resgate de seu valor e importância como sujeitos de protagonismo:

(...), nós temos que avançar muito, principalmente com relação às mulheres negras, para além de todos os estereótipos que foi criado sobre essa mulher, sobre os nossos corpos, sobre as nossas mentes, nós não somos vistas como as mentes que pensam né, as mulheres para pensar, como mulheres para produzir né, então a gente precisa desconstruir tudo isso, a gente precisa enfrentar tudo isso, que é muito cotidiano na nossa sociedade, (...). (N. C., 9º Entrevistada);

Há muitas demandas. A luta pelo nosso reconhecimento como mulheres negras, o combate ao (...), o fato de sermos hipersexualizadas pela mídia, e acharem que mulher negra é só um corpo, (...). (J. F., 5º Entrevistada).

As contradições dentro das próprias organizações: outra dificuldade marcante nas falas das militantes paraenses corresponde às contradições internas entre as mesmas, a partir de visões diferentes de pensamento, de posicionamento, que ao mesmo tempo em que enriquece o debate e a aumenta o foco dos discursos, também causa entraves, motivam rachas, discordâncias, fazendo com que não se foquem em objetivos comuns para luta em conjunto:

(...) uma dificuldade muito grande, é... também, são as contradições que a gente próprio produz dentro do movimento, é que ao mesmo tempo, ele favorece que a gente alcance algumas conquistas, e ao mesmo tempo, essas mesmas contradições, elas nos deixam vulneráveis. É muitas vezes, as confusões, os conflitos internos do movimento, é... são muito difíceis... superar, talvez seja mais difícil pra gente enfrentar do que a própria luta de classe né, porque a gente sabe qual é o lugar nosso, nessa guerra aí, nessa luta de classe, mas quando chega nesse momento, nesse patamar, dos conflitos mais... mais intensos do próprio movimento, de encaminhamento, de metodologia, enfim... é mais difícil pra gente... pra gente enfrentar. (I. S., 13º Entrevistada);

(...). Então, organizar esse segmento... é realmente muito... é um desafio assim imenso, e a gente não pode organizar 'feio', a gente tem que caminhar juntas, e então existe uma heterogeneidade muito grande de pensamento, de nível de regime, de feminismo e instrução, de religião, tudo... então, é um esforço que a gente faz, porque tem que fazer. (N. B., 11º Entrevistada);

(...). Coisas que até dentro dos próprios grupos, às vezes nós tínhamos essa dificuldade, porque algumas compreendiam e outras não, aí se você luta... se uma parte luta para quebrar esse tipo de pensamento, aí outra parte ali acaba te oprimindo, entendeu? Então, não estava tendo avanço. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada).

Combate ao genocídio das mulheres negras: segundo as militantes negras entrevistadas, outra grande dificuldade das organizações e movimentos específicos pauta-se justamente na luta contra as violências, violações e morte das mulheres negras jovens, que ao longo do tempo e da realidade brasileira e paraense, só vem aumentando nas estatísticas. A partir do dossiê *A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil*³⁹, temos os dados sobre os

³⁹ WERNECK, Jurema; NILZA, Iraci (coord.). *A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil – violências e violações*. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

índices de violência que atingem as mulheres negras no Brasil, inclusive, as taxas de homicídios por região, no pese, a região Norte concentra uma das mais elevadas:

No Brasil, os assassinatos de mulheres negras tiveram um aumento de 54,2% em 10 anos (2002 – 2013). No mesmo período, houve redução de 9,3 % dos assassinatos de mulheres brancas. No período 2011-2013, 16 mulheres morreram assassinadas por dia, 488 por mês, 5.860 por ano. 45% eram mulheres jovens (10 a 29 anos). As taxas de homicídios de mulheres foram mais altas nas Regiões Centro – Oeste (7.81), Nordeste (7.31) e Norte (7.26), entre estas, a maioria era negra. As taxas das Regiões Sudeste (4.82) e Sul (4.26), foram extremamente altas. Em todas as Regiões, as mulheres negras foram as principais vítimas de assassinato de mulheres, à exceção da Região Sul: 87% na Região Nordeste, 81% na Região Norte, 71% na Região Centro-Oeste, 55% na Região Sudeste e 18% na Região Sul. A taxa de homicídios de mulheres negras em todo país é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de mulheres brancas. (...). (p. 15).

É em relação a estes dados alarmantes, em que a mulheres negras são constantemente vítimas da violência que assola o país e o Estado paraense, que os coletivos e organizações específicas, a partir da fala das militantes paraenses, concentram seus esforços e lutas contra esta grande demanda que ceifa a vida de muitas mulheres de cor:

Inclusive, se a gente for pensar em estatística, a juventude negra é que mais é morta nesse país né, e as mulheres negras são as que mais morrem em situação de risco, desde o parto até doenças que elas são acometidas, os maus tratos, que elas sofrem violência doméstica, e assim vai, a questão do trabalho. (...). (L. M., 6º Entrevistada);

Após mapear as principais dificuldades evidenciadas pelas entrevistadas, a partir do cotidiano da militância nos coletivos e organizações de mulheres negras, a pesquisa investigará, a seguir, quais os avanços conquistados por estas mulheres, com a luta organizada coletivamente.

2.6 OS AVANÇOS E CONQUISTAS DOS COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS PARAENSES.

Neste tópico, serão abordados os principais avanços conquistados pelas mulheres negras ao iniciarem sua militância em entidades específicas. Desta forma, segundo seus discursos, as mesmas elencaram os principais pontos chaves para entender as várias conquistas alcançadas a partir da luta coletiva:

A Valorização e o Empoderamento da Mulher Negra a partir de sua Estética: segundo as militantes entrevistadas, uma das conquistas alcançadas nas mobilizações conjuntas, seria a de empoderar politicamente as mulheres negras utilizando sua estética como forma de positivação

e valorização de sua imagem, do seu corpo, do seu cabelo, como forças políticas materiais de luta contra as representações histórica e culturalmente feitas para inferiorizá-las, subalternizá-las. Neste sentido, as organizações utilizam como recursos, os traços fenotípicos da mulher negra para mostrar sua resistência, na qual não se curva diante de anos de preconceitos ditados por uma cultura que ao longo dos anos usou da autoimagem⁴⁰ do (a) negro (a) para excluí-lo (a). Em relação a isto, Marinho (2011, p.358) amarra a questão:

Para o povo negro, autoimagem sempre se configurou como um elemento de diferenciação, de inferiorização e de exclusão. Desde os últimos anos do sistema escravista, as características do corpo do negro serviam como reforço à classificação social, o que nos permite fazer uma ressalva a importância da imagem na identificação desta população (...).

Desta forma, então, evidencia-se como a representação da autoimagem do (a) negro (a) servia para sua discriminação e exclusão, e até hoje, está pautada no imaginário coletivo da sociedade brasileira e paraense, na qual ainda valoriza o padrão estético branco, de cabelos lisos e traços finos, como sinônimo de beleza e poder. Indo na contramão deste pensamento, as organizações e coletivos utilizam da importância e do olhar positivo dos traços negros como forma de enfrentamento e embate, diante de todas as forças que tentam suprimir suas vozes, sua existência, sua identidade. Em relação a isto, as mulheres negras militantes paraenses são claras:

(...). Essa configuração da organização de mulheres negras elas... ela mudou radicalmente de lá pra cá, nesses dez, vinte anos, porque hoje a gente percebe que as mulheres é, no caráter mais de juventude, elas têm uma questão mais estética, e de usar esta estética, de usar a articulação da arte, da intervenção artística como uma estratégia para poder ter a visibilidade, a partir da visibilidade, fazer um debate e a partir desse debate, chegar numa política pública. (...). (L. M., 6º Entrevistada);

E também, a questão da gente conseguir hoje compreender a nossa identidade, como eu te falei inicialmente, a questão da estética negra, aos poucos a gente vai quebrando esse tabu né, de que o cabelo do negro... da mulher negra é ‘fedo’, que o corpo da mulher negra é ‘um objeto’, então esse empoderamento também constitui um avanço. (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...)... por exemplo, se você tiver a oportunidade de entrevistar os jovens do Cedempa, eles estão agora no processo que é outro, não era quando era jovem, era outro, a questão da estética né, no qual valorizar a estética, cabelo ‘pixaim’, o colorido, automaticamente ele dá um tom, porque está posto... o corpo fala, o corpo fala, (...)

De estimular o aumento da autoestima das mulheres negras, de um modo físico, mesmo que não se rebata em ganhos econômicos e tal, já é alguma coisa, porque nós estamos secularmente numa posição de subalternização muito forte, então fica difícil até pra gritar, pra dizer alguma coisa, pra expressar, (...). (N. B., 11º Entrevistada);

⁴⁰ Neste caso, a autora utiliza o termo “autoimagem” para delinear que a elite mundial, brasileira e paraense, usou culturalmente a ideia imagética que tinham do negro (carregada de estereótipos e preconceitos), para construir ideologicamente nas mentes e corpos destes seres humanos, imagens de si mesmo de forma deturpada, fazendo-os acreditar na sua inferioridade, aceitando a partir da própria visão formada de si, que estavam totalmente afastados dos padrões aceitos pela sociedade. Neste sentido, serviu como meio para à exclusão e marginalização desses indivíduos.

(...), eu fico pensando, que hoje em dia a gente avançou sim, porque para mim ver várias pessoas, andar... caraca... outro dia eu fui no *shopping* eu vi uns cabelos assim que eu fiquei 'Meu deus! Que massa!'. (...), mas só pelo fato de estar usando cabelo crespo, cara, usando o cabelo solto, para mim já é uma forma de empoderar, mesmo elas não saibam, mas é importante que elas tenham esse empoderamento político. (A. C., 1º Entrevistada);

(...) É essa reconquista né, com esse público que a gente trabalha que é sempre um público novo, mesmo público de mulheres negras que reuni digamos mês passado; (...), então é novamente esse diálogo, esse debate né, de estar fazendo com que essa população que nos ouve, que a gente coloca essa necessidade de reafirmar a identidade cultural, de reafirmar a negritude, que a negritude ela tem que está a frente, tem que está nessa superfície né, para que todos enxerguem, olha o Pará é negro, o Brasil é negro né, (...). (F. M., 3º Entrevistada);

Eu vejo que muitas mulheres estão se reconhecendo como negras, se vendo e amando suas estéticas (...). (J. F., 5º Entrevistada).

A Mulher Negra como Sujeito Político de Ação e Transformação: de acordo com as entrevistadas paraenses, uma das grandes contribuições advindas das lutas dos coletivos e organizações específicas está em visibilizar estas mulheres como protagonistas de seu próprio tempo, evidenciando-as como forças mobilizadoras a frente das lutas, agentes de ação e transformação de suas realidades, no qual a partir do embate coletivo, duelam contra todas as formas de exclusão que as atingem em específico, buscando representação e aquisição de seus direitos fundamentais. Neste sentido, em relação à conquista do protagonismo político das mulheres negras, a partir dos coletivos e organizações específicas, ALMEIDA (2010, p. 5) deixa claro:

(...). As mulheres negras, particularmente, assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. As organizações de mulheres negras, em geral, reivindicam sua especificidade enquanto mulheres negras (a diferença), como também reivindicam acesso a direitos (igualdade).

No que tange a isto, as próprias militantes evidenciam em seus discursos, este protagonismo, esta tomada para si das lutas, para resolução de suas demandas e interesses, a partir da luta organizada nos coletivos e organizações específicas:

(...). Agora, evidente que nós definimos que as nossas lutas como são específicas, e que hoje a gente vê que cem por cento ainda não interessam às outras, nos decidimos também encapar essa luta e priorizar, é uma luta nossa, do movimento negro, das mulheres negras, e nós temos o dever, a responsabilidade de estar modificando esse estado de coisas. (...), mas nós temos... nós vimos a obrigação... não... não vamos esperar pelos outros, (...) vamos aumentar o contingente, qualificar o debate, qualificar nossas militantes, qualificar o nosso protagonismo e seguir adiante. (...). (F. M., 3º Entrevistada);

(...). Então essa convergência, com respeito ao protagonismo das mulheres negras, isso eu acho que foi um dos maiores avanços que a gente teve... nesses últimos dois anos. (...). (I. S., 13º Entrevistada);

(...). Há um avanço, mesmo que seja pequeno, mas significativo. Nós estamos tomando a frente de nossas lutas e estamos nos unindo para que possamos arranjar meios e formas de resolver toda essa situação. (J. F., 5º Entrevistada);

(...), hoje não vejo outra saída não é, eu acho que eu não tenho outra saída se não o enfrentamento, sempre vai ser, sempre vai estar, sempre vai estar posto, (...). (T. P., 12º Entrevistada);

(...). Então acho que a gente está caminhando para isso sabe, mais mulheres negras estão sendo acordando e consequentemente, a gente acaba mexendo com os homens negros também né, e mais a gente consegue avançar num sentido de unidade da população negra, (...). (F. C., 2º Entrevistada).

Marcha das Mulheres Negras: outra conquista significativa, segundo as entrevistas, foi justamente o acontecimento da *Marcha de Mulheres Negras*, ocorrida em Brasília, no ano de 2015 e mesmo a que ocorreu em Belém, em 2016. Este evento marcou umas das grandes mobilizações de mulheres negras, nas quais juntas, unidas nos mesmos interesses, marcharam por visibilidade, para que sua voz e demandas fossem ouvidas, no esforço de luta e embate contra o racismo e o preconceito e todas as estruturas que as excluem e limitam o acesso a seus direitos e melhores condições de vida. Neste sentido, no *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*⁴¹, deixam claro o motivo de construir a Marcha:

Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras. (p. 3).

É neste sentido, que as entrevistadas defendem a *Marcha das Mulheres Negras* como um grande avanço, pois é a partir dela, que se evidencia uma mobilização nacional na qual termina inspirando outras mobilizações locais, mostrando a força das mulheres negras, unidas, lutando em conjunto por transformações reais e efetivas de suas realidades:

(...), e a realização da Marcha eu acho que foi assim, um coroamento desses vários anos de luta das mulheres negras, de mostrar o quanto as mulheres negras têm força de mobilização né, o quanto as mulheres negras vem se organizando ao longo do tempo, nós temos diversas formas de nos organizarmos, e a Marcha mostrou isso, né, e a gente existe para muito além da Marcha, a nossa luta é muito cotidiana né, o feminismo negro não é um feminismo panfletário, ele é um feminismo de vivência, e as mulheres negras, sobreviver nessa sociedade racista, machista e classista, eu acho que é uma prova e tanto cotidiana né, de tudo que a gente tem que passar. (N. C., 9º Entrevistada);

⁴¹ Fonte: http://www.mulheresdocabo.org.br/wpimagens/2014/08/manifesto_negras_site.pdf. Acesso em 23 de Agosto de 2017.

(...), que foi o que ocorreu na Marcha, foi uma marcha fantástica, porque no fundo, muitas mulheres negras viram que elas não estavam sozinhas, e as pessoas sabem que a gente pode te ajudar, então bora mostrar objetivamente, mas só o fato de você ser solidário, e você querer realmente colocar nua essa... tem que fazer alguma coisa porque as mulheres negras são o piso mesmo da sociedade, (...). (N. B., 11º Entrevistada);

Com relação a questão dos avanços, é como eu falei, a Marcha das Mulheres Negras, pra mim, foi um ‘divisor de águas’, porque mostrou a... materialidade, mostrou a concretude de uma articulação, de um... toda uma esperança, de toda uma... é... convergência de esforços... é ... de diferentes formas de fazer essa militância feminista negra, (...). (I. S., 13º Entrevistada);

(...), teve uma Marcha, em 2015, novembro de 2015, 18 de novembro de 2015, (...). E a Marcha, na verdade ela reuniu muitas mulheres, e eu digo que as mulheres continuam em marcha, tá, elas continuam marchando, marchando inclusive né, a Marcha de Mulheres nos Estados Unidos, a gente continua marcha, a gente não parou de marchar... a gente continua em marcha, inclusive, para que a gente consiga avançar nessa política, (...). (Z. A., 14º Entrevistada);

É... nós tivemos acho que se não me engano, ano passado, a Marcha das Mulheres Negras, (...), foi um momento muito rico, muito importante na história das mulheres.

Várias mulheres, de vários Estados, ali né, pedindo por seus direitos, lutando pelos seus direitos e mostrando que nós somos muitas, nós somos várias, nós estamos em todos os Estados, nós produzimos, nós fazemos parte da construção dessa sociedade que nos oprime tanto né, mas isso a gente precisa gritar, (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

A Marcha foi um avanço, por que... eu acredito que trouxe assim, com mais força, essa questão da Juventude Negra, então você tem muitas mulheres jovens participando aqui do processo aqui em Belém, fazendo marcha aqui em Belém, (...). (M. M., 7º Entrevistada).

Tecnologia como Ferramenta para Mobilização: um dos avanços nos quais as mulheres negras se remetem, parte do uso da tecnologia pelas organizações específicas como forma de ampliar a militância, fazer conexões com outros coletivos, levar as pautas para outras pessoas e lugares, trocar informações e conhecimentos de forma rápida e dinâmica. Este mecanismo está sendo usado principalmente a partir das redes sociais, onde estas mulheres organizam grupos, formam debates, compartilham estudos e saberes sobre a causa e/ou mesmo militam de forma direta, empoderando politicamente outras mulheres na busca por seus direitos e espaços de visibilidade. Neste sentido, de acordo com Cogo & Machado (2010, p.2), as redes sociais também funcionam como acesso a cidadania do (a) negro (a), pois:

Nessas redes, podemos observar a emergência de uma cidadania comunicativa em que o movimento negro se volta à geração e distribuição de conteúdos com o objetivo de pluralizar as representações do negro no universo das mídias (vinculadas ou não ao movimento) e construir, pautar e difundir o debate sobre a cidadania dos afrodescendentes. No marco dessa cidadania, o movimento empenha-se, ainda, na gestão e produção de espaços comunicacionais próprios que se pautam pela ampliação do acesso e participação dos afro-brasileiros nas tecnologias da informação e comunicação (jornais, rádios, sites, portais, blogs, etc.). Esses espaços próprios orientam-se igualmente à tematização das demandas por cidadania das populações negras, além de tornarem espaços de inclusão e capacitação comunicacionais dos afrodescendentes.

Desta, forma além de ampliar os espaços de mobilização e militância, a tecnologia permite que as mulheres negras possam estar unidas, independente do lugar onde estejam, pois este recurso permite conexões amplas e espaços nos quais suas vozes e discursos sejam visualizados e debatidos:

(...), e agora a gente está tendo alcance, principalmente por conta da tecnologia, da questão da tecnologia, isso nos uniu mais ainda, você forma um grupo nas redes sociais, no *Whatsapp* e as informações circulam muito rápido, isso faz com que nós estejamos o tempo todo ali falando uma só língua, debatendo, embora não possamos estar pessoalmente, mas acho que isso foi um dos avanços. (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...), que hoje a gente tem o mecanismo das tecnologias que nos possibilita isso né, da gente se conectar mais rápido, numa rede aqui no Pará, ali no Sul, não sei aonde, a gente consegue em tese, fazer essa conexão, e dar uma visibilidade um pouco maior, para o que essas mulheres estão fazendo, para o que a gente está fazendo, e eu acho que esse é um momento muito importante, (...). (N. C., 9º Entrevistada).

Marcos Legais: outras conquistas importantes, evidenciadas pelas militantes, correspondem na participação ativa dos movimentos e organizações específicas, na aquisição de Leis, a partir da luta, através de diferentes formas de mobilização, hoje garantem o respeito à população e as mulheres negras, o acesso a oportunidades e direitos, bem como criminalizam a prática do racismo e da discriminação, como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12. 288/ 2010), a própria Lei que configura o racismo como crime (Lei nº 7.716/ 1989), e as leis voltadas para a questão educacional, como a Lei sobre as Cotas (Lei nº 12.711/ 2012) que proporcionou o melhor acesso a população negra às universidades e Institutos Federais, assim como as Leis que aprovam o Ensino de História da África e Cultura Afrobrasileira e indígena nas escolas e instituições de ensino (respectivamente, Lei nº 10.639 e Lei nº 11. 645). No que tange a efetivação dessas iniciativas e a participação do Movimentos Negro e do Movimento de Mulheres Negras, as autoras Maria Rodrigues e Verônica Gomes⁴² (2006, p.3), responsáveis pelo *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*, evidenciam que:

Vários mecanismos foram implementados, tendo em vista as reivindicações dos movimentos sociais pela igualdade racial, como legislações, programas, órgãos governamentais e eventos. A formação de conselhos de direitos da comunidade negra e de promoção da igualdade racial como instâncias de participação popular na formulação de políticas vem aumentando, tendo em vista a necessidade de fiscalização das ações dos programas governamentais e cumprimento de leis.

⁴² RODRIGUES, Maria de Lourdes Alves; GOMES, Verônica Maria da Silva. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Módulo III: Conselho dos Direitos no Brasil, área: Igualdade Racial, Aula 1 - O marco legal dos direitos da população negra que deu origem ao Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema3-aula1.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2017.*

Em relação à implementação dessas legislações em prol da população negra e das mulheres negras, muitas delas consideram como um marco importante de conquistas, de anos de luta, em que finalmente podem ser reconhecidas como protagonistas políticas de transformação, e através de meios legais, possam estar atuantes e vigilantes para a manutenção e acessos aos seus direitos e cidadania. As entrevistadas comentam sobre estas conquistas:

(...). Hoje em dia você já tem o racismo como crime, né, então foi uma conquista também, uma conquista que levou séculos né, para ser incluída. Até a década de, final da década de 1950 e até bem pouco tempo, o racismo ainda era uma contravenção, não era crime. Porque no final do século XX já, 1988, que a Constituição nova vai trazer o racismo como crime. Hoje em dia, você já tem é... como legislação, a obrigatoriedade do ensino de História da África e de Cultura Afrobrasileira, vocês em História já têm História da África, não tinha até um tempo desse, isso tudo é resultado de luta, (...). (Z. A., 14^o Entrevistada);

Além disso, também têm avanços na questão educacional, com a aprovação da Lei 10. 639, que é... que trata da História e Cultura Afrobrasileira, a 11. 645 né, que trata da questão Afrobrasileira mas também indígena, tem a questão da Lei 7. 716, que é sobre a questão racial né, de injúria racial, de crime de racismo, que pune por quatro anos de cadeia as pessoas que cometem esse crime né, (...). (L. M., 6^o Entrevistada);

(...)... eu pelo menos me sinto na obrigação de dizer, que nós já tivemos momentos, assim, bem acessíveis de conquistas né, inclusive dessas conquistas que a gente chama de marcos legais, como algumas leis, por exemplo, a Lei contra o Racismo, a criação de alguns organismos de... de defesa e promoção da população negra, (...), foram conquistas que elas estavam... sendo aos poucos... colocadas em prática... (...). (F. M., 3^o Entrevistada);

(...). Então, se fizermos uma retrospectiva, é... (...), até as conquistas dos marcos legais, que nós tivemos assim, várias mulheres à frente da luta desses marcos legais na Constituição, (...). (N. C., 9^o Entrevistada);

É... no caso, eu acho que algumas leis que foram implementadas na época né, é... a organização de mulheres negras começa a ter essa visibilidade né, também é um grande avanço, (...). (B. D., 10^o Entrevistada).

Mulheres Negras como referência de Luta: a partir da fala das entrevistadas, um dos avanços significativos à militância dos coletivos corresponde ao aumento do número de mulheres negras consideradas como referências para o sustentáculo da luta, principalmente em relação à juventude, pois a partir de suas experiências e vivências, dos enfrentamentos propostos, dos estudos e debates que geram, são exemplos vivos da força das mulheres negras diante de uma sociedade que historicamente a explorou e a discriminou. Neste sentido, são grandes influências para que outras mulheres negras se espelhem nas suas resistências e possam também estar mobilizadas coletivamente e continuar a luta pela visibilidade, respeito e melhores condições de existência. Em relação às mulheres negras-referência, nas falas das entrevistadas, às mesmas são bem marcadas:

(...). Eu fico pensando: “poxa, as mulheres negras que eu referencio, as mulheres negras que tem cinquenta, mais de cinquenta anos, sessenta, setenta... nossa!... elas

são maravilhosas!”. Mulheres negras que estavam na Constituinte, mulheres negras que estavam... elas são... elas... elas são (...) mais do que fôlego, sustentáculo a essa luta. E, geracionalmente, somos assim que eu acho... que... não é que isso seja harmônico, nada haver tá falando, porque isso não existe, marcados por conflitos né, por formas de pensar, mas as referências é que nos sustentam. (...). (M. C., 8º Entrevistada);

Eu penso que hoje, essa geração que tá aí, esse momento que a gente está vivendo, é... um momento bem legal, no sentido de que a gente está buscando muito e evidenciando muito essas referências né, as referências das mulheres negras, para além da Sueli Carneiro, da Djamila Ribeiro, da Tiane Neves, da Zélia que é uma grande referência para nós, da Nilma né, da Mãe Simone, então assim, cada vez mais uma procurando referência na outra, assim, nós não inventamos a roda, nós damos continuidade a uma história que as nossas ancestrais trouxeram né, e cada vez procurando mais visibilizar, (...). (N. C., 9º Entrevistada);

(...), por exemplo, a Djamila Ribeiro que a gente vê né como uma referência, outras mulheres negras também. Então a gente começa aí, a questão... a ver a questão da realidade – referência saltando, a gente começa a ter mais referências, isso é fundamental para uma identificação né, se eu me identifico... . (F. C., 2º Entrevistada);

(...). Com ajuda dos mais velhos, a gente vem caminhando. Então, o coletivo vem ganhando muita visibilidade por conta das nossas ações. (...). (A. C., 1º Entrevistada).

A Questão da Mobilização e da Organização: no discurso das mulheres negras paraenses ouvidas, elas deixam claro que uma das conquistas também almejadas pelos coletivos e movimentos específicos parte do ideal de conseguirem se unirem, se organizarem, motivarem cada vez mais mulheres negras para luta em conjunto, a partir do trabalho de instrução, formação e mobilização, na qual podem dividir suas experiências, criar laços de solidariedade e neste sentido, compartilhando dos mesmos interesses, estarem fortemente instruídas para o enfrentamento crítico, político e práticos contra todas as estruturas que se interseccionam para discriminá-las e excluí-las da sociedade. As entrevistadas amarram a questão:

Então, acho que um dos maiores avanços que nós temos é justamente a gente conseguir está se agregando, está se compreendendo, está se criando estratégias e formas de resistências né, eu digo mais eficazes ainda. Porque a gente sempre lutou, (...). (S. M. J., 4º Entrevistada);

(...). Então, assim conquistas é mais nesse sentido, a gente conseguir se organizar, se enxergar, se reconhecer e se organizar, e a partir daí, é está disputando todos os espaços possíveis, (...). (F. C., 2º Entrevistada);

“Enegrecer⁴³ a academia”: a entrada das mulheres nas universidades: umas das grandes conquistas evidenciadas nas entrevistas remete-se a maior presença das mulheres negras nos espaços acadêmicos, já que ao longo de sua história e vivência na sociedade brasileira e

⁴³ Este termo “Enegrecer a academia” remeteu-se às palavras de Sueli Carneiro ao falar sobre a importância de se concretizar uma série de políticas em que pese a questão racial para se pensar a questão de gênero nos mais variados espaços da sociedade, como na academia e mesmo nos setores de lutas, como os movimentos de mulheres, na qual alude à ideia “Enegrecer o movimento feminista brasileiro (...). (p. 3). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em 23 de Outubro de 2016.

paraense, essas mulheres foram racial e socialmente excluídas desses lugares de saber, alocadas muitas vezes, a papéis sociais destinados não à formação, mas à exploração e aos trabalhos manuais. Neste sentido, a partir das políticas de ação afirmativas, conquistas alcançadas pelas reivindicações do Movimento Negro e das Organizações de Mulheres Negras; como a Política das Cotas, estas mulheres começam a se inserir e *enegrecer* as universidades, na qual podem construir uma consciência crítica de sua realidade, e desta forma, produzir conhecimento sobre suas demandas e necessidades e ao mesmo tempo, levar a outros espaços de debate, fazendo com que mais mulheres negras se conscientizem e se empoderem politicamente, pela mobilização conjunta. Este feito é considerado um grande avanço, pois Ribeiro, França & Felipe (2015, 351)⁴⁴ ao citar afirmação de Fernandes (2004) mostram que:

(...) as mulheres negras têm mais dificuldades do que as mulheres brancas para entrar no Ensino Superior, e quando essas mulheres negras adentram o espaço da universidade são sub-representadas, estão inseridas nas carreiras consideradas tipicamente femininas, evidenciando uma clara segmentação sexual e racial das carreiras universitárias. À medida que caminhamos para áreas de conhecimento com maior reconhecimento social e prestígio, registra-se uma menor participação das mulheres negras.

Deste modo, é grande o destaque das entrevistadas diante desta conquista, seus discursos exaltam que a entrada das mulheres negras nos espaços da academia contribui cada vez mais para sua visibilidade, para que suas vozes ganhem eco e debate, e neste sentido, sua representatividade ganhar fôlego e força política:

(...)... o que eu vejo hoje na academia, com o enegrecimento e com essas jovens negras, vamos construindo aí mais, aí falando do lugar onde me encontro, potencialmente revigorando jovens para essa luta sexista e racista. (M. C., 8º Entrevistada);

Você percebe hoje, que as mulheres negras que estão na universidade, e na sua grande maioria, estão produzindo sobre essa pauta né, sobre a pauta das relações raciais nos mais diversos espaços. (...). (N. C., 9º Entrevistada);

(...)... é um avanço por exemplo, a gente ter jovens entrando nas universidades com as políticas de cotas e ver as mulheres, a juventude negra feminina, feminista ou as mulheres melhor dizendo, as mulheres jovens entrando nas universidades para cursar... (...). (I. S., 13º Entrevistada).

Multiplicação de Grupos e Coletivos de Mulheres Negras: outro trunfo que abordam as nas entrevistas, a partir da luta e mobilização dos coletivos específicos, é justamente a multiplicação destas organizações e movimentos específicos. Mais mulheres, a partir da militância, estão

⁴⁴ RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire; FELIPE, Delton Aparecido. Estudo de Gênero e Mulheres Negras no Ensino Superior: mapeamento de teses e dissertações da CAPES. VII Congresso Internacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1076.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2016.

empoderando outras e estas ampliam a rede, formando outros grupos e organizações de debate e conscientização, e pela troca de experiências, no processo de identificação, unem forças efetivas no combate ao racismo, sexismo e as desigualdades de classe, que tanto perseguem estas mulheres. Neste sentido, as mesmas dão sua opinião sobre esta vitória das entidades locais:

Um avanço... é a própria multiplicação dos coletivos e grupos, por exemplo, o Cedenpa, eu faço parte do Cedenpa, e o Cedenpa é uma organização mista, a gente brinca né, uma organização mista, hegemônica por mulheres. E assim, também tem o Mocambo, que ele também tem um grupo de mulheres negras, acho que Felipa Aranha, Maria Felipa Aranha... então você tinha o Cedenpa e o Mocambo, hoje não, você têm vários... alguns coletivos de mulheres negras, como a Rede de Mulheres Negras, e... e isso é um avanço. (...). (M. M., 7º Entrevistada);

(...)... proliferam redes de mulheres, coletivos de mulheres negras, grupo de mulheres negras, grupo de estudos de mulheres negras, mais mulheres negras começam a se sobressair, (...). (F. C., 2º Entrevistada).

Questionamento dos Avanços: apesar dos vários avanços elencados acima, protagonizados pelas mulheres negras, a partir da mobilização e da militância nos coletivos específicos, as entrevistadas também terminam por questioná-los, já que muitos deles não chegam nem se quer abarcam a maioria delas, pois muitas ainda vivem em condições precárias de salubridade, nos quais seus direitos, corpos e vidas ainda são extremamente violados; as situações de violência e morte são constantes e fazem parte dos maiores índices de casos no Brasil e nas diferentes regiões, inclusive, na Região Norte. Neste sentido, na contramão a isto, apesar das iniciativas por políticas públicas que beneficiem estas mulheres, segundo as mesmas, é necessária muita luta e enfrentamento para que a mulher negra esteja em condições dignas de vida dentro da sociedade brasileira e paraense. Eis alguns dos questionamentos evidenciados por elas:

(...)... quais os avanços? Não há! ... é ... uma coisa... é importante chamar atenção... quais os avanços? A gente tem o tempo todo que buscar algo... porque eu não vejo, avançar é... como se já tivesse algo (pesquisadora: já ter algo pronto) não! É sempre tudo um constructo, de... é em construção! Porque desmorona! Você tem uma sociedade com um pilar racista, heterossexista, marcadamente que sustenta é... essa sociedade, então de classe né, então é muito difícil... você pensar... você dizer... não porque há! Porque o que você vai dizer? Quais são as garantias... se um jovem negro vai... o tempo que a gente está conversando... quantas mulheres negras foram oprimidas, exploradas em seu local de trabalho? Quantos jovens negros, podem já ter morrido do início da nossa conversa até agora? Eu não sei, eu não sei o que poderia... não sei onde está o avanço... (...). (M. C., 8º Entrevistada);

(...)... nesse momento, que avanços nos poderíamos considerar, mais avanços, porque a gente está tendo um retrocesso... o que eu já disse antes, tendo que dá uma parada no avanço, porque agora a gente tá tendo lutar para manter... fazer a manutenção dos direitos, se não, a gente vai perder até os poucos que a gente conseguiu chegar até aqui. (...). (L. M., 6º Entrevistada);

Então, acho que de conquistas concretas são muito poucas até pelo processo antidemocráticos que a gente está vivendo né, (...). (F. C., 2º Entrevistada).

Considerações Finais

A pesquisa que direciona este trabalho buscou entender os caminhos nos quais as mulheres negras, a partir do final da década de setenta e início da década de oitenta em diante (em que se afastavam do momento histórico de grande repressão para sociedade brasileira e paraense - Ditadura Militar) procuraram traçar a fim de que suas demandas históricas fossem ouvidas e encontrassem espaços políticos nos quais sentissem visibilizadas e representadas.

Neste sentido, com a volta das aquisições de direito, a partir da nova Constituição de 1988, acionou-se a participação coletiva a partir da organização de movimentos e entidades, que finalmente podiam ecoar suas reivindicações e lutas, antes silenciadas pelo regime ditatorial. No que tange a isto, as mulheres negras começaram a circular nestes ambientes, especificamente, no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres, motivadas diante do novo quadro político de esperanças que se estabelecia e em busca de cidadania e defesa de suas pautas.

No entanto, em meio a estes espaços, as mulheres negras não conseguiam exercer sua visibilidade. No Movimento de Mulheres, suas pautas não eram ouvidas e/ou tinham importância, alegando-se pelas dirigentes, brancas, que causaria um racha na organização, na qual defendiam teoricamente a igualdade das pautas das mulheres como um todo, sem exceção. Deste modo, negando-se a diferença, não podiam enxergar as profundas disparidades e desigualdades que marcavam profundamente as condições vividas entre mulheres brancas e negras, e fora a isto, as mulheres brancas ainda reproduziam o racismo para com as mulheres negras, evidenciando uma hierarquia social para a direção dos coletivos. Ou seja, as mulheres negras nunca chegavam aos postos de comando e, cada vez mais, eram excluídas das tomadas de decisões e ações práticas. No Movimento Negro, apesar das pautas comuns voltadas à discriminação e opressão pela cor, o sexismo ainda operava nestes locais; os homens negros ocupavam as direções de importância, enquanto as mulheres negras ainda se viam em trabalhos manuais e de participação indireta nos processos de decisão.

Diante desta realidade, silenciadas por uma sociedade que sempre as discriminou e as explorou, e não se vendo visibilizadas, que elas tomaram a iniciativa de se organizar em entidades específicas nas quais, atuando entre suas iguais, dividindo suas dores e demandas, suas experiências de vida e luta por melhores condições diante das múltiplas formas de opressão

- racismo, sexismo, classismo - construíram em conjunto, forças materiais e políticas para o enfrentamento de toda estas estruturas que historicamente dificultaram ou impediram sua ascensão e mobilidade social. No que tange a isto, a partir de suas mobilizações e militância, multiplicaram-se em organizações em todo o país, inclusive na Região Norte, especialmente, no Estado do Pará.

É neste sentido que este trabalho científico se aprofundou, tentando compreender em pormenores, como se deu a organização e constituição dos coletivos e movimentos de mulheres negras na capital paraense, quais os processos específicos que os originaram, as condições materiais para que as mulheres negras paraenses procurassem estes grupos, os tipos de organizações que aqui se edificaram, bem como as dificuldades e as conquistas que a militância negra paraense vivem, a partir do embate em conjunto.

Em meio aos entraves e escassez de fontes escritas que dessem conta de pensar a história desse movimento em Belém, foram ouvidas as próprias mulheres que deram e dão vida a estas organizações, antigas e novas militantes, nas quais a partir de entrevistas, além dar voz e visibilidade a estes sujeitos, mostram o seu protagonismo histórico e rememoram suas próprias identidades e ancestralidades africanas, profundamente marcadas pelos relatos e construções orais.

Desta forma, a partir de suas falas e discursos, foi possível entender a busca ou mesmo, a formação destes espaços políticos por estas mulheres na capital paraense, já que as elas começaram a se conscientizar das condições de precariedade em que vivem, em meio às dificuldades de acesso ou aquisição plena de sua cidadania e direitos, historicamente barrados devido os processos de racismo, e as discriminações que passam ao longo da vida e que desembocaram em profundas desigualdades sociais e violações vividas cotidianamente.

E esta consciência crítica, aliada à aproximação teórica dos estudos do feminismo negro, ajudaram as mulheres negras paraenses a compreender suas demandas como específicas, ao evidenciarem que não é só a questão das desigualdades de classe que fazem essas mulheres sejam exploradas e excluídas da ascensão social, mas a questão racial associada a outros processos discriminatórios, como o gênero, o sexo, a questão da idade, da classe etc, que ainda determinam posições de subalternidades a essas mulheres e as aloca às bases da estrutura social.

Deste modo, é a partir da troca destas informações pelos debates em grupo, do compartilhamento das experiências vividas entre elas e das relações de solidariedade produzidas, que as mulheres negras paraenses formam redes de mobilização e militâncias e levam suas pautas para diferentes espaços e lugares, procurando empoderar politicamente outras mulheres negras para a luta coletiva, construindo coletivos e dando bases materiais à formação de outros.

Neste sentido, a mobilização nas universidades paraenses não fica de fora deste processo, já que a maioria dos movimentos e organizações específicas elencadas pelas entrevistadas são e foram criados nestes ambientes, de liberdade de expressão e pensamento, na qual as mulheres negras adentram e passam a conscientizar à militância e outras mulheres negras, expandindo as redes. Fora outras formas de mobilização, nas quais as mulheres negras paraenses se utilizam, a partir da ferramenta tecnológica, como as redes sociais, que aumentam as conexões entre essas mulheres, levando a estudos, debates e fazendo com que as informações do coletivo cheguem de forma mais rápida a um número grande de pessoas. São estas as características das entidades que se constituíram na capital paraense.

Apesar das grandes mobilizações e visibilidade das militantes em Belém, principalmente a partir da influência da *Marcha das Mulheres Negras*, ocorrida em Brasília, em 2015 e aqui em 2016, muitas delas ainda estão fora da luta coletiva pelas suas demandas e interesses, já que suas condições de vida não permitem o tempo necessário à luta, muitas estão sobrecarregadas, lutando pela sua sobrevivência e de suas famílias, resistindo da forma que podem. Diante deste quadro, muitas mulheres negras ainda têm suas vozes silenciadas e suas representações invisibilizadas.

É nesta demanda que este trabalho surge, na tentativa de protagonizar as vozes das mulheres negras paraenses, evidenciá-las como sujeitos históricos ativos, nos quais, em meio às barreiras que enfrentam ao longo do tempo na sociedade brasileira e belenense, frutos da opressão, discriminação e da desigualdade racial e social, conseguem agir constantemente para diminuí-las e erradicá-las pelo enfrentamento político, organizadas e unidas coletivamente pelas entidades específicas. No que tange às lutas e a resistência constante dessas mulheres, termina-se o ofício da escrita deste trabalho pelo mesmo caminho pelo qual se iniciou, a partir da voz das mulheres negras paraenses:

(...), então é isso, nós... claro, nós temos nosso passado no tronco, apanhando mesmo, literalmente, e hoje... nós estamos em outro tipo de tronco, eu acho que se moderniza, e isso é terrível, mas... a gente passa, tipo assim, tá passando o bastão, estamos fazendo

nossa parte, porque muitas mulheres também fizeram isso antes de nós, (...). (N. B., 11º Entrevistada).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3º ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 169, 2015.
- ALMEIDA, Lady Christina de. **Protagonismo e Autonomia de Mulheres Negras, a experiência das organizações: Geledés e Crioula. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/protagonismo-e-autonomia-de-mulheres-negras-a-experic3aancia-das-organizac3a7c3b5es-geledc3a9s-e-crioula-lady-christina-de-almeida.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2017.
- ALVES, J.A Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. *Revista Brasileira Política Internacional*, ed.45, v.2, p. 198-223, 2002.
- AZEVEDO, Daviane Aparecida de. **Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Transformação Social no Brasil**. *SABER ACADÊMICO* - n ° 09 - Jun. 2010. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf>. Acesso: 13 de Fevereiro de 2016.
- AZEVEDO, Daviane Aparecida de. Apud AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. In: CHAGASTELLES, Gianne e LACERDA, Gislene. *História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos*. X Encontro Regional Sudeste de História Oral. Unicamp. 2013.
- BISPO, Silvana Santos. **Organizações de Mulheres Negras em Salvador: articulando uma política de posicionamento**. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, p. 6, 2010.
- CARLOS, Elza da Silva. **FALA PRETA!: “Mulheres negras no espaço urbano: origem e memória – 1997 a 2007”**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC- SP. 2009.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: *Racismos Contemporâneos*. Takano Cidadania, Rio de Janeiro, 2003. p. 52.
- CARDOSO, Ivanilda Amado. **Identidade Negra: uma abordagem teórica sobre o referencial estético de meninas negras na escola**. *Revista África e Africanidades* – Ano IV, n. 14/15, p.2, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. OLIVEIRA, Pérsio Santos. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2004. In: SANTOS, Luciano dos. *As Identidades Culturais: proposições conceituais e teóricas*. *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim/MS, v.2, n.4, p. 144.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. *Revista das Revistas*, Estudos Avançados, v. 11, n. 5, 1991.

- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n° 1, p. 177.
- COGO, Denise; Machado, Sátira. **Redes de Negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1650-1.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.
- CONRADO, Mônica; REBELO, Nazaré. **Mulheres Negras Amazônicas: Ação, organização e protagonismo nas práticas políticas.** In: RIBEIRO, Matilde. Políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. **Metáforas da Cor: Morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia Paraense.** *Revista Afro-Ásia*, v. 51, p.220-221, 2015.
- CONRADO, Mônica. **Intersecções entre Raça, Gênero, Sexualidade, Meio Ambiente e Políticas Públicas.** Belém, 2012.
- DAGNINO, Evelina. **Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova noção de Cidadania.** IN: Os Anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DOSSE, François. **História do Tempo Presente e Historiografia.** *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica.** *Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan-jun. 2005.
- DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social.** Paris: Quadrige/PUF, 2004. In: SILVA, Gustavo Medeiro da. Solidariedade (ainda) é um conceito central na sociologia (das organizações)? Mudanças conceituais e a questão do desenvolvimento. XXXV Encontro do ANPAD. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR2601.pdf>.
- FERNANDES, Viviane Barboza. **Identidade Negra entre Exclusão e Liberdade.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 63, p. 112, 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, p.65, 1975.
- GARRIDO, Joan Del Alcàzar. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n° 25/26, p. 36, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** *Revista Mediações*, Londrina, v.5, n.1, p. 11-40, jan-jun. 2000.
- GONZALEZ, Lelia. **O movimento negro na última década.** In: _____; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.p. 277. In: SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

- GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre as Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-econceitos-presentes-no-debate-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-umadiscuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 de Junho de 2017.
- HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila e BARRETO, Andreia (Orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em gênero e raça. Unidade 3 – Movimento negro e movimento de mulheres negras: uma agenda contra o racismo.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2010, Módulo III. p. 192.
- HOBBSAWN, Eric. **Um historien et son temps présent.** In: INSTITUT d' Historie du Temps Présents. *Ecrire l' histoire du temps présent.* Paris, CNRS Editions, 1993, In: FERREIRA, Marieta Moraes. *História do Tempo Presente: desafios.* Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, n. 3, 2000. p. 9.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- JACQUES, M. da G. C. **Identidade e trabalho.** In: CAT-TANI; A. D.; HOLZMANN, L. *Dicionário de trabalho e tecnologia.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 255. In: SANTINELLO, Jamile. *A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos.* *Rev. Estud. Comun.,* Curitiba, v. 12, n. 28, p. 153-159, maio/ago. 2011. p. 155.
- JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. **A Utilização da Técnica da Entrevista em Trabalhos Científicos.** *Evidência,* Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel, Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos.* – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.
- LEITE, Dante Moreira. **Racismo e Preconceito.** Edgard Blucher Ltda, São Paulo, p. 5, 1973.
- LEMOS, Rosalia. **O Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, 1997.** Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.276-277. In: SANTOS, Sônia Beatriz. *As ONGs de mulheres negras no Brasil.* Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.
- LOIS, Dione. **Solidariedade e política social.** 1999. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_solidariedade.htm. Acesso: 15 de março de 2016.
- MARINHO, Vanessa. **Militância Negra e Expressão Estética no Recife (1980 – 2003).** *V Colóquio de História: Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio,* 2011.
- MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society.** Great Britain: Anchor Press, 1989. In: RODRIGUES, Cibele M^a Lima. In: RODRIGUES, Cibele M^a Lima. *Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas.* In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.144-166.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** 2^o Ed, 5^o Reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 17, 2017.

- MIRANDA, Camila; CASTILHO, Neuza Aparecida & CARDOSO, Vanessa. **Movimentos Sociais e a Participação Popular: Luta pela conquista dos direitos sociais.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 176-185, 2009. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica.
- MIRANDA, Carleane. **A Mulher Negra e os Desafios da Sociedade Moderna.S.d.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/>. Acesso em 20 de Abril de 2016.
- MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade. Novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/45/79/177/racismoesociedade_carlosmoore. Acesso em 25 de abril de 2016.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Revista de Cultura Vozes.** (68) 7. P. 65-68. Petrópolis, 1974. (RATTS, 2006). In: HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila e BARRETO, Andreia (Orgs.) apud Gestão de Políticas Públicas em gênero e raça. Unidade 3 – Movimento negro e movimento de mulheres negras: uma agenda contra o racismo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2010, Módulo III. p. 190.
- NOGUEIRA, T. de J. A. M. **Educação superior no extremo sul piauiense (1986 - 2005): história e memória.** 2006. 289 p. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006. P.5 In: NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Magalhães. MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E NARRATIVA: O ENCONTRO DO POSSÍVEL NA MULTIPLICIDADE DE PONTOS DE VISTA. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/MEMORIA%20HISTORIA%20ORAL%20E%20NARRATIVA.pdf> . Acesso em 20 de março de 2016.
- NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo: T. A. Queiroz, p. 70, 1985.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, p. 20,1994.
- PANTA, Mariana. PALLISSER, Nikolas. **“Identidade Nacional Brasileira” versus “Identidade Negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias.** II Congresso Internacional de História UEPC – UNICENTRO. 2015. Disponível em: http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1435712495_ARQUIVO_Artigo doCongressoInternacionaldeHistoria-UEPG-VersaoFinal.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2016.
- PATRIOTA, Maria Lúcia. **Cultura, identidade cultural e globalização.** 2002. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero4/04patriota.pdf>. Acesso: 23 de fevereiro de 2016.

- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP - 9(2)*, São João del-Rei, julho/dezembro, p. 258, 2014.
- RAIMUNDO, GEHLEN & ALMEIDA. **Mulher negra: inserção nos movimentos sociais, feminista e negro.** Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 16 de novembro de 2016.
- RÉMOND, Réne. **Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução.** In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, p. 206. In: SOARES, Fagno da Silva. *POR UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: Reflexões historiográficas acerca das relações entre história oral e memória.* Disponível em:http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1394631101_ARQUIVO_PORUMAHISTORIADOEncontrodehistoriaoralufpi.pdf. Acesso em: 17 de março de 2016.
- RIBEIRO, Matilde. RIBEIRO, Matilde. **Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política.** p. 5. In: BORBA, Angela; GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 189-209. In: CARDOSO, Cláudia Pons. *A construção da identidade feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras.* Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1373240696_ARQUIVO_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf
- RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire; FELIPE, Delton Aparecido. **Estudo de Gênero e Mulheres Negras no Ensino Superior: mapeamento de teses e dissertações da CAPES.** *VII Congresso Internacional de História*, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1076.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2016.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, Araxá/MG, n. 04, p.141, maio de 2008.
- RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **“No meio e misturado”:** o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. *Revista Conjectura*, v.15, n. 1, p. 69, 2010.
- RODRIGUES, Cibele M^a Lima. **Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas.** In: SINAIS – *Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.144-166.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Alves; GOMES, Verônica Maria da Silva. **Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Módulo III: Conselho dos Direitos no Brasil, área: Igualdade Racial,** Aula 1 - O marco legal dos direitos da população negra que deu origem ao Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema3-aula1.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2017.
- SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. **História Oral: Vozes, Narrativas e Textos.** *Cadernos de História da Educação*, n. 6 – jan./dez., p. 192, 2007.
- SANTOS, Fabiana Gonçalves. **Manifestos de Coletivos de Mulheres Negras Brasileiras: uma discussão sobre etnicidade e gênero.** Disponível em:

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373057673_ARQUIV_O_Simposiotematico-FabianaGSantos.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

- SANTOS, Marcela Ernesto dos. **Mulher e negra: as memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou / Marcela Ernesto dos Santos**. Assis, p.15, 2009.
- SANTANA, Marluce Freitas de. **Solidariedade e Liderança das Mulheres Negras em Conceição Evaristo**. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana – SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 24, p. 10, maio – agosto, 2017.
- SARRAF, Moisés. **Outros 400: Cidade Morena é provavelmente o mais difundido e cantado título de Belém. Uma moça de pele escura e trejeitos sensuais é a imagem que muitos fazem, mas quanto há de racismo e machismo no epíteto?** Em nossa quarta reportagem da série #BelémPraQuem, a cor da cidade vem para o centro do debate. Disponível em: <http://www.outros400.com.br/especiais/3745>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.
- SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico**. p. 121. In: CARVALHO, Marília Pinto de. ; PINTO, Regina Pahim. *Mulheres e Desigualdades de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SELAU, Mauricio da Silva. **História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**. *Revista Esboços*, n. 11, UFSC, s.d. p. 227. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em 24 de Janeiro de 2017.
- SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006.
- SILVA, Martiniano J. **Racismo à Brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. São Paulo: Anita Guaribaldi, 2009.
- SOUSA E CRUZ, Diêgo Aric Cerqueira; BRANDÃO, Cleyton Williams Golveia da Silva; CERQUEIRA, Eúde Trindade & SANTOS, Tarsis de Carvalho. **O Empoderamento da Mulher Negra no Desenvolvimento Tecnológico: Mídias e Redes Sociais em Foco**. XII CONAGES – XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA4_ID1786_25052016230040.pdf. Acesso em: 13 de Agosto de 2017.
- TOKITA, Márcia Figueiredo. **Mulheres Negras. GT 7. Feminismos, sexualidades e Marxismos na América Latina**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2017.
- XAVIER, Antonio. **A importância da História Oral como fonte identitária de um povo**. Disponível em: <http://www.historiaoral.com.br/>. Acesso em: 12 de Agosto de 2016.
- WERNECK, Jurema; NILZA, Iraci (coord.). **A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil – violências e violações**. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

Documentos:

- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995, p. 148, 152 -153. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf/. Acesso em 10 de Julho de 2017.
- Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Durban, 2001, p. 15; 34; 36. Disponível em: http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf/. Acesso em: 12 de Junho de 2017.
- CARTA DE PRINCÍPIOS – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes do coletivo. Disponível no Anexo I.
- REGIMENTO INTERNO – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes da organização. Disponível no Anexo II.

ANEXOS

ANEXO I

CARTA DE PRINCÍPIOS – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes do coletivo.

CARTA DE PRINCÍPIOS

A Rede Fulanas/NAB - Negras da Amazônia Brasileira foi idealizada em 28 de março de 2008 e fundada no V Encontro de Mulheres Negras Quilombolas, no período de 19 a 22 de novembro de 2008, em Inhangapi - PA, é composta por mulheres negras, por associações de mulheres negras e por associações que possuem grupos/núcleos de mulheres negras. Atua em todos os estados da Amazônia brasileira, podendo fazer inserções nas outras regiões do Brasil e em espaços internacionais, se rege, principalmente, pelos seguintes princípios:

- 1 - Articular, mobilizar e fortalecer as organizações de mulheres negras, as relações de parentesco com as mulheres indígenas e o trabalho em rede;
- 2 - Valorização da participação da população negra e em especial das mulheres negras, na transformação da sociedade amazônica, suas especificidades e as múltiplas identidades e seus saberes;

- 3 - Defesa de uma cultura que prioriza a não violência, antirracista, anticapitalista, antissexista/machista em toda a sua dimensão;
- 4 - Busca a eliminação do racismo e de todas as formas de discriminação;
- 5 - Posiciona-se contra a depredação ambiental urbana e rural;
- 6 - Defende o direito a opção prioritária pelo parto humanizado, saúde com saberes tradicionais;
- 7 - Combate o feminicídio e todas as formas de violações de direitos;
- 8 - Defende os direitos sexuais e reprodutivos, inclusive a descriminalização do aborto;
- 9 - Posiciona-se a favor do desarmamento e desmilitarização das polícias;
- 10 - Preservação de bens material e imaterial dos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, inclusive comunidades negras rurais e de terreiro;
- 11 - Defesa da terra, território, territorialidade, história e cultura do povo negro;
- 12 - Valorizar e difundir os saberes tradicionais, reafirmando os valores étnico-raciais, gênero e geracional;
- 13 - Desenvolver estratégias de controle social, das políticas públicas, inclusive da mídia;
- 14 - Difusão sistemática das nossas idéias, conquistas, projetos e planos de ação, utilizando tecnologias digitais livres.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO – Rede Fulanas. Disponibilizada por uma das mulheres militantes da organização.

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I – DA NATUREZA, SEDE E OBJETIVOS

ART. 1º - A Rede Fulanas/NAB – Negras da Amazônia Brasileira é uma articulação da sociedade, sem fins econômicos, de natureza de direito civil e duração ilimitada, constituída por mulheres negras, associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativos da região amazônica com atuação nas áreas social, econômica, cultural, política, ambiental e de direitos humanos, com valorização da identidade de gênero, raça e etnia, comprometida na luta contra o racismo, opressão de classe, sexismo e outras formas de discriminação contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime na perspectiva do bem viver.

Parágrafo Único: A Rede Fulanas/NAB – Negras da Amazônia Brasileira tem atuação regional, sede e foro itinerante de acordo com a localização de sua coordenação executiva.

ART. 2º - São objetivos da Rede Fulanas:

I – Assegurar o fortalecimento institucional de suas afiliadas, estimulando a formação para intervenção política;

II – Ampliar e consolidar a intervenção da Rede Fulanas no cenário regional, nacional e internacional;

III - Construir estratégias para o enfrentamento ao racismo, preconceito, discriminação racial, lesbofobia e sexismo.

IV – Inserir a temática da mulher negra nas áreas da saúde, educação, comunicação, ambiental, trabalho, emprego, geração de renda, segurança pública, acesso e permanência a terra, cultural e moradia.

V – Zelar pela valorização das religiões de matrizes africana e afro indígenas e saberes dos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, inclusive comunidades negras rurais e de terreiro.

TÍTULO II – DAS ASSOCIADAS À REDE FULANAS

CAPÍTULO I – DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADAS

ART. 3º - Poderão se associar à Rede Fulanas/NAB mulheres negras, associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativos da região amazônica.

ART. 4º - As filiadas estão categorizadas em fundadoras e efetivas.

Parágrafo 1º - São fundadoras as mulheres negras que participaram do processo de idealização e fundação da Rede Fulanas/NAB no ano de 2008.

Parágrafo 2º - São associadas efetivas mulheres negras, associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativos da região amazônica que se filiaram a Rede Fulanas/NAB após sua fundação.

CAPÍTULO II – DA ADMISSÃO DAS ASSOCIADAS

Art. 5º - São requisitos para admissão de associada efetiva:

I – Concordar com a Carta de Princípios e Regimento Interno, expresso por escrito;

II – Preenchimento de formulário específico, encaminhado para secretária executiva;

III – O pedido será examinado pela coordenação e encaminhado às afiliadas para parecer final.

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS DAS ASSOCIADAS

ART. 6º - São direitos das associadas:

I – Participar das plenárias, reuniões e atividades propostas pela coordenação;

II – Participar quando convocadas, de reuniões e atividades propostas pela coordenação ou assembleia geral;

III – Discutir e deliberar sobre assuntos de interesse da Rede Fulanas/NAB;

IV – Votar e ser votada para cargos eletivos

V - O direito ao voto será concedido às associadas em pleno gozo de suas prerrogativas sociais e que não estejam sujeitas a nenhuma forma de penalidade aplicada pela Rede Fulanas/NAB;

VI – Propor, com a aprovação de 2/3 das associadas, Plenária Extraordinária, para apreciar e deliberar sobre assunto específico de interesse das mulheres negras e da Rede Fulanas/NAB.

Parágrafo único: A associada terá direito a disputar pleitos na Rede Fulanas/NAB após participação efetiva em plenárias e contribuição nas discussões nos grupos temáticos durante um ano.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES DAS ASSOCIADAS

ART. 7º - São deveres das Associadas:

I – Observar e cumprir a Carta de Princípios da Rede Fulanas/NAB e, as disposições do presente Regimento Interno e as decisões das plenárias;

II – Desempenhar fielmente as funções para as quais foi eleita, nomeada ou designada;

III - Zelar pelo bom nome da Rede Fulanas/NAB;

IV – Contribuir sob todas as formas para o fortalecimento da Rede Fulanas/NAB;

V – Participar de pelo menos um dos grupos temáticos constituídos pela Rede Fulanas/NAB;

VII – Visibilizar o pertencimento à Rede Fulanas/NAB em qualquer representação;

VII – Participar da lista da Rede Fulanas/NAB, manifestando opinião, sugestão, crítica de qualquer natureza pelo menos uma vez a cada mês;

TÍTULO III – DA ESTRUTURA DA REDE FULANAS

CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DA REDE FULANAS

ART. 10 - São instâncias de deliberação da Rede Fulanas/NAB:

I – Plenária Geral (Ordinária e Extraordinária);

II – Coordenação Geral;

ART. 11 – Estrutura organizacional da Rede Fulanas/NAB composta de:

I – Coordenação Geral – composta de três membros representantes de mulheres negras, associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativos da região amazônica.

II – Secretaria Executiva – associações de mulheres negras e associações com grupo/núcleo de mulheres negras ativas;

III – Grupos Temáticos;

TÍTULO VII – DAS ELEIÇÕES E MANDATOS

ART. 12 – O regimento eleitoral para renovação da coordenação geral da Rede Fulanas/NAB será elaborado num prazo de 30 dias antes da Plenária Geral.

ART. 13 – O mandato de coordenação geral da Rede Fulanas/NAB será de 03 (três) anos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 14 – Em caso de extinção da Rede Fulanas/NAB, seu patrimônio, com aprovação de no mínimo 2/3 das organizações e grupos afiliados em Plenária Geral será doado para uma organização de natureza similar a Rede Fulanas/NAB;

ART. 15 – Os casos omissos serão resolvidos pelo conjunto das organizações.